



BRASÍLIA E TECNOLOGIA:
DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DOS
ESPAÇOS URBANOS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN

DANIELA PEREIRA BARBOSA

**BRASÍLIA E TECNOLOGIA:
DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

BRASÍLIA
2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN

DANIELA PEREIRA BARBOSA

**BRASÍLIA E TECNOLOGIA:
DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ORIENTADORA: PROF. DRA. MARISA COBBE MAASS

BRASÍLIA
2015

**BRASÍLIA E TECNOLOGIA: DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DOS
ESPAÇOS URBANOS**

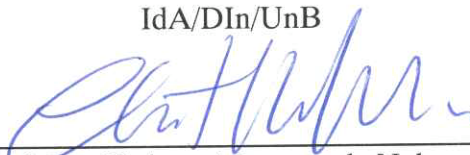
Daniela Pereira Barbosa

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Design do Instituto de Artes da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Design.

Aprovada por:



Prof. Dr.ª Marisa Cobbe Maass
IdA/DIn/UnB



Prof. Dr. Christus Menezes da Nobrega
IdA/DIn/UnB



Prof. Dr. Hadi Mostafa Saba Ayon
Universidade do Havre, França

Brasília-DF, 29 de Julho de 2015

Coordenação de Pós-Graduação em Design do Departamento de Desenho Industrial –
Instituto de Artes /UnB

Barbosa, Daniela

Brasília e tecnologia: desafios à democratização dos espaços urbanos / Daniela Barbosa; orientador Marisa Cobbe Maass. -- Brasília, 2015.

129 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Design) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. Brasília. 2. Espaço urbano. 3. Democracia. 4. Tecnologia. I. Cobbe Maass, Marisa, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha orientadora Marisa por todo o apoio e encorajamento dado no decorrer da dissertação, e pela prontidão e empenho que sempre demonstrou ao me auxiliar em toda e qualquer dúvida, anseios e crises no decorrer da pesquisa, tudo para aperfeiçoamentos necessários à conclusão deste trabalho, do qual tanto me orgulho.

Agradeço ainda a todos os que se empenharam em me ajudar de diferentes maneiras, principalmente meus amigos Mariana, Carmen, Pedro e Paulo; meu namorado Romain e minha família: Maria Autelina (mãe) e Fernanda (irmã). Também não posso deixar de agradecer a minha amiga Paula, que mesmo estando imersa em sua própria tese, sempre conseguia tempo e disposição para ler minha pesquisa, discutir ideias e realizar sugestões! Muito obrigada!

Por último, mas não menos importante, gostaria de prestar um agradecimento especial e abrangente a todos os habitantes do Distrito Federal, que fazem das nossas cidades uma história viva.

“É assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional.”

Lúcio Costa, no relatório do Plano Piloto de Brasília.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

RESUMO

ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	DELINEAMENTO DO PROBLEMA	13
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	JUSTIFICATIVAS	17
2	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	20
2.1	QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS DO MÉTODO	22
2.2	DIAGRAMA REPRESENTATIVO DO <i>WORFLOW</i>	24
3	DEMOCRACIA	26
4	ESTUDO DOS ESPAÇOS E BRASÍLIA	36
4.1	ESPAÇO FÍSICO.....	37
4.1.1	Classificação e uso dos Espaços.....	43
4.2	AMBIENTE DIGITAL	54
4.2.1	Tecnologia e interações.....	56
5	TERRITÓRIOS DE BRASÍLIA	72
5.1	ESTUDOS DE CASO	74
5.1.1	Estudo de Caso 1 – Complexo Cultural da República.....	78
5.1.2	Estudo de Caso 2 – Pontão do Lago Sul.....	92
5.2	ANÁLISE DOS DADOS.....	97
7	CONCLUSÃO	102
	CARTA AO LEITOR	111
	REFERÊNCIAS	112
	ANEXOS	115

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 - DESENHO DE LÚCIO COSTA NO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA.....	14
FIGURA 2 - EXEMPLOS DE NAVEGAÇÃO PELO AMBIENTE DIGITAL DA CIDADE POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS	18
FIGURA 3 - VISTAS AÉREA E FRONTAL DA QUADRA 307 SUL DE BRASÍLIA, MOSTRANDO O GRANDE ESPAÇO VERDE	32
FIGURA 4 - HORTA COMUNITÁRIA DO SUDOESTE.....	32
FIGURA 5 - RECORTES DE PUBLICAÇÕES DA PÁGINA NO FACEBOOK DA “HORTA COMUNITÁRIA SUDOESTE”	34
FIGURA 6 - INFOGRÁFICO QUE REPRESENTA A LÓGICA DAS REGRAS DE ACESSO AOS ESPAÇOS DA CIDADE.....	39
FIGURA 7 - DESENHO DE LÚCIO COSTA NO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA.....	40
FIGURA 8 - VISTA DE BRASÍLIA: EIXO MONUMENTAL E TORRE DE TV	41
FIGURA 9 - EVOLUÇÃO URBANA NO DISTRITO FEDERAL.	42
FIGURA 10 - REPRESENTAÇÃO DO “NOMOESPAÇO” DE GOMES	45
FIGURA 11 - REPRESENTAÇÃO DO “GENOESPAÇO” DE GOMES.....	45
FIGURA 12 - REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL POR LOCALIZAÇÃO	46
FIGURA 13 - LOCALIZAÇÃO DOS GRUPOS 1, 2 E 3.....	49
FIGURA 14 - COMPARAÇÃO VISUAL ENTRE AS MAIORES CIDADES DE CADA GRUPO (I, II E III).....	50
FIGURA 15 - LOCALIZAÇÃO DE FAVELAS NA ZONA SUL DO RIO DE JANEIRO.	52
FIGURA 16 - PAISAGENS URBANAS MODIFICADAS PELA TECNOLOGIA.....	55
FIGURA 17 - COMPARAÇÃO ENTRE O ESPAÇO FÍSICO E O AMBIENTE DIGITAL CORRESPONDENTES AO “BIKEBRASÍLIA”.....	59
FIGURA 18 - ACESSO PAGO, USO E INFRAESTRUTURA x ACESSO GRATUITO À INTERNET E ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA.....	62
FIGURA 19 - CIDADÃOS CONECTADOS NA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO.....	63
FIGURA 20 - PÁGINA VIRTUAL NA REDE SOCIAL <i>FACEBOOK</i> DO GOVERNO DE BRASÍLIA.....	65
FIGURA 21 - EXEMPLO DE INTERAÇÃO NA PÁGINA VIRTUAL NA REDE SOCIAL <i>FACEBOOK</i> DO GOVERNO DE BRASÍLIA.	66
FIGURA 22 - EXEMPLO DE PROPAGANDAS SUGERIDAS NA REDE SOCIAL <i>FACEBOOK</i> , DE ACORDO COM GOSTOS PESSOAIS.....	68
FIGURA 23 - EXEMPLO DE PROPAGANDAS SUGERIDAS NA REDE SOCIAL <i>FACEBOOK</i> , DE ACORDO COM GOSTO PESSOAL.....	69
FIGURA 24 - RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA.....	76

FIGURA 25 - INTERIOR DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA E ESPLANADA.....	77
FIGURA 26 - VISTA AÉREA DO COMPLEXO CULTURAL DA REPÚBLICA.....	79
FIGURA 27 - FLUXO DE PESSOAS.....	80
FIGURA 28 - COMPLEXO CULTURAL DA REPÚBLICA E CATEDRAL DE BRASÍLIA	81
FIGURA 29 - COMPLEXO CULTURAL DA REPÚBLICA	81
FIGURA 30 - COMPILAÇÃO N. 1 DE IMAGENS DO PROJETO “BRASÍLIA POR PESSOAS”	86
FIGURA 31 - COMPILAÇÃO N. 2 DE IMAGENS DO PROJETO “BRASÍLIA POR PESSOAS”	87
FIGURA 32 - COMPILAÇÃO N. 3 DE IMAGENS DO PROJETO “BRASÍLIA POR PESSOAS”	88
FIGURA 33 - COMPARAÇÃO ENTRE O COMPLEXO CULTURAL DA REPÚBLICA E O PICNIK	90
FIGURA 34 - ENTRADA DO PONTÃO DO LAGO SUL, COM GUARITA E PRIORIZANDO OS CARROS	93
FIGURA 35 - VISTA AÉREA DO PONTÃO DO LAGO SUL.....	93
FIGURA 36 - PONTÃO DO LAGO SUL: LOCAL PÚBLICO COM AR DE PRIVADO	94
FIGURA 37 - IRREGULARIDADES: PILOTIS CERCADO E CONSTRUÇÕES EM PILOTIS.....	97
FIGURA 38 - IMAGEM COMPARATIVA ENTRE O COMPLEXO CULTURAL DA REPÚBLICA E O PONTÃO DO LAGO SUL.....	99

TABELAS

TABELA 1 - POPULAÇÃO E RENDA PER CAPITA (MENSAL) DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL – JULHO DE 2010.....	47
TABELA 2 - POPULAÇÃO E MÉDIA DA RENDA MENSAL POR GRUPO NO DISTRITO FEDERAL.....	48
TABELA 3 - APROPRIAÇÃO PELA POPULAÇÃO DE BRASÍLIA	100
TABELA 4 - RELAÇÃO ENTRE PROJETO E USO DOS ESPAÇOS.....	100
TABELA 5 - COMO É A INTERNET ENVOLVIDA NO PROCESSO	101

DIAGRAMA

DIAGRAMA 1 - ESQUEMATIZAÇÃO DO MÉTODO.....	24
---	-----------

RESUMO

BRASÍLIA E TECNOLOGIA: DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Vivemos atualmente a sociedade da informação, onde a *internet* está intimamente ligada às relações presentes no espaço urbano. A presente dissertação apresenta conceitos acerca da democracia de uso e acesso aos espaços da cidade de Brasília, analisando as relações sociais, econômicas, culturais e políticas existentes, além de considerar características únicas que a cidade apresenta.

A partir da análise sobre os espaços em geral e questões sobre democracia e uso da tecnologia nos espaços urbanos, consolidamos estudos acerca de como a população de Brasília se relaciona com os espaços da cidade, e como a tecnologia se insere neste processo. Para realizar um comparativo, a partir da observação e envolvimento críticos no que tange à relação do cidadão com a cidade, selecionamos dois espaços públicos, o Complexo Cultural da República e o Pontão do Lago Sul para a realização de análises específicas acerca da democracia de acesso e de como a população de todo o Distrito Federal se apropria e se reconhece em ambos os lugares. Tal análise envolveu as variáveis “apropriação pela população”, “relação entre projeto e uso” e “internet envolvida” para avaliação dos espaços selecionados. Percebemos, a partir disso, como a democracia nos espaços urbanos é falha, e defendemos a importância de envolver a sociedade na transformação crítica de seu próprio espaço. Chegamos à conclusão de que a tecnologia não deve ser encarada como um modelo de ação transformador por si só e que, como aliada, tem a capacidade de diminuir as distâncias sociais entre a população de todo o Distrito Federal.

Palavras-chave: Brasília; Espaço urbano; Democracia; Tecnologia

ABSTRACT

BRASILIA AND TECHNOLOGY: CHALLENGES TO DEMOCRATIZATION OF URBAN SPACES

We live in an information society, with the internet strongly coupled to the relationships of urban areas. This dissertation presents a set of concepts regarding the democracy of using and accessing Brasilia urban areas while analyzing the existing social, economical, cultural and political relationships and exploring the unique features of this city.

Building upon an analysis of urban areas in general, democracy and the use of technology in urban spaces, we consolidate studies regarding the relationships between Brasilia's population, its urban areas and the role of technology in this process. In order to build a comparative study through observation and a critical approach to the relationships between the city and its citizens we selected two public spaces, the "Complexo Cultural da República" and the "Pontão do Lago Sul" as case studies regarding the access democracy and the appropriation / recognition of those spaces by the population of the Federal District.

This analysis involved the variables "appropriation by the population", "relationship between design and use" and "technology involved" for evaluation of selected areas. From that analysis we present a set of problems with democracy in urban areas, and advocate the importance of involving the society in the critical transformation of their own urban areas. Technology should not be seen as a transforming action model itself but, as an ally, has the ability to reduce social distances between the population of the Federal District.

Key words: Brasilia; Urban space; Democracy; Technology

1 INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

“A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer”

Ítalo Calvino

Brasília, após quase 55 anos de sua inauguração, continua exercendo deslumbramento e inquietações no meio acadêmico, inspirando investigações principalmente acerca das características da cidade, sua lógica de concepção e projeções futuras. Exemplos disso são as recentes publicações “Brasília 50 + 50: cidade e projeto”, de 2014, organizada por Luciana Saboia e Maria Fernanda Derntl, que é uma compilação de artigos e trabalhos sobre as relações atuais da população com a cidade; além da também recente “Brasília: ideologia e realidade”, organizada por Aldo Paviani, em 2010, também uma compilação de artigos de professores e pesquisadores que buscam, além de fazer um apanhado histórico, compreender a atualidade e apresentar situações concretas da cidade. Sejam críticas, estudos, propostas ou constatações, Brasília é tema presente em diversas áreas do conhecimento, como arquitetura, geografia, sociologia e política; e como disserta Andrey Schlee (2014), “A cidade sugerida, sonhada, imaginada, desenhada, riscada – criada, como dizia Lúcio Costa – tornou-se real. E a utopia, aqui encarada como a ‘vitória do desejo’, transformou-se em um fato concreto. E tudo que se faz em Brasília, ainda hoje nasce com um brilho de esperança” (p. 27)

Assim iniciamos nosso trabalho, conscientes dos problemas e conflitos que existem, principalmente de ordem social e econômica, mas com o “brilho de esperança” citado. Um olhar crítico, entretanto, faz-se extremamente necessário, apresentando e analisando os problemas, especialmente no que diz respeito à democracia nos espaços urbanos e a relação desta temática com a tecnologia.

A pesquisa engloba conceitos diversos, como apropriação e uso dos espaços, democracia de acesso envolvendo a tecnologia, histórico de

Brasília e aspectos culturais. A diversidade das temáticas abordadas sugere o estudo não de uma cidade estática e idealizada, funcionando simplesmente como o sonho de um plano perfeito, mas uma metrópole, uma cidade real e dinâmica que se faz presente no cotidiano de uma sociedade complexa que vivencia e modifica a realidade, esta que também se encontra em constante transformação, principalmente pelo crescimento do uso da tecnologia nos ambientes urbanos para os mais variados propósitos.

A título de entendimento de terminologias adotadas na pesquisa, fez-se necessário o entendimento dos Espaços da cidade. Vale salientar que o termo “Espaço” quando não especificado, é entendido por nós como sendo amplo, englobando conceitos gerais da ideia de “lugar”, e capaz de ser palco de interações diversas em um tempo específico. Quando formos tratar de um espaço específico, utilizaremos a nomenclatura correspondente. Todos esses Espaços, portanto, serão analisados no âmbito da cidade, ou seja, serão encarados como espaços urbanos de Brasília.

Como objetivamos estudar a ocorrência da democracia de acesso aos espaços da cidade levando em consideração a atual conjuntura da nossa sociedade, que evoluiu de maneira a valorizar fatores tecnológicos, principalmente a *internet*, consideramos esta variável como um importante fator de análise. Também em concordância com autores que trabalham com a questão espacial, principalmente Milton Santos (2012), Paulo Cesar Gomes (2013), Margaret Wertheim (2009), e ainda de acordo com outras análises, como a de Caio Vassão (2008) e André Lemos (2007), que consideram a tecnologia como mais uma camada do ambiente urbano, concordou-se em realizar uma divisão específica dos espaços, a qual apresentamos a seguir.

Os espaços são aqui divididos, para fins especialmente didáticos, em Espaço *Físico* e *Ambiente Digital*, sendo a principal variável concernente a eles o fator “tempo”. O Espaço Físico é aquele em que estejam presentes, no ambiente urbano, atores e interações no modo corpóreo, em que a presença física seja imprescindível, sendo o lugar onde o tempo de locomoção é primordial para a execução de ações. O Ambiente Digital, em contrapartida, é entendido por nós como local das interações que acontecem na rede conectada, principalmente a *internet* e apresenta maneiras de vivenciar a cidade pela *web*. No Ambiente Digital percebemos que a variável tempo não é

de primordial importância, pois as relações ocorrem por meio de uma interface digital, não necessitando de deslocamento físico por parte do cidadão para a execução das ações. Esta divisão é proposta baseada nos autores citados anteriormente, mas lembrando que cada um deles apresenta seus próprios estudos dos Espaços, que serão analisados e interpretados no Capítulo 4 desta dissertação.

Assim, e ancorados a uma vasta bibliografia, buscamos estudar as dinâmicas do Espaço Físico e do Ambiente Digital da cidade de Brasília, a fim de entender como se dão as relações de democracia de uso e acesso a eles. Para complementação desta análise, é importante considerar que percebemos, ao mesmo tempo em que observamos a estratificação social escancarada na Capital Federal (especialmente quando levamos em consideração as diferenças sociais entre as cidades existentes em todo o Distrito Federal), que há ainda o crescimento de uma identidade cultural em Brasília ligada à apropriação dos Espaços Urbanos, e para entender a situação de Brasília, é preciso enquadrá-la em um todo que a envolve e a transforma, assim como é transformado por ela, representado justamente por todo o conjunto do Território do Distrito Federal (DF). Esses fatores devem ser entendidos no contexto do advento da tecnologia, que se encontra presente em todo o funcionamento social, econômico, cultural e político da cidade.

Vale ressaltar que o Distrito Federal é a única unidade da federação brasileira onde as “cidades” são classificadas como “Regiões Administrativas”. Apesar desta classificação utilizamos, por vezes, o termo “cidade”, para nos referirmos às Regiões Administrativas do DF. Tal escolha está amparada em consulta feita ao “Urbanistas por Brasília”, que é um grupo de “Arquitetos e sociedade unidos em defesa do conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília”, conforme descrição na rede social *Facebook*¹. Segundo eles, “As Regiões Administrativas são um termo oficial para se referir às regiões relacionadas às cidades. Por exemplo, a cidade de Sobradinho é o centro da Região Administrativa de Sobradinho.” Quando questionamos sobre a terminologia que deveríamos adotar, a sugestão foi que utilizássemos “cidade”, a fim de simplificar.

¹ Disponível em <https://www.facebook.com/urbanistasporbrasil>. Acesso em 9-6-2015.

Nossa principal contribuição neste trabalho vem a ser no sentido do entendimento e análise de soluções que colaboram para maior democratização dos espaços da cidade em uma realidade onde a própria tecnologia desempenha papel fundamental, considerando fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. O estudo e a análise comparativa entre Espaços Físico e Digital são primordiais para o alcance das propostas almejadas, já que os espaços da cidade são palco de diversos tipos de interação. Assim, o entendimento de como se dá o acesso aos espaços da cidade, levando em conta fatores sociais e digitais, nos auxiliará a compreender como se dá o relacionamento do cidadão com a cidade, o que nos revela as características e particularidades de Brasília enquanto lugar e enquanto espaço de convivência urbana.

1.1 DELINEAMENTO DO PROBLEMA

A cidade planejada de Brasília, mesmo carregando certo ar de estagnação formal e relutância em relação às mudanças em suas estruturas, principalmente depois que foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987 pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), vai se moldando e tendo seus espaços reestruturados de acordo com alguns fatores, como a especulação imobiliária, a necessidade dos governantes e os anseios da população.

Entretanto, a dinâmica observada nessas modificações não se dá de modo igualitário para todos os interessados e nem de maneira hegemônica em todo o território do DF, já que a lógica de distribuição populacional, de acordo com as características de seus espaços urbanos, tende à valorização de algumas áreas e desvalorização de outras, o que promove a crescente segregação da população mais pobre. Vale salientar que somente o Plano Piloto de Brasília, ou seja, uma parcela do território, foi declarado patrimônio histórico pela Unesco. Este espaço é a região central de Brasília, tendo sido projetado por Lúcio Costa, vencedor do concurso para projeto da Nova Capital

em 1957². Esta área em questão não pode sofrer grandes variações estruturais.

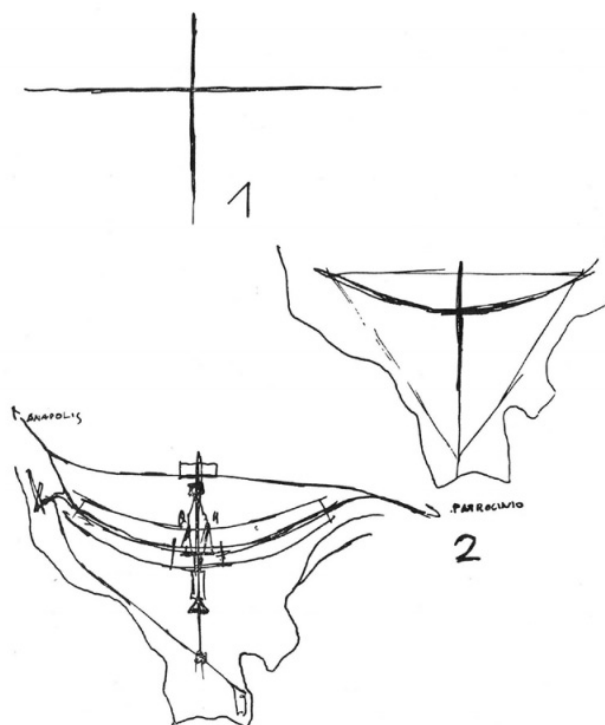


FIGURA 1 – Desenho de Lúcio Costa no Plano Piloto de Brasília.

Fonte: Plano Piloto de Brasília. Disponível em http://brasiliapoetica.blog.br/site/media/relatorio_plano_piloto_de_brasilia_web2.pdf. Acesso em 8-6-2015.

Brasília é sempre supervalorizada em relação às outras cidades do DF, que, por vezes, aparecem somente como secundárias ou apenas como espaço de força de trabalho para a Capital Federal. Vale salientar, portanto, que cada cidade no Distrito Federal apresenta características próprias, cada qual possuindo suas particularidades quando se trata de ocupação e uso dos espaços públicos, e não consideramos que seja saudável que haja uma imposição de conceitos ou ideias que generalizem qual seria o melhor tipo de apropriação desses espaços, já que tais imposições iriam apenas favorecer certos grupos, e não a sociedade como um todo.

Mesmo considerando as peculiaridades que existem em cada cidade, podemos constatar que Brasília tem grande relevância no Distrito Federal. A importância política, econômica, social e até mesmo artística e

² Ver Plano Piloto da construção de Brasília em anexo.

cultural de Brasília dentro do DF é inegável, e podemos constatar que a dinâmica do Distrito Federal tem Brasília como seu centro. Uma prova disto é que, levando em consideração a relação existente entre Brasília e as outras cidades do DF, de acordo com Antonella Bruzzese (2014), “No Plano Piloto trabalham 70% dos habitantes do Distrito Federal, enquanto apenas 8% lá moram” (p. 80), e podemos acrescentar ainda que além das relações de trabalho serem centralizadas no Plano Piloto, também muitas outras relações (principalmente sociais, culturais e políticas) se concentram nesse mesmo local, que é centro político e administrativo. O Plano Piloto é o lugar com maior número relativo de interações no DF, já que a população geral do Distrito Federal (periferia e centro) guarda uma intensa relação com o centro devido às dinâmicas e trocas ali efetuadas. Percebemos, entretanto, que a relação de cada classe social com esse espaço central se dá de maneira diferenciada.

De acordo com conceitos de Paulo César Gomes (2012) e Milton Santos (2013), o conflito entre classes sociais e a legitimação da destinação de espaços na cidade para determinadas parcelas da população é o que promove a discussão sobre a democracia de acesso aos espaços de uma cidade. O estudo dos espaços de Brasília deve considerar diversos aspectos presentes no Espaço Físico e no Ambiente Digital, além de características únicas a cada um deles, levando em conta os pontos de interseção entre eles que interferem na sociedade.

A partir de estudos e análises das questões sociais e de como se procede a democracia de acesso aos espaços de Brasília levando em conta o uso da tecnologia, buscamos evidenciar a relação entre exclusão social e exclusão digital, relacionando lugares que estariam distantes entre si tanto fisicamente quanto socialmente. Queremos demonstrar pela presente pesquisa que, por meio da educação para a inclusão digital e ainda com políticas inclusivas nesse sentido, as distâncias sociais podem ser encurtadas por meio da tecnologia a partir da apropriação dos espaços urbanos pelo cidadão.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 *Objetivo geral*

O objetivo geral da pesquisa é avaliar, por meio do estudo dos espaços e da análise da relação entre seus usos, os desafios de promover maior democratização de acesso à cidade de Brasília com auxílio da tecnologia.

1.2.2 *Objetivos específicos*

Para que o objetivo geral seja alcançado e também por fatores de enriquecimento da pesquisa, alguns objetivos específicos devem ser traçados, tais como:

- *Compreender as relações sociais entre cultura, política e economia e as novas tecnologias, em especial a internet;*
- *Relacionar a influência de fatores políticos, sociais, culturais e econômicos com a tecnologia e os espaços urbanos;*
- *Entender como se estabelece a democracia dos espaços no contexto atual e qual a relação disto com a tecnologia;*
- *Analisar, por meio principalmente de observações, como o cidadão se relaciona com os espaços da cidade.*

A ênfase é na cidade de Brasília pela ocorrência das principais trocas políticas, sociais, econômicas e culturais ali efetuadas, mas temos o intuito de refletir e incentivar a reflexão acerca das consequências de tais acontecimentos em todo o DF.

A pesquisa terá seu objetivo geral alcançado se fatores humanos e socioculturais forem levados em consideração, pois nesta análise de uso e democracia de acesso aos espaços, as situações devem ser analisadas e consideradas em seus contextos específicos.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Com o advento da tecnologia, a relação entre as pessoas e a cidade vem se modificando e se reestruturando, e o Ambiente Digital configura-se também como base para as diversas relações complexas que ocorrem no espaço urbano. Podemos verificar que a *internet* vem se estabelecendo como uma maneira de vivenciar e transformar a política, a economia e a cultura dentro da sociedade, conforme defendem autores como Manuel Castells (2005), Lemos (2007) e Vassão (2008).

Os espaços urbanos e a democracia, considerando fatores digitais e sociais, representam uma relação maior entre si do que o conflito entre classes sociais, pois estão envoltos em complexidades maiores de análise. Como defende Lemos (2007), em “Cidade Digital”, existe uma forte relação entre exclusão social e exclusão digital, e isto influencia substancialmente a democracia de acesso aos espaços da cidade.

É possível constatar, segundo conceitos de Gomes (2012), que a própria configuração das cidades, de maneira geral, promove a legitimação de uso de espaços públicos a parcelas específicas da população, aumentando as desigualdades sociais. Atualmente, a tecnologia apresenta um importante papel nessa configuração, além de ser um dos fatores responsáveis por mudanças na sociedade contemporânea, conforme revelam autores como Castells (2005) e Lemos (2007). Vale lembrar que a hierarquia de ocupação e uso dos espaços que, tratando-se de desigualdades sociais e é possibilitada pela configuração urbana, não é uma característica exclusiva de Brasília, mas a cidade apresenta, por sua história de concepção e uso dos espaços, certos atributos específicos que merecem atenção especial, como o fato de ter sido planejada e, em sua construção, a configuração espacial ter contribuído para segregar os habitantes, principalmente por classe social, como nos mostra Ignez Ferreira (2010) quando explicita que “Concomitantemente ao surgimento da grande cidade, formam-se os núcleos dormitórios periféricos a ela. Inicia-se, então, um processo de seletividade espacial e de segregação” (p. 73). Criou-se, como nos mostra Ferreira (2010), uma segregação social desde sua construção, que antecede até mesmo sua própria inauguração.

Analisar as relações entre tecnologia e democracia nos espaços é uma maneira de avaliar as novas relações sociais que são construídas no ambiente urbano, considerando a maneira como ele se configura nos dias atuais. Então, a partir dessas relações, da importância da *internet* no dia-a-dia do cidadão, nas decisões e nas estruturações das relações sociais, é possível considerar desafios e soluções no que diz respeito à democratização dos espaços na cidade que promovam ou até mesmo garantam maior acesso a eles por uma parcela maior da população.

Para melhor entendimento da temática, trazemos alguns exemplos da tecnologia no ambiente urbano, como totens para autoatendimento, aplicativos que mostram o melhor trajeto, redes sociais que aproximam política e sociedade, sites que permitem acesso para interação e resolução de problemas sem a necessidade da presença física, entre outros.

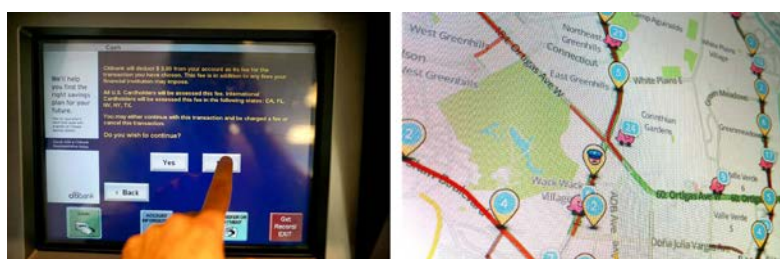


FIGURA 2 – Exemplos de navegação pelo ambiente digital da cidade por meio de novas tecnologias.

Fonte:

<http://www.wsj.com/articles/SB10001424052748704370704575227913945215160> e

<https://www.flickr.com/photos/briansahagun/15036790863/>.

Acesso em 1-5-2015.

A tecnologia, então, por ser capaz de encurtar distâncias entre os espaços e o tempo, é capaz de dinamizar encontros, eventos e interações entre pessoas que fazem parte de realidades diferentes. Assim, e levando-se em consideração que Brasília nasceu para ser o centro do Distrito Federal, é possível que, por intermédio de experiências e aumento da comunicação possibilitada pela *internet*, uma maior parcela da população do DF possa participar do cenário cultural, social e econômico na Capital Federal, integrando-se.

Nessa estruturação das dinâmicas do espaço urbano e apropriação deste pela população, a tecnologia vem desempenhando um importante

papel, principalmente funcionando como interface entre o espaço urbano físico e o ambiente digital. A tecnologia funciona como interface entre os espaços quando media as relações e interações existentes, pois segundo Johnson (2001),

A interface atua como uma espécie de tradutor, mediando entre as duas partes, tornando uma sensível para a outra. Em outras palavras, a relação governada pela interface é uma relação semântica, caracterizada por significado e expressão, não por força física. (p. 24)

Esta definição nos vale principalmente pelo conceito de tradução de universos diferentes estruturados por forças que não são físicas. A relação intermediada pela tecnologia está presente no cotidiano pessoal e profissional das pessoas, e são incontáveis as possibilidades de ter aparatos tecnológicos como aliados para melhor aproveitamento do espaço físico urbano.

Para que as questões espaciais urbanas sejam entendidas e analisadas no âmbito da cidade de Brasília, realizaremos uma análise acerca da dinâmica dos seus espaços, observando quão democráticos eles são em nível social, econômico e cultural; nos âmbitos físico e digital. Para que esta relação seja entendida, foi feito um estudo do próprio conceito de “espaço” e de como as dinâmicas ali desenvolvidas se moldam e se concretizam, especialmente nas questões que tangem às características gerais do espaço urbano e seus fluxos de interações. A partir daí, será possível relacionar estes conceitos com a realidade de Brasília.

Além disso, é importante considerar o caráter do envolvimento pessoal na pesquisa, pois a questão de uso e ocupação dos espaços e a relação com a tecnologia de acesso a eles representa um importante ganho pessoal como cidadã brasiliense, além de pesquisadora. É inegável que a cultura urbana de Brasília, assim como ocorre em outras metrópoles, esteja atrelada à tecnologia e, de acordo com o interesse pessoal em participar desse cenário, a pesquisa vem agregar à questão de identificação com a cidade, auxiliando na compreensão de suas características, seus problemas e potencialidades, ao mesmo tempo em que se torna possível a constatação de fatores culturais em desenvolvimento na Capital Federal. Participar dessa questão como pesquisadora e como cidadã representa, assim, um ganho enorme.

2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

“Eis o que se conta a respeito de sua fundação: homens de diferentes nações tiveram o mesmo sonho – viram uma mulher correr de noite numa cidade desconhecida, de costas, com longos cabelos e nua. Sonharam que a perseguiram. Após o sonho, partiram em busca daquela cidade; não a encontraram, mas encontraram uns aos outros.”

Ítalo Calvino

Para esta pesquisa investigativa, optou-se por métodos que consistem em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e estudos de caso que tenham como características a relação da *internet* com o espaço urbano. É uma análise com objetivos exploratórios que proporcionam dados para apreciação dos acontecimentos dentro de seu contexto.

Para tal modelo, foram considerados alguns requisitos importantes na pesquisa de campo, onde os processos sociais complexos são estudados e analisados por meio de avaliações das interferências causadas no sistema, no caso, o sistema urbano, por meio de variáveis que serão apresentadas a seguir. Os casos escolhidos, a fim de atender o que objetivamos analisar, foram propostos de modo que atendessem às finalidades da pesquisa. Para tanto foi preciso escolher, dentro do Espaço de Brasília, lugares que tivessem as seguintes características:

- *Locais públicos que são apropriados pela população de Brasília*
 - ✓ *Quais as condições de acessibilidade de chegada? (ônibus, carro, metrô)*
 - ✓ *Quais os preços praticados no local?*
 - ✓ *Existe um público esperado? E qual o público presente?*

- *Relação entre projeto e uso dos Espaços nesses locais*
 - ✓ *O espaço analisado foi pensado/construído/projetado para este fim?*
 - ✓ *Como se deu a apropriação real dele pela população?*

- *Como é a internet envolvida no processo?*
 - ✓ *A internet funciona como meio para democratizar este espaço?*
 - ✓ *Como se dá o acesso ao ambiente digital, e qual a relação da internet com a integração social?*

Juntamente com as pesquisas de campo e os estudos de caso, também foram realizadas entrevistas com pessoas que auxiliariam no entendimento do uso dos espaços na cidade Brasília. Essas questões são essenciais no sentido de entender como se comportam os fenômenos observados no espaço urbano, já que as análises, estudos de caso e entrevistas se complementam.

2.1 QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS DO MÉTODO

Esta pesquisa se insere nos campos principalmente da sociologia, do *design* e da tecnologia, tendo seu objetivo essencialmente qualitativo quanto à análise do sistema urbano, já que se propõem a interpretar, por meio dos dados levantados, os fenômenos estudados. Além dessas investigações, a análise se dá também em nível teórico, pois considera a bibliografia como um forte fator para entendimento das questões levantadas. A pesquisa tem sua prática estruturada também pela vivência da investigadora nos fenômenos sociais estudados. Assim, uma visão pessoal é bastante relevante, já que a investigadora se coloca como espectadora, atriz e observadora dos fatos. A escolha deste caminho teórico-vivencial para o desenvolvimento da pesquisa científica em questão leva em consideração fatores subjetivos na análise, como modelos de apropriação que entremeiam o cidadão e o espaço urbano por ele experienciado, já que a análise conta com a colaboração da sociedade envolvida no processo.

Assim, a pesquisa se dá em 5 momentos complementares, cada um com questões a serem analisadas de acordo com o método anteriormente apresentado:

- *O que podemos saber sobre o tema (pesquisa bibliográfica)*

- *Como podemos comparar os conflitos apresentados nos espaços (pesquisa exploratória)*
- *Quem está envolvido diretamente ou indiretamente na pesquisa (pessoas que possam contribuir de maneiras específicas para a pesquisa)*
- *Como podemos entender a sociedade em um contexto específico (estudos de caso e estudos de campo)*
- *Qual a visão da investigadora como atriz, transformadora e narradora dos fatos (dimensão pessoal no relato e vivência da temática)*

Deste modo, os estudos de caso foram escolhidos qualitativamente, ou seja, foram selecionados 2 locais públicos com características sociais distintas, a fim de serem confrontados. Os escolhidos foram aqueles que melhor representam o que pretendemos demonstrar, com maior controle das variáveis envolvidas no processo. Os locais escolhidos para análise comparativa foram:

1. *Complexo Cultural da República (Museu e Biblioteca Nacional)*
2. *Pontão do Lago Sul*

Ainda para entendermos como os espaços estudados se relacionam, e ainda para que o contexto de ocupação dos espaços de Brasília seja melhor apreendido, escolhemos outros locais³ que fazem parte da análise, mas que não são nosso objeto principal. Os locais secundários são analisados para demonstrar situações pontuais, ou mesmo para que sejam realizadas comparações com os estudos de caso principais. Tais locais representam:

- *Evento PicniK no Calçadão*
- *Projeto BikeBrasília*
- *Projeto Brasília por Pessoas (desenvolvido pela autora)*
- *Quadras residenciais, em especial áreas públicas como: os pilotis, os estacionamentos e as hortas urbanas*
- *Página eletrônica no facebook do “Governo de Brasília”*

³ Usamos a terminologia “local” para designar também acontecimentos na cidade, ou até mesmo eventos que tomam forma também (e principalmente) no Ambiente Digital.

Essas análises têm como principal produto o diagnóstico de como se procede o conflito entre as classes sociais com relação à democracia de acesso e uso dos espaços da cidade. A questão de envolvimento pessoal se dá principalmente no que concerne às vivências na cidade de Brasília, e o resultado deste envolvimento pessoal vem a partir das próprias experiências na cidade, desenvolvendo um olhar crítico sobre a questão urbana.

Levantadas as questões, os resultados se dão por meio de análise dos pontos apresentados. Elaboramos, assim, um diagrama que apresenta de maneira esquemática o método trabalhado (*workflow*).

2.2 DIAGRAMA REPRESENTATIVO DO WORKFLOW

O esquema de análises e obtenção de resultados é melhor compreendido quando apresentado de maneira esquemática em um diagrama de etapas. As etapas para análises são representadas no diagrama a seguir.

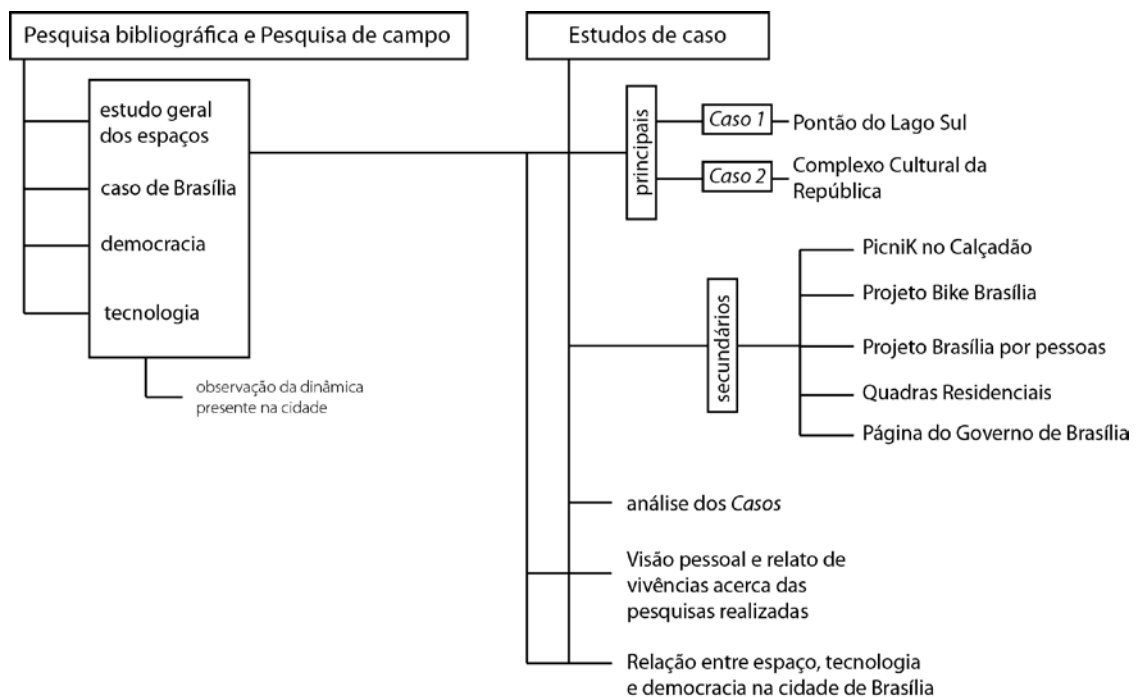


DIAGRAMA 1 – Esquemática do método

Dada a complexidade do processo, é imperativo perceber que as etapas presentes no *workflow* apresentam os fatores analisados como interdependentes, pois as pesquisas se complementam.

Sobre o objeto de estudo, devido à dificuldade de se realizar um estudo aprofundado sobre tudo aquilo que engloba os fatores tecnológicos que possuem interface com o espaço urbano, foi feita uma seleção de estudos de caso pontuais e análises locais, mas levando em consideração que estamos avaliando uma parte integrante de um todo complexo. Os casos secundários, ou paralelos, são de extrema importância para esta análise, e nos proporcionam comparações com os casos principais. Tal comparação nos auxilia no entendimento de como funciona o uso e acesso a locais da cidade, tanto de maneira ampla e geral quanto no entendimento de análises locais, de acordo com as características e interesses que englobam cada local.

3 DEMOCRACIA

3. DEMOCRACIA

“O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.”

Ítalo Calvino

Estudar o conceito de democracia e avaliar como os indivíduos se comportam nos Espaços urbanos é compilar diversos processos de tendências comportamentais de cunho social, econômico, cultural e político na sociedade. Para nos aventurarmos nessa temática, tão repleta de definições políticas teóricas e ao mesmo tempo tão prática e necessária no dia-a-dia e na vida em comunidade, recorreremos a Norberto Bobbio (1991), filósofo e político italiano que muito nos ensina sobre a temática em questão. A partir de suas definições, podemos nos atrever a perceber a democracia não só no ambiente físico urbano, mas também na rede conectada, pois se torna mais palpável o entendimento do processo democrático na esfera social em geral.

Partindo da definição usual da palavra “democracia”, temos, do grego que “demo” signifique povo e “cracia”, poder, portanto, trata-se de um regime político onde o poder emana do povo, e no Brasil a vivenciamos indiretamente, pois elegemos nossos representantes. Esta definição é válida principalmente para regimes políticos, e, na verdade, consideramos ser uma maneira simplificada de explicar como funciona a forma de governo no país. O que pretendemos avaliar vai bem além disso. Na democracia moderna, segundo Bobbio (1986), existe um soberano, mas ele não é o povo, pois “Povo”, para Bobbio, é uma abstração, e os indivíduos são uma realidade. O autor, em sua publicação “O Futuro da Democracia”, de 1986, nos ensina que a democracia é caracterizada “por um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. (p. 18)” Com isto, o autor nos demonstra como o conceito de democracia, na realidade, está ligado ao controle de poder, principalmente no que diz respeito às pessoas capacitadas para tomar decisões e nos métodos que serão utilizados.

A pluralidade da tomada de decisões, segundo Bobbio (1986) é o que torna uma sociedade mais democrática, pois a concentração de poder em oligarquias de mesma opinião é tendência em regimes democráticos. Segundo o autor, “tal defeito apenas pode ser corrigido pela existência de uma pluralidade de oligarquias em concorrência entre si” (p. 61). Desta maneira, o poder não seria “apenas distribuído mas também controlado” (p.61).

Para nós, que objetivamos avaliar como se dá a participação da sociedade, na própria esfera social, em prol dela mesma, a definição de democracia deve ser melhor analisada segundo preceitos mais profundos que nos revelem como se consolidam as relações sociais. Não se trata de uma eleição, mas de poder real na esfera social. Para início de análise, partimos do preceito que democracia e racionalidade são conceitos relacionados, pois, para Bobbio (1991), o poder deve ser controlado de maneira a representar os envolvidos no sistema, a fim de proteger o cidadão e representar suas ideias, tendo-se, para tanto, a racionalidade como modo de operação e análise. O problema, ainda segundo Bobbio, é justamente sobre o que seria satisfatório, pois tal conceito estaria atrelado a diversos interesses, e não podemos garantir, em uma sociedade em que exista um grande controle social pelo poder, que esses interesses sejam realmente da população como um todo.

No espaço urbano, percebemos como o interesse de grupos determina as regras de acesso a seu próprio bairro, por exemplo, por meio da pressão por regras que favoreçam aquele grupo específico. Deste modo, o restante da população não teria direito de se apropriar de um espaço público, e daí surgem diversas tensões sociais. A partir da exclusão social corroborada por normas de espaço e lugar, observamos o método de manutenção da ordem na sociedade, impondo regras. Representa-se nesse sentido o modo como são tomadas essas decisões, e não a essência dessas decisões, por não apresentar, na esfera social, uma reflexão e nem previsão de discussão. Essa maneira de agir é responsável por diversos problemas sociais, já que apenas o modo de execução é previsto, mas nem sempre a profundidade dessas decisões, ou seja, não existe uma reflexão sobre o valor e as consequências que essas escolhas têm na sociedade.

Segundo Bobbio (1991), existe uma série de fatores que deslegitimam a democracia como sendo o conceito simplista de “regra da

maioria”, e defende que a democracia, na verdade, deve estar atrelada ao “livre debate”, onde conclusões são estabelecidas e decisões são tomadas, mas há sempre o espaço para revisão e modificação dessas decisões e do conceito de controle democrático por meio de mais debates e mais conclusões. O Poder, dessa maneira, deveria ser utilizado para que grupos não extrapolem regras de acesso ao seu espaço, ou seja, o poder viria justamente para coibir o excesso de poder. Assim, as reflexões sobre as decisões surgiriam de uma maneira mais natural, já que se entenderiam a essência dessas deliberações, e quais as consequências sociais envolvidas.

Com relação à parte prática da questão, o “livre debate”, que é difícil em uma metrópole se torna, em tese, completamente possível no ambiente Digital, pois existe a possibilidade de se criar um ambiente onde a democracia direta seja estabelecida: o cidadão não mais necessita de um porta-voz, e nem eleger alguém que o represente, pois ele é capaz, a princípio, de expressar-se livremente em um ambiente passível de discussão e de tomadas de decisão. Porém, a concretização de um ambiente conectado que seja democrático não está de maneira nenhuma consolidada, pois a questão não está tanto na possibilidade de se fazer esta discussão possível, mas na forma como as opiniões e o “livre debate” se estabelecem. Por meio de imposições de conceitos e massificação de ideias, muitos indivíduos conectados, sem saber, podem ser manipulados e se expressar a fim de garantir os interesses de um grupo hegemônico, mas sem estarem totalmente conscientes disto.

Para esta dissertação, não tratamos da democracia como um tema político-representativo, mas como modelo de ação para que se entenda como se dá a ocupação e uso dos espaços urbanos. Bobbio (1991) é um autor que destrincha a temática de maneira a oferecer-nos interpretações passíveis de aplicação ao contexto do espaço Físico e do ambiente Digital em uma cidade. O autor, em um de seus textos, compara a democracia dos antigos à dos modernos, onde, para os antigos (Roma antiga por exemplo), a palavra “democracia” era entendida como sinônimo de “Democracia Direta” e para nós, hoje em dia, é entendida como “Democracia Representativa”, onde elegemos nossos governantes.

Pensemos um pouco a respeito da democracia dos Antigos, onde a imagem deste conceito era, segundo Bobbio, uma praça, em que os cidadãos poderiam se reunir e tomar as decisões de governo. Desta maneira, eles resolviam sobre as guerras, as finanças, obras públicas e as leis. O ambiente da rede conectada parece-nos ser um espaço onde é possível que haja uma espécie de democracia direta, pois as tomadas de decisão a respeito das regras daquele ambiente específico são mais abertas, graças ao “livre debate” possibilitado. Lembrando mais uma vez que se trata de um espaço onde existe esta possibilidade, mas não necessariamente exista uma plena democracia direta, devido, por exemplo, a fatores de controle por atores hegemônicos que direcionam as ações sociais no ambiente Digital.

O próprio Bobbio (1991) considera esta questão de semelhança entre a democracia dos antigos e a rede conectada, pois o próprio autor prevê timidamente que, com a ampliação do uso dos computadores para as tomadas de decisão diárias, a *internet* pode ser um meio do cidadão se expressar, reunindo grupos em que as regras seriam organizadas e discutidas internamente. Essas características remontam a conceitos de democracia direta.

O julgamento de Bobbio (1991) parece-nos correto quando observamos por exemplo, juntamente com a mídia tradicional, a “mídia paralela” com notícias e informações difundidas pela *internet*. Essa decisão de comunicar o que está além dos jornais tradicionais é do habitante da cidade, que exerce sua força enquanto cidadão. Também no ambiente Digital podem ser iniciadas diversas ações que influenciam nos espaços Físicos da cidade, como denúncias de irregularidades, anúncios de desaparecimento de pessoas ou animais, incentivo ao debate de um tema específico, enfim, diversas ações que se aproximam mais do conceito de democracia direta do que de democracia indireta.

A partir disto, podemos considerar também que o indivíduo, ao expressar suas escolhas, procura se aproximar de outros indivíduos que têm opiniões semelhantes. Podemos considerar esse comportamento como sendo individualista, mas buscando o elemento da coletividade. Em seus textos, Bobbio (1991) trata da democracia enquanto conceito individualista quando o autor traça a diferença entre individualismo “libertário” e “democrático”, onde,

no primeiro caso, o indivíduo é retirado do organismo social, e cada um deve cuidar dos seus próprios interesses. No segundo caso, O individualismo democrático, há a aproximação do indivíduo com os demais que pensem de uma mesma maneira, de forma a traçar objetivos comuns dentro da sociedade. Bobbio (1991) chama isto de uma “associação de indivíduos livres.”

Na realidade, quando tratamos da democracia de acesso e uso dos espaços de uma cidade, devemos considerar que existem questões que envolvem conhecimentos especializados para gerir esses acessos; e tais conhecimentos, segundo Bobbio (1991), estão cada vez mais inacessíveis às massas. Em Brasília, assim como em toda grande metrópole, existem locais que são reservados para uso e apropriação apenas de certa parcela da população devido à valorização daquele local, e o restante da população não tem o mesmo tipo de acesso devido a condições, principalmente, econômicas. Podemos considerar que, em se tratando do ambiente Digital, onde não existe uma barreira física de acesso, há a possibilidade de apropriação e uso mais livre, o que pode ter influências diretas e indiretas no espaço Físico, como por exemplo a conscientização sobre os direitos dos cidadãos, divulgação de eventos e comunicação entre as pessoas.

Devido à rápida disseminação de informação pela *internet*, é possível que decisões baseadas no modelo de democracia direta sejam tomadas, e estas decisões podem ser divulgadas pela rede conectada, o que influencia a dinâmica no espaço Físico. Assim, pode-se criar uma nova cultura, como é o caso, por exemplo, das hortas urbanas em Brasília. Devido ao grande espaço livre entre os prédios residenciais, alguns moradores passaram a se organizar por meio da *internet* para criar hortas comunitárias urbanas. Existem em Brasília algumas dessas hortas, todas independentes, e elas são organizadas pelos moradores, tendo o principal meio de comunicação a *internet*, o que teve impacto quase imediato no Espaço Físico.



FIGURA 3 – Vistas aérea (esq.) e frontal (dir.) da quadra 307 sul de Brasília, mostrando o grande espaço verde.
fonte: googlemaps.



FIGURA 4 – Horta comunitária do Sudoeste. À esquerda, a página de interação no facebook e à direita, uma imagem da ação do projeto.
foto: Amanda Pereira. Página do facebook disponível em:
<https://www.facebook.com/groups/545124228943908/?fref=ts>.
Acesso em 8-5-2015.

Analisando o caso das hortas comunitárias, o fato é que sua implementação não é sempre um consenso entre os moradores e, por não haver regulamentação na Lei sobre esta prática, por vezes existem desentendimentos entre grupos que desejem a continuidade da horta e outros grupos que não concordam, isso dentro de uma mesma quadra. Foi o caso de uma horta na quadra 416 Norte⁴, onde alguns moradores consideravam ser uma iniciativa de sustentabilidade e educação enquanto outros consideravam se tratar de invasão de área pública. A partir do problema gerado, e do

⁴ Ver reportagem sobre o tema no link <http://g1.globo.com/distrito-federal/dftv-1edicao/videos/t/edicoes/v/horta-comunitaria-gera-polemica-na-416-norte/4038445/>. Acesso em 2-5-2015.

aparecimento de outras hortas urbanas, houve um crescimento do movimento pela regulamentação das hortas comunitárias. Existe ainda um projeto de lei na Câmara Distrital, o Nº 4772/ 2012 que propõe a regulamentação das diretrizes e políticas de apoio à agricultura urbana, mas ainda não há previsão para votação. Porém, depois que as hortas comunitárias se tornaram cada vez um assunto mais corrente, tanto no espaço Físico quanto no ambiente Digital, houve uma cobrança de retomada desse projeto de lei por parte da comunidade. A partir deste exemplo, podemos perceber a influência da democracia direta da *internet* na política da cidade, onde um movimento divulgado e debatido em pequena escala (um bairro da cidade) pode ser reconhecido e apoiado por pessoas em outros bairros (hortas comunitárias de Águas Claras, do Sudoeste, etc.), fazendo crescer o debate sobre a temática, que seria finalmente discutida em escala oficial.

Temos ainda outro exemplo de análise que envolve as hortas comunitárias. Em meio ao crescente número e interesse por estas hortas, alguns moradores se propuseram a organizar um financiamento coletivo para criar hortas urbanas por meio de um projeto chamado “Re-Ação⁵” de financiamento coletivo pela *internet*, o Catarse⁶. O funcionamento do Catarse se dá da seguinte maneira: se o projeto recebe o número de doações suficiente, ele entra em implementação, se não, o dinheiro é devolvido aos investidores. Segundo o Re-Ação, seus objetivos são “Utilizar as áreas verdes de forma sustentável, desenvolver um sistema de compostagem e envolver a comunidade através das agricultura urbana”. Além disso, podemos considerar que se trata também de envolver a comunidade na proposta virtual do projeto, onde antes mesmo que ele aconteça, existe na *internet* sua possibilidade.

A partir disso, podemos perceber a importância do ambiente Digital na sociedade e como pode haver influência entre os dois espaços. Na imagem a seguir, podemos ver recortes de publicações extraídas da Página “Horta Comunitária Sudoeste”, da rede social *facebook*.

⁵ Para saber mais, acessar http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/12/04/interna_cidadesdf.460529/asa-norte-moradores-fazem-financiamento-coletivo-para-criar-hortas-urbanas.shtml. Acesso em 2-5-2015.

⁶ Trata-se de um sistema de captação online de recursos para apoio e desenvolvimento de projetos, iniciado por uma pessoa ou grupo de pessoas.



FIGURA 5 – Recortes de publicações da página no Facebook da “Horta Comunitária Sudoeste”.

Fonte:

<https://www.facebook.com/groups/545124228943908/?fref=ts>.

Acesso em 2-5-2005.

As publicações são divulgações, informativos, fotografias e outros, sempre de interesse geral do grupo, favorecendo o diálogo, livre debate e tomadas de decisão acerca de um tema específico: a horta e as decisões sobre ela. Entretanto, podemos observar na figura 5 uma publicação de caráter claramente político, onde o deputado distrital Joe Valle, apoiador da regulamentação das hortas comunitárias, utiliza o ambiente Digital para se promover, levando gratuitamente sua palavra para seu público: os apoiadores do movimento de hortas. Assim, é possível ver que políticos se aproveitam do espaço da rede conectada para falar diretamente com seus eleitores, mostrando a sua visão dos fatos. Independente das intenções de Joe Valle, o que nos interessa aqui é a abertura que o ambiente Digital proporciona, não apenas para o livre debate, mas também para manipulações e direcionamento de ações.

É importante salientar que é possível, que haja a disseminação de informações falsas a partir de fontes não confiáveis ou mal intencionadas, além de propagandas enganosas, fotografias ou vídeos pessoais divulgados

sem autorização. Na realidade, entendemos que a *internet*, como espaço livre, não deve ser confundida com uma “terra sem lei”, onde tudo pode ser feito sem consequências. Como se trata de um dos desdobramentos do espaço urbano, o ambiente Digital, por promover a ampliação da democracia direta, conforme ideias de Bobbio (1991), influencia nas tomadas de decisão do espaço Físico das cidades. Considerando que o conhecimento de como as decisões são tomadas não passa pelas massas, por se tratar de informação que exige conhecimento técnico acerca da temática, o que poderia ser incentivado é a educação para a cultura *web*, onde as trocas e relações efetuadas teriam um propósito, e a navegação crítica pela rede conectada seria incentivada. Dessa forma, não apenas as pessoas estariam disseminando informações sobre uma horta comunitária, alegando ser contra ou favor do projeto, mas discutindo o que é o espaço público, e para que deve ser utilizado, além de debater sobre como esta situação se aplica no contexto da cidade e quais as implicações legais no processo.

Como exemplo, vimos o caso das hortas comunitárias, mas aqui cabem discussões sobre direitos e deveres do cidadão no espaço público, no espaço privado, na rede conectada e em todos os espaços da cidade. A partir deste livre debate e com apoio educacional, o cidadão de Brasília seria capaz de exercer democraticamente seu papel como habitante da cidade, gerando conhecimento sobre ela para melhor aproveitamento do potencial urbano, entendendo suas características e peculiaridades. Nesta caminhada, a *internet* deve funcionar como meio para que se consiga este resultado, como também deve ser o produto esperado, já que faz parte das vivências presentes na sociedade, e não apenas uma maneira de se chegar até determinado resultado.

4 ESTUDOS DOS ESPAÇOS E BRASÍLIA

4. ESTUDOS DOS ESPAÇOS E BRASÍLIA

“Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”

Ítalo Calvino

4.1 ESPAÇO FÍSICO

Uma cidade é formada principalmente pelo conjunto de estruturas urbanas, atores⁷, encontros ou interações entre esses atores e os espaços. O conjunto urbano é um universo complexo e multifacetado, onde as possibilidades de interações entre os atores do processo e os espaços são enormes.

A cidade então, tratando-se de espaços e seus usos, é um local que apresenta diversos níveis espaciais, cujas interações se comportam como fluxos hegemônicos e hegemonzados, mas que, ainda assim, é um lugar comum a todos os cidadãos. Para melhor entendimento da relação entre acesso e uso dos lugares na cidade, é necessário compreender o conceito de Espaço, pois é ele que envolve e estabelece as diversas ações dentro do *locus* urbano, como nos mostram autores como Wertheim (2009), Santos (2013) e Gomes (2012).

Os Espaços, como conceito geral, configuram-se como palco de interações diversas em um tempo específico. Essas interações podem ter vários motivos, hierarquias, forças e direções, sendo todas essas variáveis interpretadas como fluxos no espaço que regem as relações espaciais e, em consequência, as relações sociais. Todo esse amálgama de interações é possibilitado pela existência de um espaço comum que envolve e direciona as ações sociais, e que, no caso de nossa pesquisa, trata-se da Cidade de Brasília. Essas interações podem ser então visualizadas como fluxos dentro

⁷ Entende-se por “atores” os indivíduos, órgãos governamentais e empresariais, comércio, indústria, meios de transporte, enfim, todo e qualquer componente que coexista em uma cidade e é capaz de realizar interações com outros atores.

de um espaço comum. Santos (2013) nos apresenta uma consideração importante sobre a temática dos Espaços quando argumenta que:

Considerado como um todo, o espaço é teatro de fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações. Há fluxos hegemônicos e fluxos hegemonzados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos. O espaço global é formado de todos os objetos e fluxos. (p. 49)

Desta maneira, consideramos ser imprescindível o estudo dos fluxos espaciais e suas intensidades e orientações nos Espaços. A dinâmica existente nos espaços urbanos apresenta a ordem e direção dos fluxos de ações e interações, e nos aponta como se dá a questão de acesso a esse espaço. Fica claro perceber que os fluxos são hierarquizados e direcionados por grupos hegemônicos socioeconomicamente, o que caracteriza o tipo de relação normalmente presente no espaço urbano: a de dominação econômica e social. Santos (2009) apresenta de forma clara esta relação típica nas cidades:

As entidades chamadas Regiões Metropolitanas surgem, pois, como soluções para viabilizar um capital que ganhava uma enorme dimensão e necessitava prevalecer-se de regulamentações específicas, além da criação de espaços exclusivos para certas atividades e de espaços exclusivos para certos homens, espaços adrede preparados para certas utilizações e não para outras; para certas classes de homens e não para outras. (p. 131)

Sendo assim, é possível perceber que os espaços, como direcionadores das ações da comunidade, são controlados por grupos que determinam a própria utilização dos ambientes urbanos, principalmente por meio de sua categorização e hierarquização. Esse controle se dá por meio de fatores que são possibilitados pela própria lógica urbana de uso dos espaços e que, além disso, permitem a legitimação de uso do espaço urbano por grupos hegemônicos. Esses grupos, por serem detentores do poder, são capazes de gerir os espaços de acordo com seus interesses. Podemos ainda constatar que o próprio Estado corrobora com esse cenário quando legaliza indiretamente o poder das classes sociais mais ricas dentro de um espaço mais central ou mais valorizado.

Santos (2013) legitima essa afirmação quando argumenta que “Os espaços (...) atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e desse modo são incorporados plenamente às correntes de globalização.” (p. 48) Tal característica é geradora de conflitos entre grupos sociais com interesses distintos dentro de um mesmo espaço urbano. Assim podemos concluir que, de acordo com a lógica capitalista, os espaços podem ser percebidos como um produto, contendo valor de mercado igual a qualquer outro. É nesse sentido que são traçadas as dinâmicas espaciais que direcionam as ações sociais, e que promove a divisão dos espaços urbanos.



FIGURA 6 – Infográfico que representa a lógica das regras de acesso aos espaços da cidade.

Elaboração: Daniela Barbosa.

Brasília é a Capital do Brasil desde 21 de abril de 1960. A ideia da transferência da capital do Rio de Janeiro para o centro do país teve lugar ainda nos tempos do império, prevista na Constituição de 1881, mas somente concretizada no governo de Juscelino Kubitschek, tendo sua construção iniciada em 1957. Tal medida se tornou economicamente e estrategicamente possível naquele contexto do país, como nos mostra Aldo Paviani (2010), quando afirma que “A construção de um ‘centro político nacional’ não é um fato isolado que ocorre em nível puramente ideológico; pelo contrário, ele tornou-se viável, nos anos 1950, dada uma determinada conjugação das forças sociais então existentes” (p. 27).

Assim, mesmo que Brasília carregue uma aura de ideologia e esperança, suas raízes estão em um nível muito mais estratégico do que ideológico, como completa Benício Schmidt (2010) quando nos ensina que “Brasília e seu entorno regional constituir-se-iam no verdadeiro trampolim do Sudeste industrial para a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e Norte do Brasil” (p. 36). Estrategicamente viável e ideologicamente possível, ocorreu então a transferência da capital, e Brasília passou a ser sede da República em 1960.

Mesmo que seus motivos primordiais não tenham sido de cunho puramente ideológico, seu plano urbanístico apresentaria uma série de inovações acerca de estilo e configuração enquanto espaço urbano. De acordo com Pedro Paulo Palazzo (2014), “O Plano Piloto de Brasília de Lucio Costa, vencedor do concurso, tinha uma forma inusitada que parecia um avião (...). A clareza e a monumentalidade do conceito seduziram o júri, assim como continuam a seduzir arquitetos e turistas até hoje. (p. 16)”

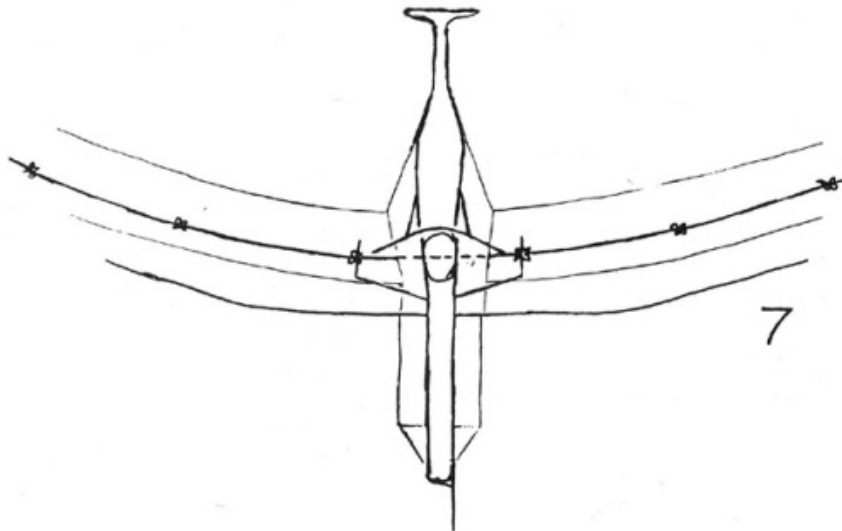


FIGURA 7 – Desenho de Lúcio Costa no Plano Piloto de Brasília.

Fonte: Plano Piloto de Brasília. Disponível em http://brasiliapoetica.blog.br/site/media/relatorio_plano_piloto_de_brasilia_web2.pdf. Acesso em 8-6-2015.



FIGURA 8 – Vista de Brasília: Eixo Monumental e Torre de TV.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Monumental_Axis. Acesso em 8-6-2015.

Em se tratando de moradia, considerando as ideologias e o projeto da Nova Capital, vale lembrar que as superquadras residenciais⁸, parafrazeando Palazzo (2014), apresentavam uma característica bastante utópica quando se previa que elas seriam praticamente idênticas para todas as classes sociais, “do faxineiro ao burocrata do ministério” (PALAZZO, p. 16). O que de fato ocorreu desde o início da construção foi que a especulação imobiliária e a lógica do capital obrigaram as pessoas de classes sociais menos favorecidas a se afastarem do centro desde antes mesmo da inauguração de Brasília. Ferreira (2010) nos mostra que a periferia de Brasília se desenvolve numa velocidade maior do que o próprio centro.

⁸ O conceito de superquadra residencial corresponde a conjuntos de edifícios dentro de um esquema organizacional comparável a um quarteirão. Com aproximadamente 280m², as superquadras possuem entre 11 e 20 blocos (prédios) residenciais, tendo como uma das características principais a presença de Pilotis, o que faz com que o acesso ao térreo deles seja livre. Elas possuem também comércio localizado entre as quadras.

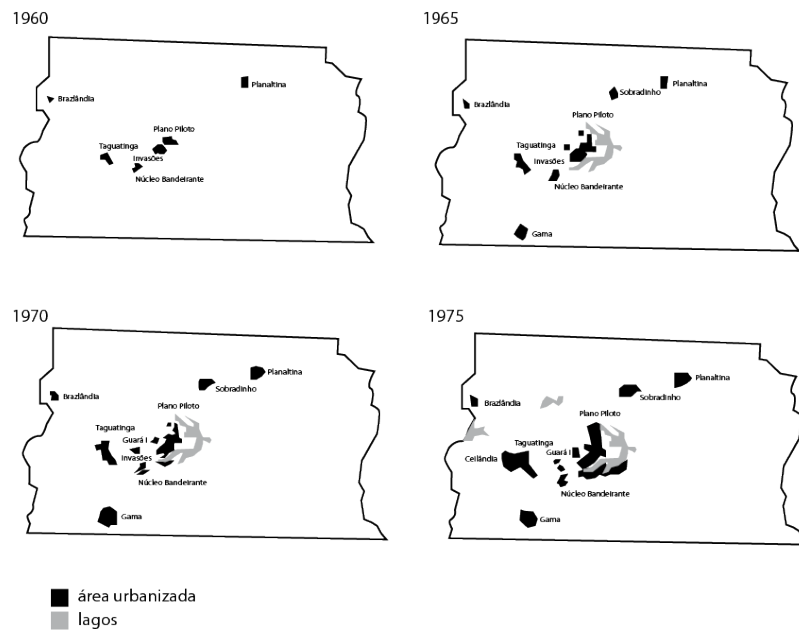


FIGURA 9 – Evolução Urbana no Distrito Federal.

Fonte: Adaptação de Brasília, ideologia e realidade.
FERREIRA, Ignez Costa Barbosa in PAVIANI, Aldo; p. 74.

Isso significa dizer que desde o início a segregação social já estava presente no espaço Físico de Brasília, cuja administração inauguraria novas e precárias cidades distantes do centro a fim de mascarar a pobreza, distanciando a população pobre que chegava na Capital para trabalhar. Durante a construção de Brasília, como nos mostra Ferreira (2010),

A população migrante formava favelas e acampamentos no espaço em construção. Para abrigar essa população, foram criados núcleos periféricos ao Plano Piloto, como solução para impedir o crescimento desordenado no centro. Esses núcleos foram criados quase que simultaneamente à cidade (p. 72).

Na realidade, as demais cidades do DF estavam presentes no plano urbanístico de Brasília, mas previa-se que fossem construídas em um momento posterior ao que realmente aconteceu. Planejava-se o início do povoamento de cidades periféricas quando houvesse necessidade, mas o que de fato ocorreu foi que as demais cidades surgiram logo no início, e o motivo era justamente conter a chegada e permanência das pessoas de baixa renda no centro da cidade.

Esse processo nos mostra de forma clara que a destinação de espaços na Capital Federal, desde o início, já favoreceria os grupos sociais de

renda mais elevada, que teriam controle sobre o espaço tomando para si, a partir de poder econômico e social, os locais mais valorizados de Brasília. Daí já se iniciou o processo de segregação espacial, seleção e distribuição dos espaços Físicos de acordo com a classe social de seus ocupantes. Ferreira (2010) conclui nosso pensamento quando argumenta que “Na periferia da cidade planejada, antes mesmo que ela estivesse concluída, cria-se o espaço da reprodução da força de trabalho necessária à construção da cidade e sua implementação.” (p. 73)

Essa realidade fez parte da história da cidade, e carrega suas consequências até os dias de hoje. Apesar da ideologia da construção de uma cidade-modelo, tanto em termos urbanísticos quanto filosóficos e sociais, ainda hoje temos conflitos espaciais no que diz respeito à estratificação social e à lógica de uso dos espaços.

4.1.1 *Classificação e uso dos Espaços*

De acordo com suas características, usos, dinâmicas e fluxos de ações, os espaços podem possuir diversas funções e representações. Dentro do espaço urbano, essas funções podem ser motivo de encontro, segregação, conflitos, entre outros. Existem diversas classificações quanto a esses conceitos espaciais, e consideramos autores como Gomes (2012) e Santos (2013) importantes para o enfoque que pretendemos abordar. Gomes (2012) nos apresenta uma importante divisão com relação ao estudo dos Espaços, classificando-os em *Nomoespço* e *Genoespço*. O *Nomoespço*, segundo o autor, consiste no local formal e normatizado, onde uma associação territorial é estabelecida em nome do bem comum da sociedade. De acordo com Gomes (2012),

É necessário que se estabeleçam bases formais nessa associação, contratos que limitem, coíbam e punam certas atitudes em nome do equilíbrio do conjunto. Ao mesmo tempo, essa associação deve garantir, resguardar e proteger determinados direitos e liberdades que constituem os maiores benefícios supostos nessa cooperação. (p. 31)

Esse espaço, o *Nomoespço*, é então local de regras e normas que devem ser seguidas pelo cidadão e que são legitimadas pelo Estado. São

normas estabelecidas por poderes legítimos e se aplicam a todo e qualquer cidadão, prevendo regras de direitos, deveres e punições para que as bases formais sejam cumpridas, considerando-se em primeiro lugar o bem da sociedade como um todo. Esse espaço é legitimado pelo poder estatal, sendo sua principal característica a generalização do cidadão e a busca, por meio de regras, pelo bem comum e benefício da sociedade como um todo, sem distinções de qualquer espécie.

Porém, por encarar a sociedade como um todo homogêneo no quesito de direito de ocupação territorial, e não havendo diferenciação entre grupos dentro de um mesmo espaço, esta classificação se torna mais teórica do que prática, e Gomes (2012) considera também este fator. Cabe, então, outra divisão, proposta também pelo autor, que observa o fenômeno de ocupação dos espaços como ele se dá no dia-a-dia da cidade, não cabendo somente o conceito de espaço igualitário e normatizado. Aqui, o autor propõe uma classificação que estaria mais de acordo com a vivência da sociedade e que vai além da legislação, levando em conta características de grupos distintos na esfera social. Este espaço é chamado pelo autor de *Genoespaço*.

De acordo com Gomes (2012), o *Genoespaço* é composto pelo espaço das relações sociais culturais, afetivas, históricas ou econômicas dentro de um território comum. É o espaço onde, segundo o autor, “o tipo de agregação social que qualifica o território é o grupo ou a comunidade” (p. 60). Gomes (2012) entende ainda que a legitimação de uso dos espaços se dá, baseando-se na lógica do *Genoespaço*, por fatores que vão além da normatização dos espaços comuns baseado em leis formais, marcados por grupos dentro de uma comunidade que se proclamam, por motivos diversos, detentores de uso daquele espaço específico. No mesmo raciocínio, Gomes (2012) analisa as disputas territoriais no *Genoespaço* da seguinte maneira:

obrigatoriamente estas disputas não possuem nunca um caráter cosmopolita, não sendo a dinâmica dessas lutas inclusivas, visto que se define pela diferenciação ontológica, constituindo-se, pois, como uma afirmação da diferenciação de direitos em um espaço, segundo critérios de domínio e controle coletivos (p. 61)

Podemos observar então que, além da existência de um espaço comum que é regido por leis específicas do Estado e que são criadas para, idealmente, democratizar o espaço urbano, temos também as regras da própria comunidade para este tipo de ocupação. Essas regras, como citado por Gomes (2012), não têm o ideal de representar as bases da norma e de promover a ocupação igualitária por todos, mas sim de estabelecer divisões baseadas em conceitos de separação da sociedade por grupos. Essa divisão é capaz de ditar as regras de quem pode e quem não pode ocupar e utilizar um espaço público, e ainda apresenta a maneira correta de sua utilização de acordo com interesses de parcelas específicas da população.



FIGURA 10 – Representação do “Nomoespaço” de Gomes.

Elaboração: Daniela Barbosa.



FIGURA 11 – Representação do “Genoespaço” de Gomes.

Elaboração: Daniela Barbosa.

A fim de aplicar este conceito à cidade de Brasília, é importante situar a cidade em seu contexto atual, para melhor entendimento das questões espaciais e sociais que envolvem a cidade. Brasília está localizada na região Centro-oeste do país, no Distrito Federal. Sua população total em julho de 2010 era de 2.570.160⁹ habitantes distribuídos no Distrito Federal, sendo que o Plano Piloto, no mesmo período, apresenta uma população de

⁹ Dados do CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/TABELA%20RENDA%20PER%20CAPITA%20E%20POPULA%C3%87%C3%83O%20-%20CENSO%202010.pdf>. Acesso em 15.9.2014.

208.666¹⁰. O Distrito Federal, como já ressaltamos, é a única unidade da federação dividida em Regiões Administrativas (RA) e não em cidades, como acontece no restante do país. São no total 30 RA's¹¹, sendo Brasília uma delas.

Consideramos para a pesquisa fatores socioeconômicos a partir das análises de Paviani (2009), dados oficiais da CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) e do Comitê Gestor da Internet (CGI). O objetivo é a análise de fatores socioeconômicos a partir de questões espaciais observadas nas cidades do DF e avaliação de como se dá o acesso à *internet* móvel, por meio de interpretação dos dados e observações. A partir daí, podemos analisar, primeiramente no espaço físico, como se relacionam as outras cidades do DF com a Brasília tomando por base as distâncias entre as cidades.

Na figura 12 a seguir, é possível observar a localização de cada uma de acordo com a distribuição geográfica no território do DF:

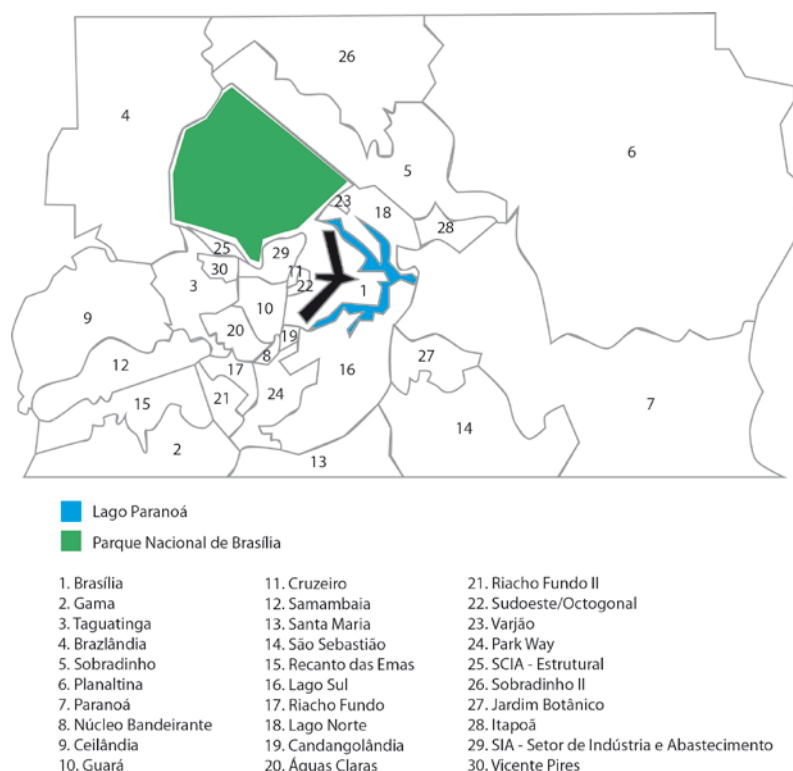


FIGURA 12 – Regiões Administrativas do Distrito Federal por localização.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, com base em dados da CODEPLAN, de 2010.

¹⁰ Idem. O Plano Piloto, porém, é contemplado aqui como somente Asa Norte e Asa Sul.

¹¹ Dados de 2010.

Nesta análise, levando-se em consideração fatores socioeconômicos baseados em dados de 2010 da CODEPLAN, dividimos as RA's em três grupos de acordo com as rendas médias mensais. O Grupo 1, com renda média mensal superior a R\$ 3.000,00, é composto por Brasília, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal e Park Way; o Grupo 2 com renda média mensal entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00, é composto por Águas Claras, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, SIA, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires; e o Grupo 3, com renda média mensal inferior a R\$ 1.000,00, é composto por Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Gama, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SCIA – Estrutural e Varjão.

Esta divisão específica foi realizada de acordo com fatores econômicos, onde o Grupo 1 abrange as Regiões Administrativas de classe média-alta; o Grupo 2 seria composto por aquelas RA's de classe média e, enfim, o Grupo 3 seria aquele composto por RA's com renda média baixa, e também com a maior parte da população carente do DF. Na Tabela 1, a seguir, esta classificação pode ser verificada, assim como a relação entre população e renda por RA:

População e Renda per capita (mensal) das Regiões Administrativas do Distrito Federal – julho de 2010		
Região Administrativa	População Total	Renda per capita mensal (em R\$)
Brasília	208.666	3.835,27
Jardim Botânico	23.124	3.040,68
Lago Norte	32.903	4.297,96
Lago Sul	29.537	5.420,62
Park Way	20.955	3.173,98
Sudoeste/Octogonal	49.696	4.792,33
TOTAL RA's Grupo 1	364.881	24.560,84
Águas Claras	102.076	2.401,83
Cruzeiro	31.379	2.060,99
Guará	107.226	1.803,35
Núcleo Bandeirante	22.810	1.467,94
Riacho Fundo	35.545	1.076,63
SIA	2.488	1.173,90
Sobradinho	60.209	1.271,11
Sobradinho II	98.409	1.203,35
Taguatinga	199.715	1.318,38

Vicente Pires	63.192	1.534,43
TOTAL RA's Grupo 2	723.049	15.311,91
Brazlândia	57.542	606,27
Candangolândia	15.924	995,20
Ceilândia	402.729	611,29
Gama	136.063	951,80
Itapoã	51.501	529,17
Paranoá	43.870	503,42
Planaltina	171.303	560,51
Recanto das Emas	122.279	487,61
Riacho Fundo II	36.309	595,71
Samambaia	199.533	614,68
Santa Maria	118.782	581,54
São Sebastião	87.283	522,42
SCIA – Estrutural	30.388	299,55
Varjão	8.724	509,67
TOTAL RA's Grupo 3	1.482.230	8.368,94
TOTAL DISTRITO FEDERAL	2.570.160	48.241,59

TABELA 1 – População e Renda per capita (mensal) das Regiões Administrativas do Distrito Federal – julho de 2010.

Fonte: CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal¹² (CODEPLAN).

Para melhor compreensão da realidade socioeconômica do DF, segundo as características econômicas de cada Grupo, elaboramos uma tabela que contempla a média mensal por grupo e a do Distrito Federal, facilitando a comparação entre os Grupos analisados.

População Geral e Renda Média da População no DF por Grupo – julho de 2010		
Região Administrativa	População Total	Média de Renda Mensal (em R\$)
Grupo 1	364.881	4.093,47
Grupo 2	723.049	1.531,19
Grupo 3	1.482.230	597,77
Distrito Federal	2.570.160	1608,05

TABELA 2 – População e Média da Renda Mensal por Grupo no Distrito Federal.

Fonte: própria autora, com base em dados da CODEPLAN – 2010.

¹² Disponível em:

<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/TABELA%20RENDA%20PER%20CAPITA%20E%20POPULA%C3%87%C3%83O%20-%20CENSO%202010.pdf>. Acesso em 15-9-2014.

A população e seu número no espaço do DF é um dado importante a ser avaliado para a análise por fatores sociais e econômicos, pois nos mostram apontamentos acerca da democracia de acesso aos espaços no DF. A partir da tabela, podemos perceber que a população do Grupo 1 é de 364.881 pessoas, representando 14% da população total do DF, enquanto que sua renda média é mais do que o dobro da renda média da população total do DF. Em contrapartida, a população do Grupo 3, de 1.482.230, o que representa 57% da população do DF, possui uma renda média de menos da metade da média geral.

Em termos de localização, é possível perceber, na figura 13, como se dá o distanciamento, por Grupo, do centro Brasília, local de trabalho de grande parte da população do DF. As RA's do Grupo 1 são as mais próximas, enquanto as do Grupo 3, que são também as com média de renda mais baixas, estão também mais distantes.

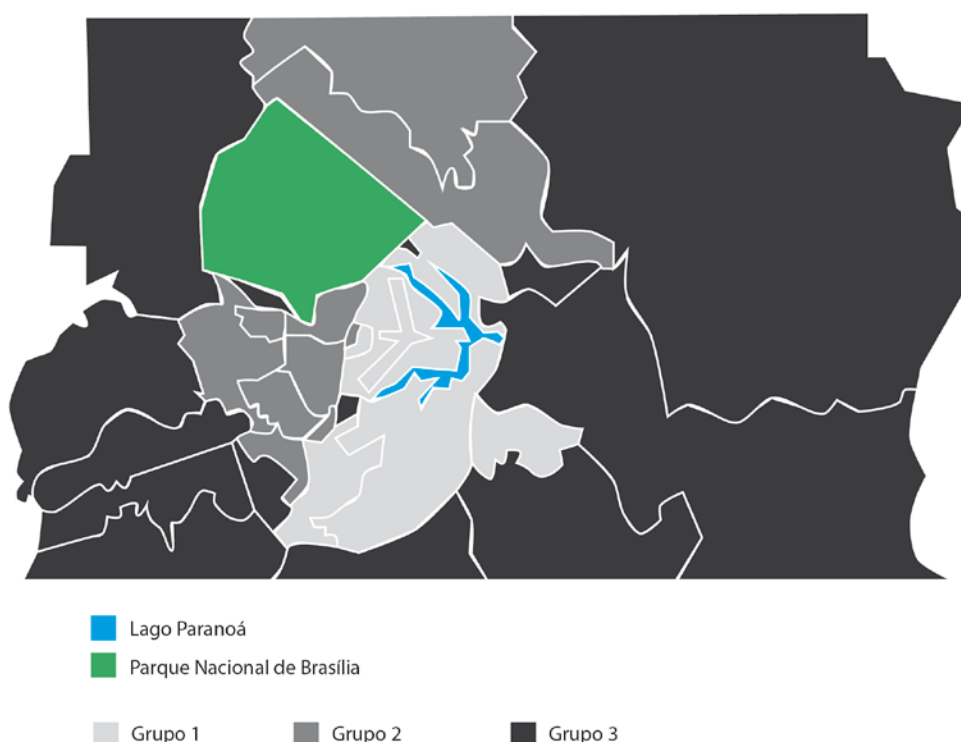


FIGURA 13 – Localização dos Grupos 1, 2 e 3.

Fonte: própria autora, com base em dados da CODEPLAN – 2010.

A região do Grupo 1 seria aquela que contém as RA's com maior renda média da população e maior proximidade do Plano Piloto, o centro do poder e local onde se concentram a maioria dos empregos, além de possuir

maior infraestrutura urbana, como rede de esgoto, iluminação pública, calçadas, entre outros. As RA's do Grupo 2 possuem renda intermediária, e a distância entre elas centro é maior. Já as do Grupo 3, com renda média inferior, possuem a maior distância do centro do poder, possuindo também infraestrutura e qualidade de serviços reduzida. A distribuição espacial do DF, então, penaliza a população menos favorecida economicamente, que além de ter direito somente a habitarem locais mais afastados, também concentra em seu grupo as piores habitações, além da pior infraestrutura urbana. Essa lógica de distribuição, então, penaliza duplamente os mais pobres, tanto com o maior deslocamento para o centro quanto com a qualidade de vida.

A título de entendimento da problemática acerca da diferenciação entre os grupos, propomos uma imagem comparativa que revele traços das cidades com o maior número de habitantes de cada grupo, sendo Brasília do Grupo I, Taguatinga do Grupo II e Ceilândia do Grupo III. Esta comparação visual é relevante principalmente para conhecimento e reflexão acerca da lógica de distribuição da população por classe social nos espaços do DF. A figura 14 a seguir não é capaz de abranger todas as cidades dos grupos, mas nos mostra até que ponto o Estado e a própria população são capazes de ceder às exigências da especulação imobiliária e da lógica de acúmulo de capital.



FIGURA 14 – Comparação visual entre as maiores cidades de cada grupo (I, II e III).

Fotos: Romain Moitrot, Carmen Daga e Agência Brasília.

Não é difícil perceber como a cidade de Ceilândia apresenta áreas bem carentes, não tendo em alguns casos estrutura mínima oferecida pelo governo para a população. Mesmo que existam locais na cidade de Ceilândia com boa estrutura e que abriguem famílias de maneira mais digna, o fato de uma comunidade tão pobre ainda se fazer presente neste espaço, realidade

que jamais teria lugar em Brasília, por exemplo, é preocupante. Queremos com isso demonstrar como a preocupação com a população de baixa renda residente nas RA's do Grupo III pode ser reduzida, culminando em diversos fatores que aumentam a exclusão social.

É importante ressaltar que mesmo que novas RA's sejam criadas, a mesma lógica de distribuição espacial será mantida (se considerarmos que o planejamento urbano baseado nos parâmetros atuais será preservado). As regiões mais distantes, então, certamente abrigarão a população mais pobre, enquanto as RA's mais centrais concentrarão as pessoas com a maior renda. Quanto à quantidade de RA's, também podemos esperar um maior número daquelas do Grupo 3, com maior população, do que das dos Grupos 1 e 2; assim como melhor estrutura para os Grupos 1 e 2 do que para o Grupo 3. Isto mostra que a população com maior renda é capaz de, em um sistema capitalista, garantir que recursos públicos sejam investidos em seus bairros/cidades.

A partir de estudos sobre o funcionamento da distribuição espacial no território do DF, percebe-se que a população menos favorecida acaba por ficar com a parcela territorial mais distante do centro e ainda com as piores condições de infraestrutura. Saboia (2014) resume de forma clara este pensamento em seu texto quando argumenta que

As relações 'classes sociais' versus 'sua distribuição no espaço' apresentam particularidades que variam com o lugar, mas nota-se a mesma regra básica em qualquer parte do coração metropolitano – o Plano Piloto e seu entorno imediato: uma constante luta para alargar o espectro social em todas as suas partes e os movimentos contrários que a ideologia e o poder dominantes impõem, ou seja, manter ou fortalecer a presença neste espaço somente dos mais altos poderes aquisitivos (p. 40)

Em Brasília, qualquer tentativa de diminuir essa distância social na esfera espacial, principalmente na questão de moradia e habitação é duramente reprimida, e a população mais pobre sofre com deficiências de infraestrutura em suas habitações, além de problemas de deslocamento para chegar ao local de trabalho ou estudo, que são normalmente concentrados nas regiões centrais. Esta lógica de distribuição espacial, então, beneficia

somente os residentes das regiões centrais, já que o fator tempo, como já ressaltamos, é uma variável de grande importância no Espaço Físico.

Assim, é possível perceber como o Espaço Físico de Brasília segrega pela distância espacial além de envolver também fatores sociais. A título de comparação, podemos fazer um rápido paralelo com o Rio de Janeiro, onde há, mesmo em bairros nobres, a presença de comunidades pobres. Mesmo com os problemas enfrentados nas favelas do Rio de Janeiro, como deficiência de infraestrutura, violência, entre outros; é possível perceber a integração, pelo menos no nível espacial, da população menos favorecida economicamente que se faz presente em espaços centrais ou elitizados.



FIGURA 15 – Localização de Favelas na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP).

Brasília, em contrapartida, tem sua população pobre bastante afastada do centro, como já foi demonstrado na figura 13. Não é possível perceber uma relação de favelas ou comunidades na Capital Federal passível de comparação com a realidade do Rio de Janeiro, e não é essa nossa intenção, mas somente demonstrar como o espaço do Rio de Janeiro se torna mais democrático à medida que é capaz de acolher, mesmo de maneira conflitante, realidades sociais e econômicas diferentes em um mesmo Espaço Físico.

Érica Ferrer (2014) realiza um estudo específico de comparação entre o Distrito Federal e o Rio de Janeiro. No caso do Rio de Janeiro, apesar de não existir um distanciamento físico, existe um distanciamento simbólico, quando afastam-se os menos abastados dos bens e serviços que os mais ricos teriam acesso. No caso do Distrito Federal, parafraseando Ferrer (2014), essa segregação se dá também por meio de questões espaciais, principalmente quando moradores de áreas nobres fazem pressão para que, por exemplo, o metrô não avance em sua direção, ou que não hajam escolas públicas em seus bairros, com o claro intuito de limitar o fluxo de pessoas menos favorecidas. Ferrer (2014) chama esse fenômeno de um “veto direto de deslocamento dos menos privilegiados” (p. 1).

A população no Rio de Janeiro, então, deve dividir seus espaços físicos, o que torna o acesso a eles, levando em conta apenas questões espaciais, mais abrangente, pois a facilidade de apropriação dos Espaços centrais é maior. Em Brasília, em contrapartida, desde sua construção, a população de baixa renda foi e está sendo afastada do centro, o que aumenta as desigualdades sociais e a sensação de divisão e destinação de espaços, onde a população hegemônica detém todos os meios capazes de aprofundar as desigualdades e manter afastados aqueles que não são bem vindos socialmente e economicamente em seu espaço.

Podemos afirmar que o Estado se torna condescendente com essas regras quando ele garante e acaba por legitimar a posse e uso de certa parcela do espaço à população que é socioeconomicamente hegemônica. Vivenciamos então um jogo de interesses, onde as classes sociais que possuem mais poder econômico podem ser capazes de criar suas próprias regras quanto à ocupação e uso de um espaço que por direito seria de todos, mas que, por questões socioeconômicas, pertence a eles. O Estado é cúmplice desses fatores quando garante este tipo de dominação.

Devemos entender a apropriação do Espaço como sendo um jogo de poder, além de interesses. Sobre a categorização do Espaço, além das classificações do *Genoespaço* e *Nomoespço*, temos ainda a visão de Santos (2013), que o divide em *Tecnosfera* e *Psicoesfera*, sendo a *Tecnosfera* o espaço que abrange a artificialização do meio ambiente, ou seja, as estruturas construídas pelo ser humano, e a *Psicoesfera* o meio que abrange os valores,

crenças, vontades e hábitos. Juntos, formam o meio *técnico-científico*. Nas cidades, as pessoas organizam suas vidas sociais e interações com o meio *técnico-científico* por meio de relações complexas com diversas instituições sociais, políticas, econômicas e culturais.

A naturalização do ambiente construído, ou seja, a familiaridade com a *Tecnoesfera* rege diversas das nossas ações sociais no espaço urbano. De origem extremamente complexa, essas relações envolvem a sociedade, a economia, a cultura e a política de maneira a conduzir o cidadão no ambiente social da cidade. Com relação a isso, existem fluxos de ações que envolvem as instituições e os cidadãos no espaço urbano, o que se apresenta, enfim, como um modo de dominação do mais forte em detrimento do mais fraco economicamente.

4.2 AMBIENTE DIGITAL

Para que um espaço seja considerado real e seja vivenciado pelas pessoas, entendemos que não é preciso que ele possua coordenadas físicas. Em se tratando do ambiente Digital, que é uma das manifestações presente no espaço urbano, podem-se perceber nele características reais e que não são físicas.

Neste espaço, uma das principais características é o fato da variável “tempo” não ser primordial para tomadas de decisão, já que se trata de um local com trocas e interações efetuadas no âmbito tecnológico. Para que se façam presentes, entretanto, necessitam de interfaces, e daí utilizamos, para acesso ao ambiente Digital, *smartphones*, computadores, *totens*, *sites* diversos, aplicativos, caixas eletrônicos, etc. Todos esses aparatos configuram-se como interface entre o ambiente Digital e o cidadão, que necessita desses objetos para adentrar e interagir na rede conectada, seja com outras pessoas, seja com objetos do próprio sistema.



FIGURA 16 – Paisagens urbanas modificadas pela tecnologia. À esquerda, totens para consulta de horários de ônibus e à direita, um cidadão conectado ao ambiente Digital.

Fotos: Daniela Barbosa.

Na navegação online é onde ocorrem as interações situadas no ambiente Digital que, como podemos perceber, está em sintonia com diversos conceitos utilizados para definir nosso momento atual, como “sociedade da informação”, “sociedade em rede”, entre outros. Todos estes conceitos apresentam como característica comum o fato de condizerem com uma realidade em que as interações por meio da rede se tornam cada vez mais comuns e importantes no cotidiano.

É possível perceber, pela atual conjuntura social, que a tecnologia é propulsora de diversas ações sociais, econômicas, culturais e políticas, sendo capaz de envolver a sociedade de uma nova maneira, além de exercer influências significativas no espaço físico, tanto no *Nomoespaço* quanto no *Genoespaço*. Isto ocorre porque, à medida que a sociedade foi se modificando, incorporou a tecnologia em suas dinâmicas de ações, incorporando também novos padrões sociais, como a rápida disseminação da informação e um maior grau de comunicação e interação por meio da rede conectada. Isto vem promovendo um altíssimo grau de dependência entre as ações sociais e a *internet*, uma variável que adquire importância cada vez maior na sociedade atual. Sendo assim, é praticamente impossível realizar qualquer tomada de decisão, seja política, econômica, social ou cultural, sem envolver a *internet* de alguma maneira.

4.2.1 Tecnologia e interações

O ser humano sempre quis encurtar distâncias entre si e o mundo. Podemos verificar que o ambiente Digital se trata de um *locus* envolto em desdobramentos interativos e altamente convidativos, já que apresenta em si mesmo a realização do sonho do “eu pensante”, da psique humana: da realidade presente em um universo paralelo que é capaz de existir e se estabelecer em um plano que vai além do físico, sendo capaz de promover a existência de diversas interações e conexões. Wertheim (2001), devido à importância dessa temática, traça um paralelo entre o ambiente Digital¹³ e a Cidade Prometida bíblica, Nova Jerusalém¹⁴.

A evolução da maneira de ver e classificar os espaços, sua importância e sua relação com a sociedade evoluiu de acordo com a própria evolução da sociedade e de fenômenos sociais. Durante a idade média havia um conceito de espaço muito específico: um universo paralelo configurado pela cidade bíblica de Nova Jerusalém. Este era um local com importância enorme para a sociedade da época, pois trazia em suas características a promessa do mundo ideal, além de estabelecer, entre este espaço da alma e o mundo físico, conexões e interações que guiavam as diretrizes, valores e tomadas de ações daquela sociedade. Em suas argumentações, Wertheim afirma que “como o Céu, o Ciberespaço está sendo apregoado como um paraíso para almas” (WERTHEIM, 2001, p.14).

Não se trata de uma ostentação do mundo cristão, mas apenas uma comparação de como se dava e como ainda se dá a busca por espaços ideais localizados em outra realidade. Tratando-se desses espaços, a cidade cibernética de Wertheim (2001) pode ser contextualizada como um “substituto tecnológico para o espaço cristão no Céu” (WERTHEIM, 2001, p. 14). A navegação *web* tem então várias motivações, tanto práticas quanto simbólicas e afetivas. Existem diversas possibilidades de uso e ocupação do ambiente Digital, e uma delas são interações provenientes da navegação na *internet*. Seguindo esta temática, Vassão (2008) disserta a respeito de conectividade e navegação *web*, argumentando que

¹³ Wertheim, porém, utiliza outra nomenclatura para o Ambiente Digital, chamando-o de “Ciberespaço”.

¹⁴ Trata-se da cidade bíblica descrita no apocalipse que estaria acessível apenas às almas.

um campo afetivo também se agencia a partir desta conectividade “trans-local” *fulltime*. Desde a mania pelas comunidades virtuais até uma espécie de *flaneur* virtual, que trafega pela *Web* sem um fim em vista, que não realiza uma pesquisa necessariamente consequente. (VASSÃO, 2008 p. 23)

Podemos perceber que as relações nesse ambiente são enormes, podendo-se estabelecer interações não apenas entre pessoas, mas também entre objetos e espaços, inclusive modificando-se a própria relação do cidadão com a cidade. Sobre a evolução da tecnologia na sociedade, podemos observar que a *internet* ampliou seus meios de abrangência quando seu acesso deixou de estar restrito a um instrumento físico caro e pesado, o computador de mesa, para possuir acesso móvel com tecnologia que permite a conexão em *laptops*, aparelhos celulares, *tablets*, etc. Um ganho importante de a *internet* poder ir às ruas é que as pessoas também foram às ruas conectadas, pois conexão e navegação passaram a ser uma extensão do ser humano, que carrega consigo a possibilidade de, a qualquer momento, adentrar no ambiente Digital. Essa realidade trouxe consequências na própria questão do conceito subjetivo de apropriação e uso dos espaços, assim como em novas maneiras de vivenciar a cidade e os serviços urbanos.

Com o advento da tecnologia e dos dispositivos móveis conectados à *internet*, por fim, outro nível de espaço urbano é possibilitado e construído pelos habitantes. O ambiente Digital torna-se cada vez mais presente e já faz parte das paisagens urbanas, repleta de indivíduos, objetos e espaços conectados¹⁵. Quando o indivíduo navega pela *internet*, está presente em outra realidade, pois “mesmo seu corpo permanecendo no mesmo espaço físico, algum aspecto dele viaja para outra esfera. Não se deixa o corpo para trás, mas a posição do indivíduo não pode mais ser fixada apenas por coordenadas físicas” (WERTHEIM, 2001, p. 30). Daí se constrói a afetividade e ligação com este ambiente não físico. Nesta linha de pensamento, Vassão

¹⁵ Entende-se por objetos e espaços conectados tecnologias como carros com tecnologia GPS e totens para consulta de horários de ônibus e metrô, por exemplo. São esses espaços e objetos os elementos que fazem parte da paisagem urbana e que possuem conexão com a internet, possibilitando assim relações entre si e entre os habitantes.

(2008) realiza estudos acerca do ambiente urbano aumentado, que é possibilitado principalmente pela computação ubíqua. O autor propõe que

a Computação Ubíqua seja considerada concretamente como mais uma camada do Ambiente Urbano, em que a computação esteja inextricavelmente ligada à maneira como compomos o espaço, os deslocamentos, as viagens, as permanências, etc., enfim, nossa interação com o espaço urbano. Podemos, dessa maneira, até mesmo considerar que é corolário da disseminação da Realidade Aumentada em grande escala, e promoveria uma espécie de “Ambiente Urbano Aumentado” (VASSÃO, 2008, p. 32)

O termo “Computação Ubíqua”, “Computação Pervasiva” ou mesmo “Computação Onipresente” são sinônimos, e são utilizados para descrever a onipresença da computação na sociedade, compreendendo seus usos e abrangência. Vassão (2008) utiliza-se do termo principalmente no que se refere ao ambiente urbano, revelando a onipresença da computação e informática na própria cidade. O autor ainda argumenta que “de ferramenta, o computador¹⁶ passa a ser camada do ambiente, engendrando efetivamente um Meta-Espaço.” (VASSÃO, 2008, p. 33). Essa realidade não é apenas um detalhe da sociedade contemporânea, pois abrange diversos fatores sociais, sendo a própria computação ubíqua e a realidade urbana aumentada fatores que já estão presentes e são importantes para tomada de decisão na organização social, em empresas, escolas, política, instituições, etc.

Podemos constatar que o ambiente Digital está totalmente alinhado com as dinâmicas do dia-a-dia, e estar conectado a ele torna-se uma artificialidade tão natural quanto o uso da energia elétrica: a pessoa não mais questiona seus motivos, apenas o integrou naturalmente em suas tarefas diárias. Sendo assim, não há mais como segregar esse local do espaço físico urbano, visto que são complementares. As relações do ser humano com os espaços sempre foi fator de promoção de diversos tipos de interações, sejam elas sociais, políticas, econômicas e culturais. Todas as interações citadas estão presentes no meio urbano e, sendo assim, a cidade também é

¹⁶ Vassão entende por “computador” todas as possibilidades de CPU's conectadas, compreendendo tudo aquilo que está ligado à rede mundial de computadores. Essa realidade abarca dispositivos móveis, *totens*, mapas interativos etc.

percebida e explorada na sua vertente tecnológica, uma realidade paralela que se faz presente em outro nível de relação sociocultural, mas que está atrelada ao ambiente físico.

Um exemplo comparativo entre o espaço Físico e o ambiente Digital é o *bikebrasília*, sistema de bicicletas compartilhadas onde, a partir de um aplicativo, é possível alugar bicicletas que estão dispostas em pontos específicos na cidade. O usuário deve devolver a bicicleta em qualquer outro ponto, com tolerância de 1 hora para devolução da bicicleta. Após a devolução, o usuário tem 15 minutos para alugar uma nova bicicleta, a fim de garantir rotatividade e maior aproveitamento do serviço.

Na imagem a seguir (figura 17) temos, à esquerda, o aplicativo que mostra onde estão localizados as estações de bicicleta na cidade de Brasília, com algumas informações acerca da estação (quantidade de bicicletas disponíveis, número de vagas livres e se a estação está em funcionamento). À direita, é possível observar a estação física, com a bicicleta a ser retirada. Podemos observar que a estação segue alguns padrões para reconhecimento de elementos visuais e comunicativos que estão de acordo com o aplicativo, como as cores utilizadas, marcas de patrocinadores/apoiadores; assim como a repetição do mapa, mas com a localização exata da estação.

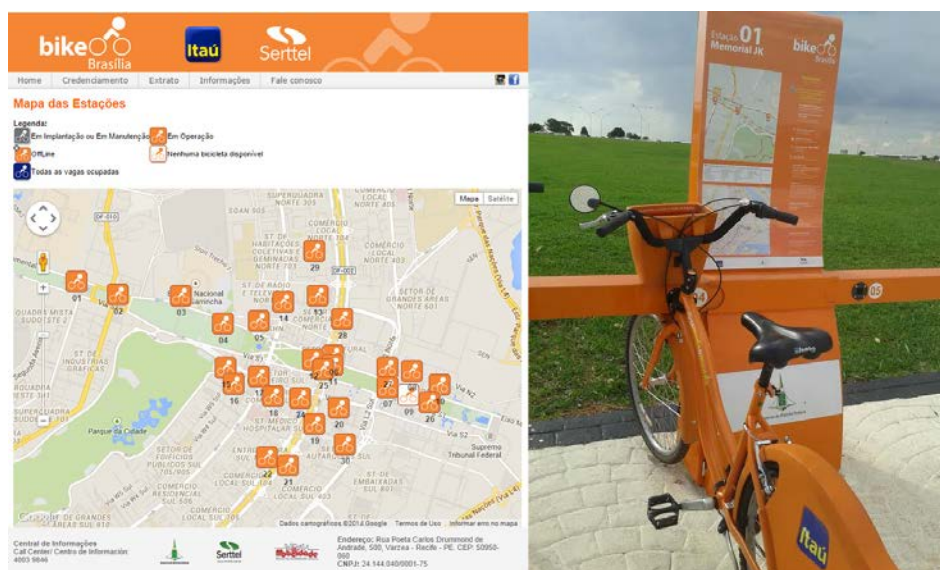


FIGURA 17 – Comparação entre o Espaço Físico e o ambiente Digital correspondentes ao “*bikebrasília*”.

Fonte: <http://www.mobilicidade.com.br/bikebrasil/mapestacao.asp>. Acesso em 25/11/2014.

Foto: Daniela Barbosa

A partir desta comparação entre o *bikebrasília* em suas versões Física e Digital, é possível perceber como os espaços são complementares e que a partir do aplicativo *online*, é possível acompanhar as bicicletas que estão em funcionamento na cidade, tendo o usuário uma experiência no espaço Físico e no ambiente Digital ao mesmo tempo. Com relação ao custo de utilização do serviço, podemos concluir que é acessível, pois paga-se R\$ 10 por ano¹⁷, com uso livre. Basta, para isto, possuir um cartão de crédito e acesso a *internet* para cadastro.

Com o advento da tecnologia, as interações entre os espaços e o cidadão são ampliadas não apenas em números, mas em possibilidades, já que, por meio principalmente da *internet* móvel, é possível estabelecer novas maneiras de interação, o que promove uma nova relação com a cidade. As possibilidades de interações e uso dos espaços, então, ampliam-se. A partir desta relação e do exemplo de como funciona o *bikebrasília*, é possível considerar o espaço Físico e ambiente Digital como complementares, e não como concorrentes. Sobre a relação entre os espaços, Almeida e Costa (2009) nos ensinam que

É certo que não podemos cair no erro de pensar a emergência do ciberespaço como o fim do próprio espaço, mas deve-se observar o ciberespaço como sendo uma continuidade do espaço, uma nova forma de se produzir o espaço e de a sociedade contemporânea se organizar. (ALMEIDA e COSTA, p. 2)

Os autores nos mostram que o ambiente Digital não é um concorrente e nem um substituto do espaço Físico, pois os dois são uma realidade, havendo interação e ligação entre os dois meios. Com relação às possibilidades de conexão por classes sociais diversas, podemos concluir que, a partir do barateamento da tecnologia, o ambiente Digital passou a abranger classes sociais mais baixas, não sendo mais um privilégio apenas dos ricos. A partir daí, pode-se ter a conectividade e navegação *web* democratizada pelo acesso físico ao artefato, mas devemos considerar que

¹⁷ Dados de 2015.

mesmo no ambiente Digital temos modelos de dominação pelos atores hegemônicos, em concordância com o que ocorre no espaço Físico.

Mesmo que o ambiente Digital seja convidativo e abrangente, as mesmas lógicas de dominação presentes no espaço Físico predominam, e quem teria acesso aos processos de mudança, atualmente, são justamente os detentores de poder. Essas pessoas, via de regra, não têm interesse em um espaço mais democrático e igualitário, já que anseiam por manter-se no poder e gerir as regras de uso dos espaços, já que se beneficiam com situações de opressão. Além disso, no ambiente Digital, é possível uma grande manipulação no que diz respeito ao conteúdo disseminado, o que pode promover a dominação de opiniões, causando alienação. Existem, então, dois desafios principais para o acesso a esse ambiente e à inclusão digital:

- *acesso à ferramenta que permite a entrada no ambiente Digital (smartphones, computadores etc)*
- *além do acesso à ferramenta, a navegação crítica no ambiente Digital (interpretação da informação e capacidade de formar opinião)*

Podemos perceber que, em relação à primeira questão, a abrangência de pessoas que tem acesso ao ambiente Digital vem aumentando, envolvendo diversas classes sociais. Esta realidade se dá devido principalmente ao barateamento de *smartphones*, o que faz com que o acesso físico à *internet* seja mais democrático, já que engloba uma parcela maior da população. No caso do Distrito Federal, conforme dados do Comitê Gestor da Internet (CGI), temos a seguinte realidade de acesso à *internet* (gratuito e pago), em comparação ao restante do Brasil:

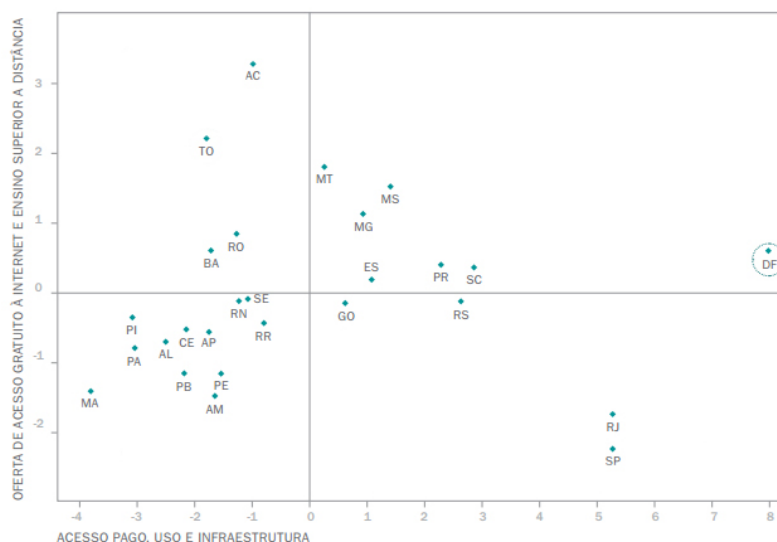


FIGURA 18 – Acesso pago, uso e infraestrutura x Acesso gratuito à internet e ensino superior a distância¹⁸.

Fonte: Comitê Gestor da Internet (CGI). Dados de 2012.

Observa-se, segundo dados do CGI, que:

“a ordenação dos estados no primeiro eixo é semelhante à classificação das unidades federativas conforme um dos indicadores econômicos mais importantes em qualquer economia, o PIB per capita. O Distrito Federal e os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro – as unidades federativas mais ricas do país – estão à frente no que se refere a acesso pago, uso e infraestrutura” (CGI, p. 47).

A classificação dos Estados na Figura 18 permite ainda uma análise gráfica conjunta das dimensões, a partir do agrupamento das unidades federativas nos quadrantes do gráfico cartesiano. No caso do quadrante em que está o Distrito Federal, segundo o CGI “apresenta razoáveis índices em acesso pago, uso e infraestrutura e boa oferta de acesso gratuito à Internet e de Ensino Superior a distância” (p. 48). Estão nesse quadrante os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina e o Distrito Federal.

Complementando esta análise, e ainda de acordo com dados do CGI, a pesquisa TIC – Domicílios¹⁹, sendo TIC a sigla para Tecnologias de

¹⁸ Disponível em <http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2012.pdf>. Página 47. Acesso em 20-5-2015.

¹⁹ Disponível em <http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2012.pdf>. Página 171. Acesso em 1-6-2015.

Informação e Comunicação, “tem verificado diminuição do uso da *internet* em centros públicos pagos (*lanhouse* ou *cybercafé*) e um aumento do uso domiciliar, o que é condizente com o aumento da proporção de domicílios com acesso à Internet” (p. 169). Para as classes C e D, a obrigatoriedade de conexão somente em *lanhouses* não é mais realidade, devido à difusão de *smartphones* a preços acessíveis. Em 2012, segundo o CGI, “a pesquisa registrou 74% de usuários domiciliares de Internet, crescimento de seis pontos percentuais sobre 2011 e 32 pontos sobre 2008” (p. 169), o que revela o crescimento cada vez maior do uso da *internet* em domicílios brasileiros. A pesquisa identifica ainda outros locais de acesso à Internet, como trabalho (30%), em qualquer lugar via celular (21%) e na escola (15%). Levando esses dados em consideração, e ainda admitindo ser o Distrito Federal uma das Unidades da Federação com grande acesso, podemos concluir que temos, em relação ao restante do país, número relevante de pessoas conectadas.

Em Brasília, para fins de análise, englobamos a população que habita em todas as RA do DF, ou seja, também nas cidades do DF que não sejam o Plano Piloto mas que, ainda assim, vêm à Brasília todos os dias para trabalhar ou estudar. A fim de abranger as classes sociais mais baixas, destacamos a Rodoviária do Plano Piloto como ponto de análise de conectividade, ou seja, consideramos, por meio de observações, a quantidade de pessoas naquele espaço que utilizam um *smartphone* conectado e que, conseqüentemente, possuem acesso ao ambiente Digital.



FIGURA 19 – Cidadãos conectados na Rodoviária do Plano Piloto.
Foto: Daniela Barbosa.

Observando as imagens da Rodoviária do Plano Piloto, que é local de concentração de grande parte da população de todo o DF, percebemos que há um grande número de pessoas conectadas, e de diversas classes sociais. Claro que existem no Distrito Federal as pessoas que não possuem nem mesmo as condições mínimas de acesso, o que cria um abismo ainda maior entre inclusão digital e inclusão social. Em nossas observações, é possível constatar que, se considerado o simples acesso ao aparelho que permite adentrar na rede conectada, grande parte das pessoas que frequentam a Rodoviária do Plano Piloto, o que envolve diversas classes sociais presentes em Brasília, tem esse acesso já estabelecido por meio principalmente de smartphones com acesso à *internet*. Essa é a primeira etapa para a democratização do ambiente Digital, mas não necessariamente a mais importante. Assim como ocorre no espaço Físico, no ambiente Digital também existem maneiras de controle social e direcionamento de informação, o que pode prejudicar a democracia plena de acesso e uso deste ambiente.

As análises a seguir apresentam interações presentes no ambiente Digital, principalmente por meio da rede social *Facebook*, que é, atualmente, um importante canal de comunicação, informação e interações entre os cidadãos *online*, pois segundo o ranking Alexa²⁰, a partir de medição feita pela Amazon, o *Facebook* é a rede social com mais usuários no Brasil. Devido à importância dessa rede, governos, empresas e comerciantes se fazem presentes a fim de garantir maior proximidade entre si e o cidadão conectado, e é a partir daí que temos a manipulação e o direcionamento das ações sociais.

²⁰ Disponível em <http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>. Acesso em 20-6-2015.



FIGURA 20 – Página virtual na rede social facebook do Governo de Brasília.

Fonte: <https://www.facebook.com/govdf?fref=ts>. Acesso em 26-5-2015.

A página do Governo de Brasília na rede social *facebook* (figuras 20 e 21) é um exemplo de como a aproximação entre governo e cidadão pode ser facilitada pela rede conectada. Desde informações sobre o governo, propagandas e até oportunidades de emprego são mostradas na página, tudo com o intuito de realizar propagandas pela *internet* da gestão governamental. Podemos constatar que, por se tratar de um local que possibilita ampla manifestação, a população aproveita deste ambiente para se expressar, geralmente com críticas, sugestões e cobranças sobre aquilo que os descontenta em relação ao governo. Na figura 21 a seguir, é possível observar com detalhes esta interação.



FIGURA 21 – Exemplo de interação na página virtual na rede social facebook do Governo de Brasília.

Fonte: <https://www.facebook.com/govdf?ref=ts>. Acesso em 26-5-2015.

O Governo de Brasília sempre responde às críticas/sugestões de modo a tentar se aproximar dos cidadãos amigavelmente. Para o cidadão, quando ele realiza algum comentário e é respondido, é como se a sua voz fosse ouvida e ele pudesse se expressar livremente em uma espécie de “praça virtual”, lembrando o conceito de democracia direta dos antigos, em concordância com as ideias de Bobbio (1991). Porém, vale ressaltar que no caso da página do Governo de Brasília, trata-se, fundamentalmente, de uma propaganda do governo na rede social mais utilizada do Brasil a fim de aproximar-se do cidadão, mas sem a intenção real, a princípio, de promover um debate sobre decisões a serem tomadas administrativamente.

Os responsáveis pela gestão governamental, na realidade, não interagem com o cidadão por meio da página, pois esta, apesar de ser oficial, não tem o poder de ser um artefato de discussões e tomadas de decisões relevantes para sociedade. O que podemos observar pelas interações é que se trata de um anseio por parte da população para que haja uma abertura maior para participação popular, ao menos como modo de discussão do que acontece na administração governamental.

Além da interação entre página governamental e sociedade, podemos refletir como se dá o direcionamento de informação *online*, o que pode ser um entrave à democracia no ambiente Digital. É o que acontece na própria rede social *facebook*, pois como todo cidadão *online* é capaz de ser uma espécie de mídia, divulgando informações diversas e se expressando livremente naquela rede, as possibilidades de propagação de informações, verdadeiras ou falsas, são enormes e em uma velocidade espantosa. O Canaltech, site de notícias e informação *online*, questiona o quesito “democracia” a partir de compartilhamento de informações e posteriores sugestões do próprio *facebook*, a partir dos gostos e opiniões do usuário. Segundo o Canaltech²¹,

“Um estudo publicado na revista *Science* mensurou quanto o algoritmo de filtragem do Facebook mantém as pessoas longe da leitura de notícias e opiniões das quais discordam, uma vez que ele foi projetado para mostrar principalmente as coisas que os usuários gostam.”

Segundo o mesmo *site*, esse algoritmo de filtragem dificulta que as pessoas sejam expostas a opiniões diferentes das suas, o que inibe a democracia na rede conectada. O cidadão, sem considerar lados diferentes de uma questão, tende a ser orientado, acreditar e repetir uma mesma opinião, e isto impede a troca de ideias. Além da troca de ideias e opiniões, também a parte comercial e capitalista é explorada, pois os usuários são bombardeados por informações comerciais pagas e que podem ser direcionadas diretamente ao perfil de seu público alvo. Isto implica dizer que há um controle de exposição de ideias, produtos, leituras e imagens por meio dessa rede, o que direciona as ações sociais. Nas imagens a seguir (figuras 22 e 23), podemos perceber como se dá o direcionamento de publicidade por meio desta rede social. Na imagem à esquerda, é possível perceber que há um direcionamento por meio de publicações do que amigos do usuário se interessaram, e que ele “poderia se interessar também”. Já na imagem à direita, não há relação com amigos que tenham se interessado pela publicidade específica, pois se trata de uma propaganda de ocasião, pelo dia dos namorados.

²¹ Disponível em <http://canaltech.com.br/noticia/facebook/facebook-vs-democracia-como-um-algoritmo-suprime-a-diversidade-de-conteudo-41107/#ixzz3a7UZyvwD7>. Acesso em 28-5-2015.



FIGURA 22 – Exemplo de propagandas sugeridas na rede social Facebook, de acordo com gostos pessoais.

Fonte: Facebook. Acesso em 28-5-2015.

No próximo exemplo, é possível perceber como um teste simples pode afirmar o que queremos demonstrar. A partir do momento em que nos interessamos por um assunto, curtindo um *post* específico (do Partido dos Trabalhadores – PT, por exemplo), o próprio Facebook nos sugere outras páginas relacionadas, o que, a princípio, dificultaria o acesso a ideias contrárias ao que pensa o PT, por exemplo. Assim, o acesso a assuntos e opiniões diversas é comprometido.

Vale ressaltar que o *facebook* é capaz de sugerir conteúdos relacionados a qualquer assunto, não somente política, o que é capaz de contribuir a formação de opinião em geral dos cidadãos, guiando suas ações sociais de acordo com controle de conteúdo e informação.



FIGURA 23 – Exemplo de propagandas sugeridas na rede social Facebook, de acordo com gosto pessoal.

Fonte: Facebook. Acesso em 28-5-2015.

A partir dos exemplos citados, é possível perceber que a probabilidade de controle de ideias a partir da rede conectada é uma realidade, já que os grupos dominantes que têm mais poder econômico são capazes de dispor de maiores e melhores meios de autopromoção, e consequentemente controle de opiniões, ideias e atitudes dos cidadãos conectados. Podemos então perceber como pode ser falho o processo de autonomia e formação de opinião por meio da rede.

Através do direcionamento de ideias e superexposição de produtos, a democracia de acesso e uso desse ambiente pode ser comprometida, além de haver imposição por um estilo de vida cada vez mais capitalista e baseado no lucro de empresários, que pagam por um espaço de propaganda na rede social. Vale lembrar que mesmo que o *facebook* deixe de ser um importante meio de comunicação e informação, possivelmente outro modelo análogo surgiria, e, se mantidos os mesmos padrões atuais, teríamos as mesmas lógicas de dominação e direcionamento das ações sociais.

Nossa sociedade vem sofrendo transformações devido às novas possibilidades tecnológicas, mas o simples acesso à *internet* não deve ser

considerada como única variável responsável pelas transformações, e nem ser confiada como uma espécie de revolução cultural e tecnológica que venha solucionar os problemas existentes. Sobre a tecnologia e a transformação social e cultural que acontece em nosso mundo, CASTELLS (2005) argumenta que “a tecnologia é condição necessária mas não suficiente para a emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes, ou seja, na difusão de redes em todos os aspectos da atividade na base das redes de comunicação digital.” (p. 17) Com esta afirmação, o autor nos recorda a diferença entre a existência da tecnologia como fator de diferenciação apenas pelo seu formato e a transformação social que vai além disso, que é o que diz respeito à sua utilização crítica. A principal diferença é o fator humano envolvido, quando à tecnologia são agregados elementos como economia, cultura e educação por exemplo.

O desafio, segundo Lemos; Rigitano e Costa (2007), “não para no acesso material às Novas Tecnologias, mas deve ser perseguido no aprendizado crítico e criativo com o objetivo de melhorar as condições materiais e simbólicas de vida da população brasileira” (p. 17). Sendo assim, mais do que promover a ocupação desenfreada e inconsequente das tecnologias, é imperativo que haja uma educação para esta nova cultura digital. O acesso consciente a esse espaço não se dá somente por meio de interações e trocas de informações, mas pela maneira como estas trocas incluem as pessoas, a partir de modelos de interação complexos, como promoção de cultura e de cidadania na era digital. Apesar da aparente facilidade de entrada e interação no ambiente Digital, devemos considerar, para que a sociedade seja mais democrática tecnologicamente, que fatores como desenvolvimento humano e aprendizagem para cultural digital devam ser considerados também fatores de inclusão digital.

A acessibilidade à sociedade digital ou sociedade em rede é o primeiro fator de democratização no ambiente Digital. Sem acesso, o cidadão é concretamente excluído digitalmente, porém, este conceito não é tão simples, já que a acessibilidade digital e, em consequência, a democratização desse ambiente não faz relação simplesmente com o número de pessoas conectadas, mas com a qualidade de uso dessa ferramenta. Lemos e Costa

(2007) nos apresentam algumas dificuldades encontradas para a democratização desse ambiente:

1. Há uso das TIC's (Tecnologia de Informação e Comunicação) de forma invisível e individual, de forma privada e não de forma pública ou visível; 2. Os sistemas tendem a ser apropriados pelos mais poderosos, representando uma extraordinária extensão do poder social, econômico, cultural e geográfico de grupos já conectados; 3. Há uma conexão direta entre TIC's, desigualdades urbanas e o aumento do poder de corporações transnacionais; 4. Uma polarização e fratura social parece ser a lógica perversa da intensificação e liberação de um capitalismo global no qual as TIC's têm um papel facilitador e 5. Formação de um mercado neoliberal que acaba por centralizar o poder nas instituições e grupos que dominam grande parte do fluxo tecnológico, do capital, de infraestrutura e propriedade intelectual. (Graham *apud* Lemos e Costa, p. 37)

Destacamos aqui os itens 2 (dois) e 3 (três) apresentados por Lemos e Costa (2007), pois a extensão de dominação do poderio espacial pelos mesmo grupos hegemônicos do espaço Físico nos mostram como este ambiente, o Digital, também é controlado por fatores econômicos e sociais, o que promove, juntamente com o crescimento da cultura digital, a também exclusão digital. Esta realidade contribui sobremaneira para aumentar também a exclusão social, e daí podemos destacar como o espaço Físico e o ambiente Digital estão relacionados, e como juntos determinam o fluxo das questões sociais.

Podemos considerar que as principais dificuldades de acesso estão ligadas, principalmente, não ao simples uso de um computador ou de *softwares*, mas de toda a questão educativa e política que proporcionaria maior relevância e uso consciente das novas tecnologias para vida dos cidadãos. A apropriação e o uso do ambiente Digital deve ser transformador, e a relação desse uso com a democracia é fundamental para uma sociedade digitalmente igualitária. Assim, por meio da educação para a navegação crítica, as pessoas podem ser capazes de melhor aproveitar o que o ambiente conectado oferece, fazendo da *internet* uma ferramenta de promoção de igualdade social.

5 TERRITÓRIOS DE BRASÍLIA

5. TERRITÓRIOS DE BRASÍLIA

“Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso.”

Ítalo Calvino

Demarcar um território é a consolidação da legitimação de pertencimento de um determinado espaço por um determinado grupo. O conceito de território está intimamente ligado à ideia de poder, e territorializar um espaço é uma das maneiras de controlá-lo. Gomes (2012) nos ensina que

O território é (...) parte de uma extensão física do espaço, mobilizada como elemento decisivo de estabelecimento de um poder. Ele é assim uma parcela de um terreno utilizada como forma de expressão e exercício do controle de outrem. Por meio desse controle é possível a imposição de regras de acesso, de circulação e de normatização de usos, de atitudes e de comportamentos sobre esse espaço. (p. 12)

O território, então, é a divisão clara das relações de poder impostas a partir das divisões observadas no *Genoespaço*, e apesar de vigorarem, teoricamente, regras normatizadas, pode ser tido como *locus* de grandes tensões entre grupos distintos que buscam a apropriação desse espaço. Ao promover e legitimar essa categorização, temos a dinâmica que possibilita subdivisões do espaço onde, segundo Santos (2013),

a matematização do espaço torna propícia a matematização da vida social, conforme aos interesses hegemônicos. Assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes mas também as condições para a maior alienação possível para todos. (p. 31)

Isso significa dizer que à medida que os grupos hegemônicos determinam ser, por questões sociais, econômicas e culturais, os titulares do território e, em consequência, controladores de todas as relações que ali se configuram, os grupos oprimidos se tornam mais fracos e condescendentes

com esta realidade, sentindo que não pertencem e não podem estar em um local que seria deles por direito.

Para a análise comparativa da democracia de uso e acesso aos espaços de Brasília, escolhemos lugares da cidade que pudessem, de maneira qualitativa, nos revelar traços de como cidadão e cidade se relacionam. A partir disso, poderemos entender como se dá a apropriação dos espaços na Capital Federal, e como se dá a identificação do cidadão com a cidade, levando em conta fatores sociais, econômicos e culturais; nos âmbitos Físico e Digital. Os estudos de caso principais são o Complexo Cultural da República e o Pontão do Lago Sul, tendo sido realizada a comparação entre os dois, baseado em variáveis que nos ajudaram a identificar como se dá a democracia de acesso e uso desses espaços. Para comparar ambos, temos como ponto de partida a Rodoviária do Plano Piloto, por se tratar justamente de local de maior fluxo de pessoas que chegam por transporte público no centro de Brasília e, em consequência, a concentração do maior número de pessoas de todo o DF na cidade de Brasília.

5.1 ESTUDOS DE CASO

No coração de Brasília está a Rodoviária do Plano Piloto, local de chegadas e partidas de ônibus, além da linha central do metrô vindos de Brasília e também das demais cidades do DF. A análise de como este espaço se estrutura na cidade é importante para que entendamos como se dá o processo de ocupação do Complexo Cultural da República e do Pontão do Lago Sul, nossos estudos de caso principais. A rodoviária do Plano Piloto, a princípio, serve para que sejam interligadas todas as cidades do DF, possibilitando o deslocamento dos habitantes a seus locais de trabalho ou estudo, do DF com o centro da Capital. Desta maneira, podemos perceber este espaço como sendo de uso e apropriação popular e localizado no centro de Brasília, sendo lugar de grande concentração de populações de todo o DF.

Muito mais do que a chegada e partida dos ônibus e metrô, a rodoviária é uma verdadeira representação da imagem da população da cidade, imagem esta que é construída por todo o Distrito Federal, com suas diversas classes sociais. O próprio Lúcio Costa, em 1987, se diz surpreendido

com a realidade na Rodoviária do Plano Piloto, “à noitinha”. O urbanista, em seu projeto, havia pensado para aquele espaço um “local requintado, meio cosmopolita”, nas palavras dele. Porém, segundo Costa, quem se apropriou de fato daquele lugar foram os brasileiros, os trabalhadores do DF, aqueles que “construíram a cidade e estão ali legitimamente”. No final do depoimento, Costa fica satisfeito ao admitir que aquelas pessoas estavam certas em se apropriar do local, e ele, que havia pensado em um lugar requintado, estava errado. A citação a seguir é uma cópia do depoimento de Lúcio Costa extraído da publicação Registro de uma Vivência, p. 311.

“Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia.

É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contacto com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa de verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam, até, a volta para a cidade-satélite e ficam ali, bebericando. Eu fiquei surpreendido com a boa disposição daquelas caras saudáveis.

E o ‘centro de compras’, então, fica funcionando até meia noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. Só o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado.

Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.”. (30/III/87)

Mesmo quase 30 anos após este depoimento, podemos constatar que a realidade da Rodoviária do Plano Piloto, em termos de apropriação popular, permanece a mesma. Por exemplo, os preços praticados no local fazem referência a um ambiente popular, com a presença de, além das lojas, camelôs que vendem roupas, aparelhos eletrônicos, frutas, entre outros.

Justamente por esta dinâmica observada na rodoviária, com grande fluxo de pessoas vindas de diversas cidades do DF, a paisagem urbana na rodoviária é também local de trocas e interações culturais, por colocar no mesmo local pessoas de classes sociais diversas. Mesmo quem não utiliza o transporte público, por vezes transita ou passa pela rodoviária para resolução de problemas diversos, oferecer carona, entre outros e, além disso, mesmo aquele cidadão que em seu carro passa ao lado da Rodoviária, tem uma visão privilegiada do que ocorre naquele lugar, escancarando realidades sociais presentes no DF. Esta realidade tão à mostra pode causar desde admiração até repúdio ou desconforto, porém, o que importa é que está presente no Centro da Capital, ostentando as distintas realidades do DF.

A rodoviária, por sua localização central, é local de fácil acesso por transporte público e que possibilita encontros diversos. A partir de lá, o cidadão que habita no Plano Piloto ou em outras cidades do DF segue para seu destino final, mas sempre há encontros inesperados para os usuários da rodoviária: cheiro de comida sendo preparada; pessoas apressadas que passam correndo para não perder o ônibus ou metrô; música ambiente; lojas com produtos diversos; pessoas em filas lado a lado indo para locais opostos da cidade, mas por estarem lado a lado, veem-se em um mesmo local, o que provavelmente não seria possível em outro ambiente. Essa vida no ambiente da rodoviária, por colocar todos em sintonia, é local de início, de partida e de chegada. É justamente lá onde Brasília encontra o seu povo.



FIGURA 24 – Rodoviária do Plano Piloto de Brasília

Foto: Daniela Barbosa.

A título de comparação do contexto em que se localiza uma rodoviária central em outras grandes cidades e em Brasília, temos alguns pontos a considerar. Uma diferença entre a rodoviária do centro de Brasília e as de outras grandes cidades do Brasil é, majoritariamente, o que está ao redor delas. Por estarem edificadas geralmente no centro da cidade, as rodoviárias estão, via de regra, envoltas na seguinte situação: um centro urbano com lojas, movimento de pessoas apressadas, lanchonetes, entre outros. No caso de Brasília, a Rodoviária parece, a princípio, estar disposta no centro de um vazio, mas na realidade, o “centro” de Brasília é composto pelo Eixo Monumental, ministérios, Conjunto Nacional, setores comerciais norte e sul, Teatro Nacional e Conic, além da própria Rodoviária. Porém, as distâncias entre os referidos locais são amplas, o que promove esta sensação de um “centro vazio”.

Não há uma avenida principal que cruza a rodoviária com um grande comércio, por exemplo, mas existe este movimento de pessoas nos espaços anteriormente referenciados. A plataforma superior da rodoviária do Plano Piloto, por exemplo, é tomada por uma grande movimentação entre o Conjunto Nacional e o Conic, por exemplo. Quando se trata do interior da rodoviária, porém, a grande movimentação de pessoas e grande expressão popular é evidente. Como é possível observar na figura 25, a seguir, a parte interna da rodoviária do Plano Piloto apresenta grande fluxo de pessoas, e este fluxo é estendido até os arredores. Podemos ainda observar, como característica da Capital Federal que, devido ao grande espaço livre e arborizado, alguns locais da Esplanada, que também se encontra nos arredores da rodoviária, apresenta um aspecto de “vazio”.



FIGURA 25 – Interior da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília e Esplanada

Foto: Daniela Barbosa e https://www.flickr.com/photos/arnoldo_riker/6863366969/.
Acesso em 18-6-2015.

Brasília possui aglomeração de pessoas fora da rodoviária, mas trata-se, como já destacamos, de concentrações locais. Vale ainda salientar que são, por vezes, festas ou eventos que acontecem nas áreas públicas de Brasília, sendo muitas vezes organizados e geridos pelas redes sociais. Um exemplo é o Picnik, evento que abordaremos ainda neste capítulo. Além de eventos organizados para que se tenha um grande fluxo de pessoas, como o Picnik, há o Complexo Cultural da República, um espaço próximo à rodoviária do Plano Piloto que vem sendo apropriado pela população naturalmente, e um dos motivos é precisamente por estar localizado em área central, nos arredores da rodoviária. Ao contrário da sensação de vazio que por vezes observamos na Esplanada dos Ministérios, no Complexo Cultural da República, com o Museu e a Biblioteca Nacional, ocorre a concentração de pessoas para fins diversos.

Esta concentração espontânea de pessoas é promovida devido à facilidade de deslocamento. A partir daí, escolhemos realizar a análise do Complexo Cultural da República, como estudo de caso, observando questões de democracia de acesso e uso do local, além de levar em conta como a tecnologia se faz presente para o cidadão no local, e qual a relação disto com a democracia deste espaço.

5.1.1 Estudo de Caso 1 – Complexo Cultural da República

O Complexo Cultural da República é um espaço na Esplanada dos Ministérios, tendo sido projetado para uso cultural (biblioteca e museu). A população vem se apropriando deste espaço, construindo novas relações com ele, e ampliando suas funções de acordo com seus interesses. De acordo com a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal²², o Complexo Cultural da República é

um espaço que insere Brasília no circuito internacional das artes e mostra o que há de melhor na arte brasileira. O espaço é utilizado para exposições itinerantes de artistas renomados e temas importantes para a sociedade, palestras, mostra de filmes, seminários e eventos importantes. Dessa

²² Disponível em <http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/museus/museu-nacional.html>. Acesso em 20.04.2015.

forma, contribui para a educação democrática por meio da cultura e ativa o turismo.

O Governo do DF classifica este espaço apenas de acordo com o que foi estabelecido em seu projeto, porém seu uso de fato no dia-a-dia vai bem além disso. É um espaço que vem sendo apropriado cada vez mais pela população, o que amplia as interações culturais, econômicas e sociais. Na figura 26 a seguir, podemos perceber a localização do Complexo Cultural em relação à rodoviária, observando, além do acesso por transporte público, outras questões presentes no contexto deste espaço, como alimentação, tecnologia disponível, acesso à cultura, entre outros.



FIGURA 26 – Vista aérea do Complexo Cultural da República.

Fonte: Google maps.

O Complexo Cultural da República tem fácil acesso por estar localizado a poucos metros da rodoviária. Assim, é local ideal para encontros espontâneos, sendo capaz de unir todas as pessoas que chegam ao centro de Brasília pela rodoviária, e também pessoas que não necessariamente utilizam

a rodoviária, mas simplesmente encontram um local de convivência entre os amigos e a família.

Na figura 27 a seguir é possível observar como se dá o fluxo de pessoas a pé da rodoviária ao Complexo Cultural da República. Podemos perceber como este trajeto é dinâmico, permitindo a presença de pessoas de todo o DF naquele local. As pessoas de diversas classes sociais, por vários motivos, têm no Complexo Cultural um ponto de encontro natural.

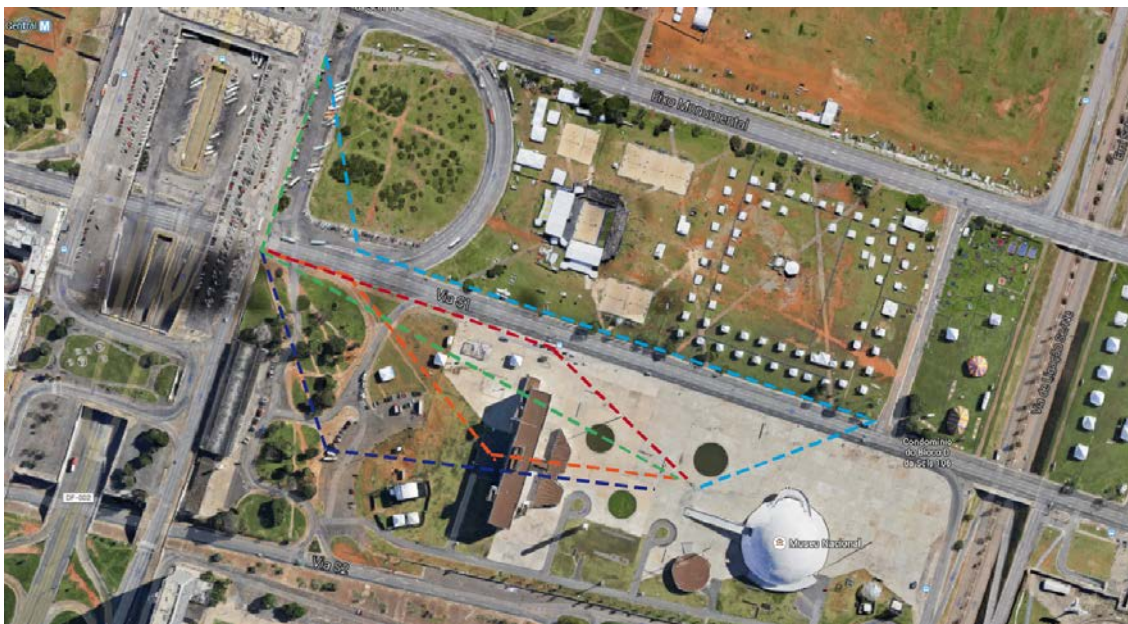


FIGURA 27 – Fluxo de pessoas.
Fonte: Google maps.

Também por ser uma praça no centro de Brasília, é utilizado para festas populares, assim como encontros organizados, como grupos de ginástica, de música, skatistas, ciclistas, entre outros. Devido ao fato de o Museu e a Biblioteca serem gratuitos, promovem o acesso à cultura à população. A beleza cênica também é um fator importante a ser destacado devido à proximidade da Catedral de Brasília. O contraste de forma entre os dois monumentos e a possibilidade de experienciar esses locais proporciona uma vivência cotidiana com a imagem de Brasília como Cidade Monumental, o que promove, cada vez mais, a apropriação da cidade pelos seus habitantes.



FIGURA 28 – Complexo Cultural da República e Catedral de Brasília.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu_Nacional,_Brasilia_05_2007.jpg. Acesso em 18-6-2015.



FIGURA 29 – Complexo Cultural da República.

Fonte:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_Cultural_da_Rep%C3%BAblica. Acesso em 15-5-2015

Com relação à tecnologia disponível e de como este fator contribui para a democratização nos espaços da Capital Federal, podemos perceber

que existe *wifi* gratuito na Rodoviária, o “Conecta DF”. O sistema funciona na Rodoviária do Plano Piloto, mas por vezes a conexão não atende o número de pessoas que desejam ter acesso, o que faz com que elas utilizem o sistema de acesso (3G ou 4G) em seus próprios celulares. Assim, grande parte da população utiliza *smartphones* para entrada no ambiente Digital, o que garante maior número de interações entre os cidadãos neste espaço. Mesmo assim, a fim de garantir acesso gratuito e rápido, além de disseminar a cultura digital em Brasília, pensamos ser necessário que o funcionamento do “Conecta DF” seja estendido à Rodoviária do Plano Piloto. Desta maneira, o sistema de *wifi* gratuito, se presente no Complexo Cultural da República, tornaria o acesso mais rápido e mais barato, colocando em contato mais facilmente pessoas que estão na Rodoviária do Plano Piloto e no Complexo Cultural da República. Tal interação, juntamente com políticas de melhoria no sistema *online* de transportes, poderia ser capaz de praticamente zerar as distâncias de comunicação entre a Rodoviária do Plano Piloto e o Complexo Cultural da República (pessoas e serviços).

Com relação a propostas de inclusão digital a partir do espaço do Complexo Cultural, segundo o site²³ da Biblioteca Nacional de Brasília, existem locais na própria biblioteca destinados à inclusão digital, como o CLIC (Conectar, Ler, Interagir e Conhecer), espaço que é destinado aos adultos que têm conhecimentos básicos de informática, e que “dispõe de 51 computadores com acesso à internet de alta velocidade”; além do Centro de Criação Digital, que “é destinado à criação e edição de conteúdos digitais em texto, imagens e/ou vídeos, páginas *Web* e apresentação de trabalhos individuais ou de grupo. É composto por cabines acusticamente vedadas que abrigam computadores, *scanner*, impressora e *softwares* para edição de vídeos, imagens, editoração gráfica etc.” Porém, segundo o próprio site da Biblioteca, o Espaço CLIC está em reforma, o que acaba por desestimular o uso. Além disso, a simples disponibilização de computadores para navegação gratuita assemelha-se ao conceito de *lanhouse*, que nada mais é do que a possibilidade de navegação na *web*, sem que haja educação crítica para aproveitamento do conteúdo que está disponível na rede.

²³ Disponível em <http://www.bnb.df.gov.br/index.php/espacos/item/43-esp%C3%A7o-clic>. Acesso em 24-5-2015.

Como contribuição para reflexões e avaliações acerca do potencial deste espaço, considerando a tecnologia envolvida, avaliamos ser importante sugerir uma proposta para inserção das pessoas na era digital. Consideramos que o espaço do Complexo Cultural da República tem a capacidade de abrigar manifestações culturais, seja a partir da rede conectada, seja no próprio espaço Físico. Essas manifestações culturais, como proposta de aproximar cidadão e cidade, devem abranger a realidade dos habitantes do DF.

Considerando que grande parte da população que frequenta o Complexo Cultural da República e a rodoviária do Plano Piloto tem acesso à *internet* por meio de *smartphones*, e considerando que o “Conecta DF” tem potencial para ter cobertura digital em ambos os espaços, a proposta de envolver a sociedade em uma manifestação cultural digital é possível, e estimularia a interação e a valorização do habitante das cidades do DF dentro de Brasília, como formadores da cultura da cidade. Esta interatividade é capaz de materializar a cultura urbana, que já é observada na rodoviária, sendo justamente o retrato cultural do DF se fazendo presente em Brasília. Assim, ao invés de mascarar uma realidade, escondendo-a na rodoviária, esta exposição cultural poderia justamente mostrar a “cara de Brasília”, sem pré-conceitos.

Desta maneira, o habitante das cidades do DF além do Plano Piloto, que não encontram na Capital a sua representação, ou a sua valorização enquanto cidadão, poderia perceber nesta exposição aspectos de sua cultura, sua cidade e seus anseios, o que promoveria a identificação maior do cidadão com Brasília. Mesmo se tal exposição não pudesse ter lugar no Espaço Físico da cidade, ela poderia ser divulgada no ambiente virtual, analogicamente ao que ocorreu na cidade de Palmas, como explicam André Lemos; Eugênia Rigitano e Leonardo Costa (2007), na publicação Cidade Digital. Os autores dedicam um dos capítulos para tratar da inclusão digital no Brasil, e um dos projetos destacados é o “Cidade do Conhecimento²⁴”, em Palmas – TO. Segundo os autores, “é um ambiente virtual para a educação à distância, inclusão digital e gestão do conhecimento, que busca inserir os cidadãos na Sociedade da Informação”. É valioso o viés cultural que o projeto propõe, pois os *Netcidadãos*, como são chamados os participantes, constroem

²⁴ De acordo com a publicação Cidade Digital, de 2007, o projeto era chamado “Cidade do Conhecimento”, mas ele mudou de nome, e hoje o projeto é chamado, “Palmas Virtual”.

o portal a partir de “relatos da sua história, a história do município, criação de álbuns de família, envio de fotos etc.” (LEMOS, RIGITANO E COSTA, 2007, p. 23).

O projeto, além dessa possibilidade de construção interativa, ainda oferece informações gerais sobre a cidade, mas o principal, nesse depoimento, é o relato dos cidadãos que ajudam a construir o portal por meio também de arte e cultura, com o “desenvolvimento da Cidade Digital; eventos virtuais como a exposição fotográfica ‘Palmas’, em que o usuário pode navegar em um museu virtual de fotos sobre a cidade.” (LEMOS; RIGITANO E COSTA, 2007, p. 23). Os autores ainda destacam que, para que o cidadão tenha acesso ao programa Cidade do Conhecimento, são oferecidos “três pontos públicos de acesso fixo e uma unidade móvel, todos com presença de monitores para auxiliarem a navegação” (2007, p. 23).

Percebemos, a título de reflexão acerca das potencialidades que avaliamos, como um projeto nesses moldes seria importante culturalmente para Brasília, pois traria a realidade das demais cidades do DF de maneira visível para os habitantes de todo o DF, mesmo entre cidades distantes que não têm muito contato entre si. Tal proposta seria capaz de unir os habitantes de todo o Distrito Federal por meio da tecnologia, já que podemos concluir que muitos habitantes do Plano Piloto conhecem pouco ou quase nada das demais cidades do DF. A ideia é confrontar realidades distintas de maneira dinâmica e interativa onde, por meio do contato com o outro e do reconhecimento da cidade como lugar de todos, a democracia de acesso e uso daquele espaço, abrangendo toda a cidade, possa ser melhor concretizada. Ademais, a *internet* como meio de divulgação, informação e disseminação de um evento dessa importância cultural e social seria um catalisador do efeito.

No processo de pesquisa, desenvolvemos uma proposta considerando as possibilidades de disseminação de ideias no ambiente Digital, envolvendo a população do DF a partir da publicação de fotos de Brasília, com a possibilidade de captura e análise dessas imagens por nós. Propusemos, a partir das redes sociais *facebook* e *instagram*, o projeto

“Brasília por Pessoas²⁵”. Na página da rede social *facebook* estão disponíveis todas as imagens coletadas, além dos devidos créditos aos fotógrafos que colaboraram com o projeto.

A fim de envolver a população do Distrito Federal na pesquisa, e para conhecer como o cidadão revela a cidade para a rede conectada, propusemos o desafio a partir da rede social *instagram* em que os usuários utilizariam a *hashtag* “#brasiliaporpessoas” em suas fotografias tiradas na cidade de Brasília. Periodicamente, essas imagens foram capturadas por nós e divulgadas na rede social *Facebook*, em uma página com o mesmo nome. Para estimular a produção, foi explicado que se tratava de uma pesquisa com finalidade acadêmica, e que a interação da comunidade seria de extrema importância. O projeto, aos poucos, se popularizou, e cada vez mais pessoas começaram a acrescentar a *hashtag* proposta em suas fotografias de Brasília.

Escolhemos a rede social *instagram* por ela permitir mapeamento e sistema de buscas de imagens por *hashtags*, que funcionam para fins de busca de imagens marcadas pelos usuários naquela rede social. O resultado nos revela a visão de Brasília que os usuários desejam mostrar: uma cidade bela, destacando sempre suas qualidades arquitetônicas e naturais, além de fotografias de festas, encontros e passeios na cidade. Devemos considerar que o alcance do projeto não se deu de modo a promover uma discussão acerca da realidade em todo DF, e nem contemplou todas as classes sociais existentes, já que as imagens divulgadas representam apenas a realidade daquelas pessoas que tiveram acesso ao desafio. Dessa maneira, a repercussão do projeto “Brasília por Pessoas”, apesar de ter tido um alcance notável, com diversas contribuições e participação da sociedade, não teve um alcance capaz de abranger o Distrito Federal em sua totalidade, e nem representa a realidade de todo o DF nas imagens. Devemos lembrar que as diretrizes do projeto eram bastante abrangentes, não sendo obrigatória a tomada de imagens críticas, mas sim apenas o fornecimento, por meio de *hashtags*, de fotos de Brasília tiradas pelos cidadãos.

A experiência nos valeu principalmente pela constatação da garantia de disseminação de conteúdo na rede conectada para um projeto

²⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/bsbporepessoas?fref=ts>. Acesso em 8-6-2015.

cultural como este, e da possibilidade, por meio do ambiente Digital, de democratizar espaços da cidade a partir de intervenções culturais críticas, que promoveriam valorização do cidadão que habita lugares afastados do centro. Para fins de continuidade do Projeto, poderíamos propor, considerando que a finalidade seria uma exposição com imagens da realidade do Distrito Federal, uma divulgação maior desse projeto ou de algum análogo, com apoio governamental e social, o que valorizaria o cidadão. Nas figuras a seguir (30, 31 e 32), temos exemplos das imagens do projeto Brasília por Pessoas.

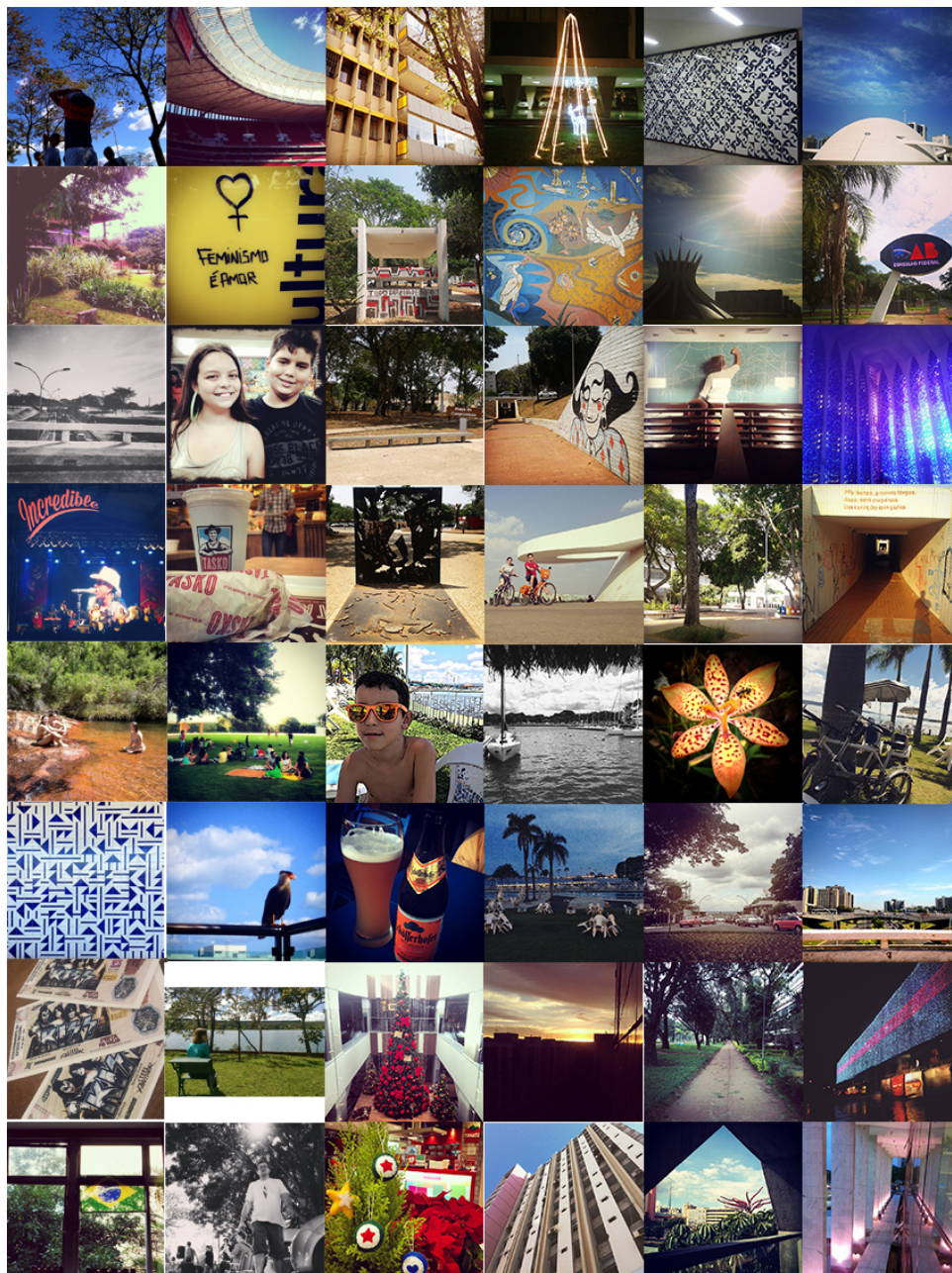


FIGURA 30 – Compilação n. 1 de imagens do projeto “Brasília por Pessoas”.

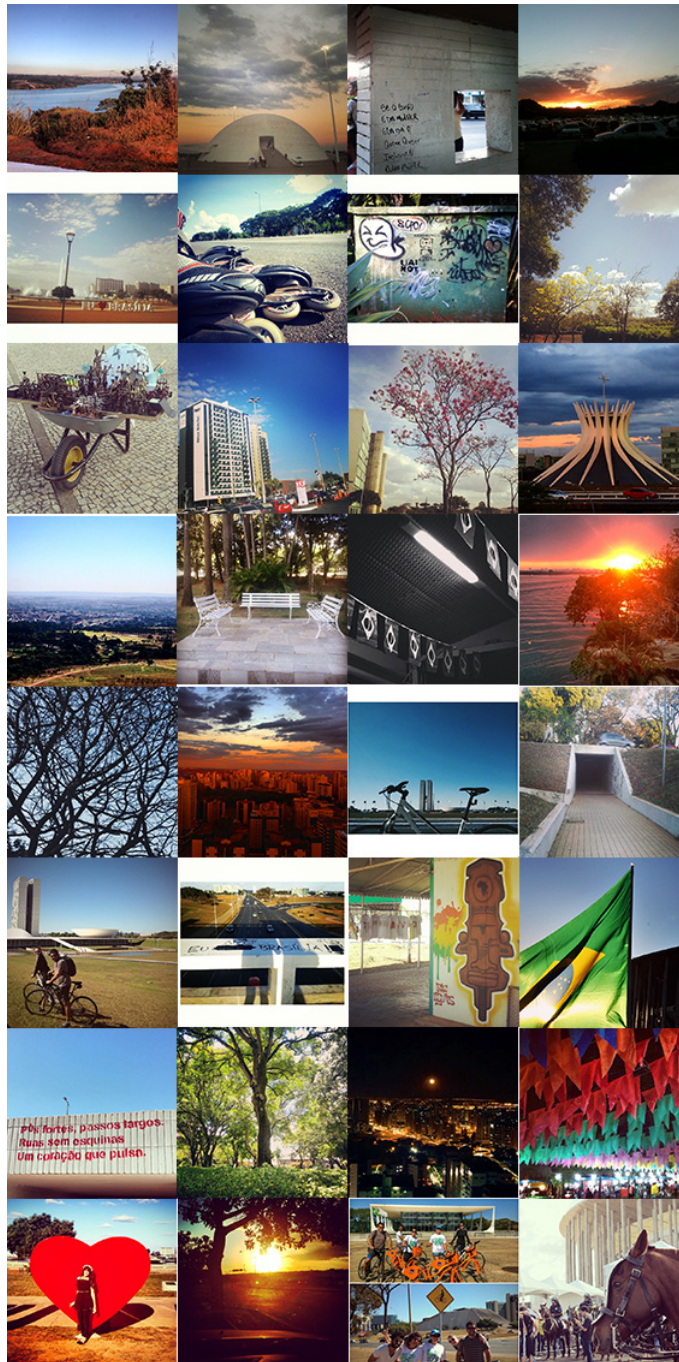


FIGURA 32 – Compilação n. 3 de imagens do projeto “Brasília por Pessoas”.

A troca de experiências da pesquisa com o cidadão conectado a partir do Brasília por Pessoas foi enriquecedora, já que a própria *internet* foi um meio capaz de divulgação e comunicação. Foi bastante válido acompanhar a publicação de pessoas desconhecidas, que marcavam suas publicações com o intuito de colaborar com o projeto. A *internet*, dessa maneira, é um meio indiscutível de interação, divulgação e propagação de conteúdo. Assim como é capaz de promover projetos culturais, também tem a

capacidade de ser meio de divulgação e gerenciamento de eventos que tem Brasília como seu palco. Um exemplo de evento cultural e comercial em Brasília que conta com a rede conectada para sua divulgação é o Picnik, que é gratuito para o público e pago pelos expositores, estes que contam com uso de espaço público e gratuito como uma maneira de ter um grande público e, assim, ter grande divulgação de seus produtos. O evento acontece nos espaços públicos da cidade de Brasília, tendo sua organização e gerenciamento quase que exclusivamente pela *internet*, onde é possível a realização de várias interações, como convidar pessoas, realizar divulgação sobre os expositores, música e comida que haverá no Picnik, entre outras possibilidades.

Realizamos uma entrevista²⁶ com o organizador do Picnik, Miguel Galvão, em setembro de 2014. Foram levantadas algumas questões sobre como ele considera que o Picnik se insere na cultura da cidade. Em entrevista por *e-mail*, Galvão diz se preocupar com a imagem do evento nas redes sociais justamente por objetivar, no evento físico, transmitir as mesmas ideias lançadas e divulgadas a partir do evento divulgado na *internet*. Ele afirma ainda que a ideia do Picnik, apesar do forte vínculo com a *internet*, é fazer com que as pessoas venham às ruas e vivenciem a cidade.

Ainda de acordo com o organizador, deve haver um equilíbrio entre o público e as vendas esperadas, já que os expositores “pagam as contas” do evento, mas que existe uma preocupação com a interação social e a ideia de contemplar classes sociais diversas no evento. O Picnik tem por objetivo, além de ocupar os Espaços da cidade com música, pessoas e expositores locais, garantir o lucro vindo de patrocinadores e aluguel pago pelos expositores. Apesar de concordarmos que o Picnik seja uma maneira de ocupar os espaços públicos a partir da iniciativa de cidadãos, percebemos que se trata de um evento com objetivos também comerciais e de iniciativa particular, já que tem data e local para acontecer, organização particular e regras de acesso. Eventos como o Picnik tem espaço cada vez maior na cidade de Brasília, justamente por ser um acontecimento gratuito para o público e que ocorrem em situações foram do comum, com a proposta de ocupação de

²⁶ A entrevista na íntegra se encontra no Anexo II, página 127 desta pesquisa.

espaços públicos. Aqui, a *internet* tem um importante papel, já que proporciona comunicação e contato entre as diversas pessoas interessadas em participar, seja como expositor seja como público.

Ao contrário do que ocorre no Picnik, no Complexo Cultural da República não existem necessariamente eventos com data e hora para que se ocupe aquele espaço, mas sim a própria população, por iniciativa própria, é capaz de promover seu próprio “Picnik” em seu dia a dia, se considerarmos as músicas, comércio e programação cultural presentes. A seguir, temos uma imagem comparativa (figura 33) entre o Complexo Cultural da República e o Picnik.



FIGURA 33 – Comparação entre o Complexo Cultural da República e o Picnik.

Fotos: Daniela Barbosa.

O Picnik conta com uma identidade visual, demonstrando como aquele evento deve ser encarado de acordo com propostas dos idealizadores. Percebemos a diferença do que ocorre no Complexo Cultural da República, onde a ocupação do espaço se dá de maneira natural, sem a necessidade da criação de um evento que promova a sua tomada pela população. Para o consumo de bens, vemos que, assim como ocorre no Picnik, o Complexo Cultural da República e a Rodoviária do Plano Piloto apresentam diversas opções de consumo, como roupas e alimentação. Guardadas as devidas proporções, o tipo de vendas que acontece no Complexo Cultural podem ser comparadas ao Picnik, pois nos dois Espaços:

- *Trata-se de concentração de pessoas interessadas em vender / comprar / aproveitar o dia em local público;*
- *Tem música, dança e atividades culturais;*

Podemos perceber semelhanças entre os dois Espaços, demonstrando assim como um evento organizado como o Picnik, com forte identidade visual e publicidade, se torna um ícone da cultura brasiliense em pouco tempo, enquanto a ocupação do Complexo Cultural segue de maneira natural, sem necessidade de uma organização que controle o que será permitido ou não no local.

O PicniK, como evento que tem como conceito a promoção do encontro de pessoas, tem também um traço de identidade cultural na Capital Federal em formação, mas podemos perceber, como já destacamos, que a ocupação do Complexo Cultural da República não depende da proposta de uma organização externa, com um público alvo esperado para alcançar o mesmo objetivo. Podemos completar que, no caso de Brasília, mesmo que a evolução da urbanização no DF tenha contribuído para afastar e manter as pessoas de baixo nível econômico distantes do centro, a cidade possui espaços físicos que sugerem, a princípio, o acolhimento e a integração, pois apresenta, no projeto do Plano Piloto, a proposta de espaços livres e arborizados para uso dos habitantes.

Desta maneira, surgem propostas como o Picnik e eventos similares que visam o lucro, mas também apresentam em seus ideais a

apropriação de Espaços Públicos pela população, além a mudança da paisagem urbana de Brasília, ocupando os espaços vazios com vida, como defende Miguel Galvão. O Complexo Cultural da República promove a ocupação natural de seus Espaços pela população, colocando realidades sociais distintas em conflito. Este conflito é responsável pela riqueza cultural em Brasília, que depende, em todos os aspectos, das demais cidades do DF.

Com relação à democracia de acesso e uso do Complexo Cultural da República, é possível perceber que o principal desafio não é o acesso físico ao Espaço, já que se encontra em um ponto estratégico para chegada da população. Assim, o desafio continua sendo no quesito de inclusão crítica à era digital, mostrando às pessoas quais seus direitos enquanto cidadão para pleno acesso daquele Espaço. A partir disto, uma das consequências seria a valorização do cidadão.

A própria configuração de Brasília, que sugere o aproveitamento de seus espaços públicos pode ser considerada como uma maneira da cidade envolver seus habitantes, mas não com a segregação que já se faz presente pela especulação imobiliária e pela lógica capitalista, mas pela ideologia presente na ideia da construção da cidade e que ainda se faz presente na mente e ações dos habitantes. Em paralelo ao caso do Complexo Cultural da República, que é uma praça de livre acesso, ainda existe a ideia da população com a maior renda ser capaz de territorializar um espaço público e toma-lo para si, como é o caso do Pontão do Lago Sul. Apesar de se tratar de área pública, existem diversos fatores que fazem com que o local seja encarado e utilizado como privado, conforme destacaremos a seguir.

5.1.2 Estudo de Caso 2 – Pontão do Lago Sul

Ao contrário do que ocorre no Complexo Cultural da República, temos o exemplo do Pontão do Lago Sul. Localizado em área nobre da cidade, faz parte do Projeto Orla, que visa revitalizar e promover a ocupação das margens do Lago Paranoá. Antes de nos aprofundarmos nas causas e consequências do Pontão do Lago Sul, a fim de compará-lo com o Complexo Cultural da República, é importante que entendamos como a territorialização

do Pontão pela população mais rica da cidade afasta os mais pobres, o que está ligado à ideia de poder na esfera pública.

Em Brasília temos a territorialização de espaços públicos para fins privados, favorecendo grupos hegemônicos na população. É o caso do Pontão do Lago Sul, localizado em área nobre da cidade, e com difícil acesso para quem está de ônibus. Além disso, o Pontão conta com um muro e entrada controlada por guarita e segurança, o que tem o claro papel de intimidar a entrada de pessoas que não são socialmente bem-vindas naquele local.



FIGURA 34 – Entrada do Pontão do Lago Sul, com guarita e priorizando os carros.

Foto: Romain Moitrot



FIGURA 35 – Vista aérea do Pontão do Lago Sul.

Fonte: Google maps.

O Pontão do Lago, ao contrário do Complexo Cultural da República, está localizado em uma área distante da rodoviária, e, além disso, foi projetado para que seu acesso se dê principalmente por meio de veículos particulares. Prova disso é o fato de haver um longo estacionamento antes do que de fato aquilo que o local oferece (alimentação, feiras esporádicas, bares, entre outros). Assim, a lógica de pensamento de uso do espaço favorece as pessoas que chegam ao local de carro. Apesar do muro que cerca o local e da entrada com cancela e segurança particular, o Pontão é área pública, tendo qualquer cidadão o direito de adentrar o espaço e ocupa-lo, mas o que ocorre é a elitização do local, promovida pelos meios de intimidação presentes no espaço. Aqui a Territorialização descrita por Gomes (2012) se faz presente de maneira escancarada, pois a ideia é realmente inibir o uso por pessoas que não fazem parte do que foi projetado para o local: uso e consumo de elite. Temos no Pontão do Lago Sul diversas variáveis que demonstram o elitismo do local, como dificuldade de acesso por transporte público, muro, cancela na entrada com segurança e bares/restaurantes sofisticados.



FIGURA 36 – Pontão do Lago Sul: local público com ar de privado

Foto: Romain Moitrot.

A entrada é livre, mas é possível perceber que existe um controle social de quem acessa aquele espaço público. Existe, para uso e apropriação da população, a orla do lago e locais abertos com bastante espaço livre,

porém, segundo nota de denúncia do Anda Brasília²⁷, quando algumas pessoas começaram a fazer piquenique no local, levando sua própria comida, houve repressão por parte dos seguranças, que informaram que tal atitude era proibida.

Segundo o Anda Brasília, “o Projeto Pontão do Lago Sul, formalmente criado pela lei distrital nº 1.073/96, do governador Cristovam Buarque (então no PT, hoje no PDT), destinava uma área da orla do Lago a ‘atividades de lazer, esportes e comércio de bens e de prestação de serviços’”.

Porém, ao contrário da proposta de sua criação, o que predomina lá é a presença de bares e restaurantes, ou seja, quase somente atividade de comércio de bens. Porém, segundo o *blog* Anda Brasília, um “problema maior é o fato de que os cidadãos brasilienses são impedidos de exercer sua cidadania em área pública. A face dessa realidade que ficou mais notória foi a cobrança para tirar fotos no local.”

Além da questão da cobrança por tirar fotos, que foi já proibida em maio de 2014, os portões por vezes são fechados, o que impede o acesso do público. De acordo com o *blog* citado, “piqueniques são inibidos por seguranças particulares sob a frágil alegação de que os restos atrairiam ratos”. Porém, parafraseando o Anda Brasília, a área que pode ser controlada pelos comerciantes privados é somente aquela edificável, ou seja, 4.734 m² do total de 134.000 m². Logo, somente o equivalente a 3,5% da área do Pontão seria de controle da iniciativa privada. Os outros 96,5% são área pública, passíveis ao uso do cidadão ordeiro inclusive para os piqueniques que o cidadão havia sendo proibido de fazer.

O Ministério Público, segundo o Anda Brasília, “interveio no ‘Caso Pontão’, inclusive exigindo que o GDF exercesse seu poder de polícia para coibir os abusos da empresa responsável pela administração, visto que ele (o GDF) estava sendo omissos em seu dever legal de agir.” A partir das denúncias pelo *blog*, houve uma iniciativa popular no sentido de promover uma ocupação democrática daquele espaço, a partir da criação de um Evento

²⁷ Blog brasiliense sobre mobilidade urbana sustentável, inclusos transporte público, uso racional do carro/automóvel, bicicletas, ciclovias/ciclofaixas, taxis, poluição, metrô, metrô leve/VLT/bonde etc. Disponível em <http://andabrasilia.blogspot.com/2014/08/empresa-administra-pontao-trata-publico-privado.html>, acesso em 16/11/2014.

iniciado pelas redes sociais chamado “Churras da Subversão Zuerística no Pontão”²⁸. A ideia era justamente promover um grande piquenique confrontando os comerciantes, mostrando que a população estava ciente de seus direitos e tinha direito de ocupar aquele espaço. O nome, que evoca práticas populares, seria para realçar que se trata de local público. O evento ocorreu, e, segundo a página do *Facebook*, a segurança foi reforçada no dia marcado. Tal manifestação foi bastante válida, tendo sido promovida e organizada a partir do ambiente Digital, culminando em intervenções no espaço Físico. Podemos observar que se tratou de um meio de organização popular em prol da sociedade, mas lembrando que, nos dias de hoje, mesmo após o evento, o Pontão continua sendo territorializado pela população de classes sociais mais altas.

Por este relato percebemos como é frágil a democracia de acesso a espaços públicos das áreas valorizadas de Brasília, mesmo que haja alguma manifestação popular contrária a essa dominação. Além das dificuldades de acesso já citadas, como deficiência de transporte público ou a própria barreira física de portões ou grades, os atores hegemônicos visam favorecer, a qualquer custo, a iniciativa privada naquele espaço público do Pontão, na tentativa de inibir atitudes que diminuam o lucro dos comerciantes ou popularizem de alguma maneira o local.

Além do Pontão do Lago Sul, podemos ainda analisar imagens da cidade de Brasília que nos revelam a privatização do espaço público, como as iniciativas irregulares de cercar os portões dos prédios residenciais (que deveriam ter acesso livre), além da apropriação de estacionamentos públicos de prédios residenciais, cercando determinado espaço e colocando uma cancela que controle a entrada para privatizar estacionamentos públicos favorecendo os moradores. Essas atitudes demonstram como o Estado é conivente com os interesses dos atores hegemônicos, que tomam para si um espaço que é público de acordo com seus interesses, que, na maioria das vezes, têm a ver com inibir a fluxo de pessoas que para eles são indesejadas ao seu “território”.

²⁸ Informações disponíveis em <https://www.facebook.com/events/699520946795389/>. Acesso em 2-6-2015.



FIGURA 37 – Irregularidades: pilotis cercado e construções em pilotis.

Fonte: Fotos de Daniel Zukko, Urbanistas por Brasília e Gabriel Garcia Dracull. Disponível em: <https://www.facebook.com/urbanistasporbrasilgia?fref=photo>.

Esses exemplos nos mostram como existe a hegemonia econômica que controla os espaços Físicos da cidade de Brasília. O caso Pontão nos dá uma ideia clara do que acontece e o que é capaz de suceder em diversas situações análogas na cidade. O caso da privatização dos espaços públicos para estacionamento ou para inibir/proibir a circulação de pessoas com o falso pretexto de promover maior segurança mostra como a população mais abastada economicamente tem o poder de transformar algumas normas, produzindo novos direitos particulares e burlando as regras do *Nomoespaço* a seu favor.

O que percebemos é como o acesso é dificultado e/ou proibido de acordo com as regras não oficiais, mas que são seguidas e respeitadas, muitas vezes por ignorância de seus direitos, pela população. Esse tipo de comportamento aumenta as tensões sociais, aumentando também a dificuldade de acesso de todos aos espaços públicos da cidade, o que nos revela um espaço não democrático em diversos níveis (econômico, social, cultural e político).

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

As consequências dos fatores analisados são as segregações sociais, estratificação urbana e hierarquia de apropriação dos espaços, territorializando-os. Os grupos sociais não hegemônicos, os dominados, então, têm sua presença permitida no território de outrem somente por

motivos específicos (força de trabalho, por exemplo), e qualquer outro tipo de relação com este espaço passa a ser criticada, dificultada e até mesmo proibida.

Levando-se em consideração essa visão sobre o território dentro de um espaço e suas possibilidades na dinâmica social, é possível entender a lógica dos conflitos nas cidades no que diz respeito à utilização de espaços em que regras territoriais estão já legitimadas por grupos economicamente dominantes. Para compreender melhor como se dá a territorialização, é imperativo perceber as lógicas de dominação presentes no espaço. O Estado, como foi visto, possui o controle legítimo de limites de ocupação do espaço público de um determinado local, porém, é possível constatar que existe também o controle legitimado por grupos sociais, gerando fluxos de ocupação regidos por conceitos percebidos no estudo do *Genoespaço*. Este segundo tipo de controle, apesar de não ser legítimo, é respeitado e obedecido pela população, que, por meio do controle econômico e social, torna reconhecido um direito não oficial, mas real, de ocupação do espaço por certos setores da sociedade.

Para que esta dinâmica de ocupação seja concretizada, é preciso que haja a relação do dominador e do dominado, o que controla e o que é controlado. Os controladores do espaço regem a dinâmica espacial assim como a própria configuração de desenvolvimento e lógica do espaço urbano, permitindo e gerenciando essa hierarquização do território de acordo com seus interesses. Essa relação aumenta as tensões sociais, tornando aquele cidadão que não possui a hegemonia econômica um estranho, que seria impedido de ocupar certa parcela do espaço da cidade que, a princípio, é de todos.

Nesse sentido, a tecnologia pode desempenhar um importante papel, no sentido de promover maior cidadania, com educação para navegação crítica e o despertar do interesse político a partir da *internet*, podendo ser estendido à cidade Física. A partir daí, voltamos à questão de Brasília como uma cidade inserida no contexto digital, mas que, como acontece no espaço Físico, existe dominação no ambiente Digital, o que dificulta a democratização dos espaços da cidade. Por fim, analisando-se e comparando os estudos de caso principais, que corresponde ao acesso e uso

do Espaço do Complexo Cultural da República e do Pontão do Lago Sul, realizamos uma análise comparativa.

As imagens a seguir (figura 38) vêm para nos mostrar, comparativamente, como os ambientes públicos podem ter uso diferenciado por fatores como preços praticados no local, acesso por meio de transporte público e imagem do espaço para o cidadão.

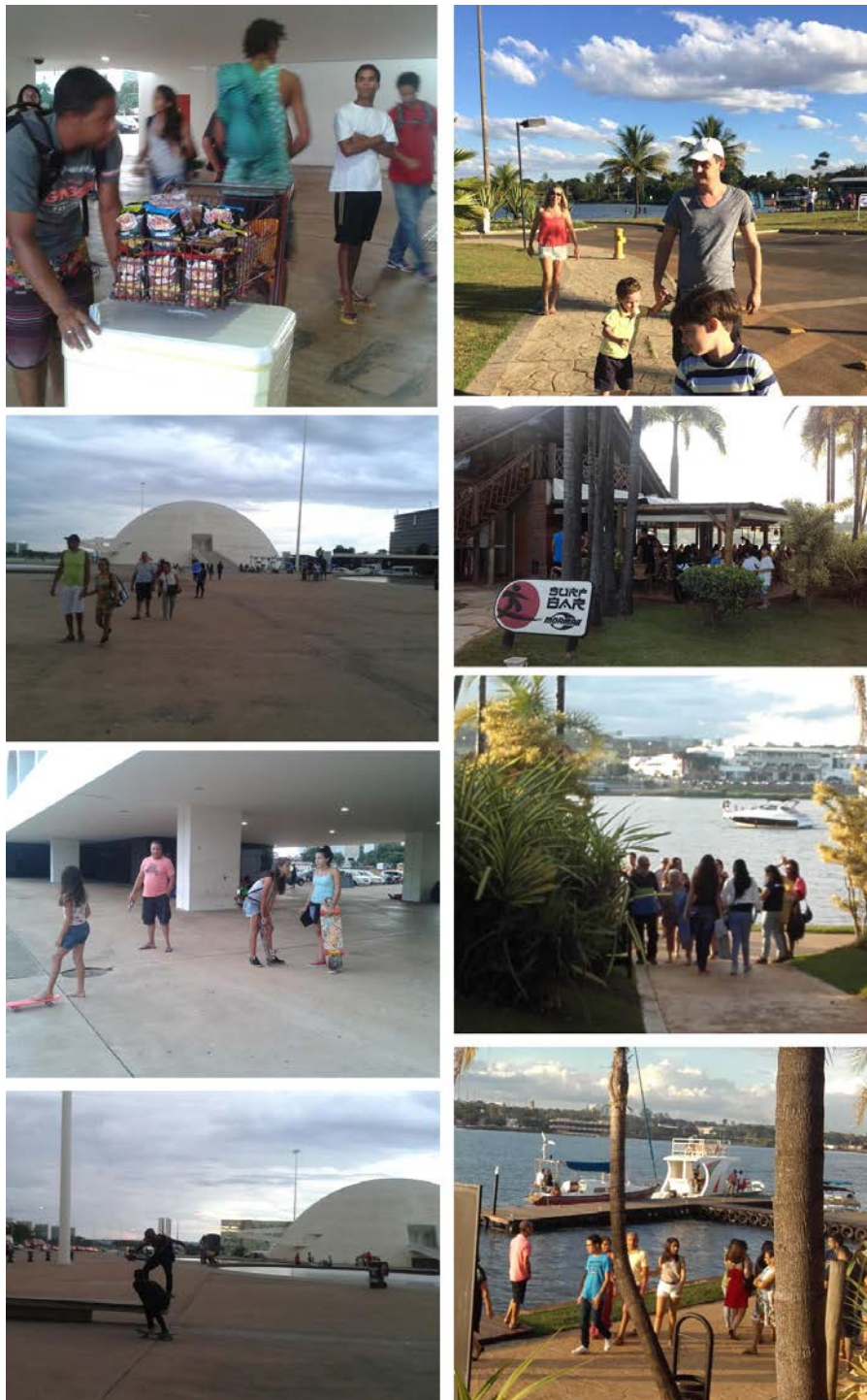


FIGURA 38 – Imagem comparativa entre o Complexo Cultural da República e o Pontão do Lago Sul.

Fotos: Daniela Barbosa e Elaine Vicentini

Além dos resultados demonstrados pelas imagens (figura 39), temos tabelas comparativas dos dois espaços que nos apresentam, por meio das respostas às variáveis: como se dá a apropriação dos espaços analisados, qual a relação entre projeto e uso dos espaços e, ainda, qual a tecnologia envolvida no processo. A seguir, temos a compilação dos resultados:

APROPRIAÇÃO PELA POPULAÇÃO DE BRASÍLIA		
	Complexo Cultural da República	Pontão do Lago Sul
Quais as condições de acessibilidade de chegada?	<ul style="list-style-type: none"> • Próximo à Rodoviária (ônibus e metrô) • Paradas de ônibus • Estacionamento amplo • Curto trajeto da parada de ônibus/estacionamento/rodoviária até o local 	<ul style="list-style-type: none"> • Longe da Rodoviária • Linhas de ônibus não atendem • Estacionamento amplo • Longo trajeto da parada de ônibus ao local
Quais os preços praticados no local?	<ul style="list-style-type: none"> • Grande variedade de alimentação e produtos (roupas, eletrônicos, etc) • Preços populares • Camelôs 	<ul style="list-style-type: none"> • Bares, quiosques e restaurantes a preços elevados • Não há camelôs
Existe um público esperado?	Não	Sim
E qual o público presente?	Todas as classes sociais	Classes sociais elevadas

TABELA 3 – Apropriação pela população de Brasília.

RELAÇÃO ENTRE PROJETO E USO DOS ESPAÇOS		
	Complexo Cultural da República	Pontão do Lago Sul
O espaço foi pensado/construído/projetado para este fim?	Não se aplica*	Sim
Como se deu a apropriação real dele pela população?	Naturalmente, identificando-se com o Espaço pelo que ele oferece	<ul style="list-style-type: none"> • Como o esperado pelos comerciantes: classe média-alta • Algumas pessoas “burlam as regras” dos comerciantes e fazem piquenique, mas sofrem repressão

TABELA 4 – Relação entre projeto e uso dos Espaços.

*Consideramos que não existe, de maneira clara, uma regra de ocupação de uma praça pública. Vale salientar que o Complexo Cultural da República, por ser uma praça, não foi construído para ficar vazio, mas sim para que as pessoas se apropriem do local. Como não há um público esperado e devido a questões como proximidade da Rodoviária do Plano Piloto, preços populares de bens de consumo, grande fluxo de pessoas e promoção de cultural gratuita, consideramos que a praça pertence a toda a população do DF, e que diversas classes sociais se apropriaram daquele local de sua maneira, mantendo relações diversas com ele. Dessa maneira, o público presente é variado e apresenta a ocupação natural do espaço, assim como nos revela traços de todo o DF presentes naquele local.

COMO É A INTERNET ENVOLVIDA NO PROCESSO			
	Complexo Cultural da República	Pontão do Lago Sul	
A internet funciona como método para democratizar este espaço?	Sim, principalmente para identificação do cidadão com o espaço.	Sim, quando utilizada com informação sobre abuso de poder no local.	Não, quando os comerciantes apenas reforçam o público alvo esperado.
Como se dá o acesso ao ambiente Digital?	<ul style="list-style-type: none"> • Wifi público da biblioteca / rodoviária, mas por vezes apresenta problemas de conexão • Conexão particular 	<ul style="list-style-type: none"> • Wifi dos estabelecimentos comerciais • Conexão particular 	
Qual a relação da internet com a integração social?	Promover encontros entre as pessoas por meio de comunicação.	Denúncias sobre abusos de poder por parte dos comerciantes, informação à população sobre seus direitos e convocação para atos populares.	

TABELA 5 – Como é a internet envolvida no processo.

6 CONCLUSÃO

6. CONCLUSÃO

“Quem viaja sem saber o que esperar da cidade que encontrará ao final do caminho, pergunta-se como será o palácio real, a caserna, o moinho, o teatro, o bazar. Assim –dizem alguns –confirma-se a hipótese de que cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares.”

Ítalo Calvino

Acreditamos que o espaço Físico e o ambiente Digital são interdependentes, e estamos em concordância com Lemos e Costa (2007) quando os autores sugerem que “os projetos de inclusão digital devem contribuir para a instauração de uma nova dinâmica na cidade, para maior interseção dos espaços eletrônicos e físicos nas cibercidades contemporâneas” (p. 37-38). Assim, a inclusão digital estaria diretamente ligada à inclusão social, o que passa a ser um projeto maior do que a simples ideia de possibilitar o uso de computadores ligados à rede para a população. Além disso, deve haver uma política educativa para o uso consciente da tecnologia disponível. Quanto à questão do *Genoespaço* e consequente exclusão presente na cidade de Brasília, podemos concluir que se trata da concretização da territorialização, abrangendo relações complexas de dominação do habitante em sua cidade. Segundo Lynch (2001) em *A Imagem da Cidade*,

A cidade não é construída para uma pessoa, mas para um grande número delas, todas com grande diversidade de formação, ocupação e classe social. Nossas análises apontam para uma substancial variação do modo como as diferentes pessoas organizam sua cidade, de quais elementos mais dependem ou em quais formas as qualidades são mais compatíveis com elas. (LYNCH, p. 123)

Os grupos que se apropriam do espaço de uma cidade motivados por interesses comuns tendem a excluir grupos que não teriam necessariamente os mesmos interesses. O Estado, que deveria agir como mediador das tensões sociais, colabora com tais segregações quando legitima

determinado grupo ao uso de determinado espaço que, em teoria, é de uso coletivo. Também os grupos dominantes, a fim de reafirmar seu poderio sobre o espaço, trabalham com fatores de intimidação, como muros, cercas, contratação de segurança particular e outros, com intuito principal de dificultar o acesso de pessoas que não seriam, de acordo com as ideias desse grupo, bem-vindas a esse espaço. Da mesma maneira, o Estado age em concordância essas atitudes quando permite tais atitudes e, em alguns casos, por meio até mesmo de força policial, reforça a segregação. Podemos perceber que a maneira como os grupos sociais dominantes se apropriam dos espaços elitizados de Brasília deixa claro como o uso dos espaços deve ser configurada, e a apropriação e uso da cidade mostra-se falha no quesito “democracia” por diversos fatores. Os grupos hegemônicos, por serem detentores do uso desses espaços, pressionam a sociedade para que a segregação seja ainda maior.

Concordamos que a identificação do cidadão com sua cidade por motivos de afetividade e apropriação traz um grande ganho cultural e social para a sociedade, porém, se esta apropriação estiver associada unicamente a fatores econômicos, levando à segregação e colaborando com a ideia de separação de direito de uso dos espaços, então estaríamos lidando com um movimento que vai contra o que o direito à cidade promove, tornando-se uma articulação que dá voz à estratificação social, oprimindo a população de baixa renda, condenando-os a ser cada vez mais mão de obra em dias e horários convenientes para a população dominante economicamente.

Por meio desta reflexão, podemos perceber como a democracia nos espaços das cidades é complexa e como sua implementação pode ser falha, em alguns casos limitando-se apenas a normas e regras que estão disponíveis em leis, mas que são desconhecidas pelos mais pobres e ignoradas pelos mais ricos. A democracia no espaço urbano de Brasília é dificultada por fatores sociais quando a parcela mais rica da população e o Estado dificultam o acesso da parcela mais pobre a locais estratégicos, seja por questões de moradia ou mesmo de acesso e uso de locais públicos da Capital, como é o caso do Pontão do Lago Sul. A população de baixa renda que trabalha no centro, então, parece ser bem vinda neste espaço de acordo com as regras da população dominante, ou seja, somente para cumprir sua

função como força de trabalho. Muitos lugares em Brasília que são públicos têm seu acesso dificultado para quem depende do transporte público, ou ainda, mesmo sendo local público, apresenta muros ou seguranças.

Sobre o abismo social existente em Brasília e distanciamento entre ricos e pobres, percebemos que se trata de uma problemática brasileira, encontrando lugar também na Capital Federal. O próprio Lúcio Costa, quando questionado sobre a elitização de áreas nobres da cidade, defende a cidade. O urbanista acreditava que:

“Mas é natural que Brasília tenha os seus problemas, que são em verdade as contradições e os problemas do próprio país ainda em vias de desenvolvimento não integrado, onde a tradição recente de uma economia agrária escravagista e uma industrialização tardia não planejada deixaram a marca tenaz do pauperismo. A simples mudança da capital não poderia resolver estas contradições fundamentais, tanto mais que poderosos interesses adquiridos beneficiam-se desse *status quo* de ‘anomalia crônica’ que, na periferia da cidade, já readquiriu seus direitos” (COSTA, P. 301)

Assim, entendemos que existe estratificação social na cidade, e que as críticas que existem estão envoltos no âmbito da realidade brasileira. O que ocorre na cidade de Brasília, de fato, é um reflexo do Brasil. Mesmo com suas particularidades, ideologias e propostas para a democratização dos espaços, é importante perceber como a realidade de Brasília não se encerra no Distrito Federal, mas vai além de suas fronteiras. Existem, para reflexão e resolução de problemas, propostas que visam à aproximação de classes sociais distintas, colocando-as em convivência e diminuindo as distâncias sociais, mas lembrando que a conjuntura social brasileira, assim como a evolução histórica do país e os problemas enfrentados em nível nacional fazem parte também da realidade brasiliense.

Um espaço urbano é democrático quando o seu uso é possibilitado ao maior número possível de pessoas, compreendendo também a ocupação e apropriação, independente de fatores sociais e econômicos. Se um local é acessível somente a pessoas cuja entrada e uso são pré-estabelecidos a partir de fatores socioeconômicos, então podemos concluir que o referido local não é democrático. O conflito entre classes sociais diferentes em um mesmo espaço urbano é enriquecedor para a cidade como um todo, pois forma a identidade cultural urbana a partir de ideias e atitudes que abrangem a

sociedade como um todo, e não somente a partir de interesses das classes dominantes.

O acesso a espaços Físicos é dificultado pela distância a ser percorrida, preços praticados em determinados locais e por intimidações por parte dos atores hegemônicos, ou intimidações comandadas por eles, como no exemplo do Pontão do Lago Sul. Em contrapartida, no ambiente Digital, tomando por base a sua representação como extensão da lógica de dominação do espaço Físico, tem seu acesso democrático dificultado principalmente por dois fatores: a dificuldade de acesso a aparelhos conectados e a dificuldade de acesso, uso e de apropriação crítica do conteúdo disponibilizado pela rede. No segundo caso, o direcionamento de informações por meio dos grupos dominantes do sistema sugere as próprias ações sociais, o que representa um entrave para a formação de opinião e posterior troca de ideias e democratização desse ambiente.

O acesso igualitário de todos, a todos os lugares de uma cidade, é uma utopia. Mesmo com a garantia normatizada de acesso livre a lugares públicos, existem inúmeros casos em que grupos hegemônicos determinam o uso daqueles espaços, como é o caso do Pontão do Lago Sul. O Estado acaba por colaborar com a segregação quando se submete à especulação imobiliária e aos interesses dos representantes de classes sociais mais elevadas. Isto faz com que as pessoas menos favorecidas economicamente tenham que se afastar cada vez mais do centro urbano. Santos (2009) disserta sobre um espaço não democrático, citando também a questão do Estado que promove a segregação, quando argumenta que:

A socialização capitalista é, pois, e sobretudo, um processo de transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas. Trata-se (...) de um processo seletivo, que atinge diferentemente os atores econômicos, o que faz do Estado um motor de desigualdades, já que, por esse meio, favorece concentrações e marginalizações (p. 118)

A população também se torna vítima ou cúmplice da segregação espacial quando aquela de baixa renda, por falta de oportunidades econômicas, sociais ou educacionais aceita tais condições, se sujeitando a situações precárias de sobrevivência; enquanto a população com maior

padrão econômico se beneficia de todos os privilégios espaciais que envolvem a cidade, desde localização privilegiada até melhores condições de vida. Trata-se, em todas as ordens, de um espaço não democrático, com claros fatores de exclusão social, cultural e econômico; fundamentados, organizados e com a colaboração do próprio Estado. Essa dinâmica presente na sociedade é o espelho do conceito de *Genoespaço* com o agravante do poderio socioeconômico, não tendo um caráter inclusivo e nem colaborativo. Gomes (2012) nos apresenta como esta realidade pode propor uma falsa ideia de democracia e liberdade, quando argumenta que:

Idealmente, (...) trata-se hipoteticamente de um espaço inclusivo, pois para todos aqueles que se propuserem a obedecer à ordem é, em princípio, garantido o acesso em igualdade de situação com os outros. Na prática, essa adesão se faz segundo os interesses daqueles que controlam a associação e pode variar em função dos diferentes contextos dos momentos. Mais uma vez, embora o direito de acesso seja livre, ele deve sempre estar submetido à ideia do bem comum das pessoas que compõem essa associação ou a controlam. (p. 37-38)

O que está em jogo aqui são os interesses de grupos dominantes e isto implica na maior alienação possível dos grupos dominados. Assim, não apenas bastaria alocar as pessoas de baixa renda à margem da sociedade, e sim, principalmente, fazê-las acreditar que elas merecem estar nesta situação.

Temos aqui o conflito entre o *Nomoespço* e o *Genoespço*, onde a lógica econômica e capitalista de dominação, ao que tudo indica, se torna vencedora. As pessoas que não se enquadram em um grupo específico não são bem vindas a espaços dominados por esses grupos, exceto como força de trabalho. Aqui temos a exclusão social em sua face mais perversa, quando segrega espacialmente, culturalmente e socioeconomicamente os habitantes de uma cidade. A distribuição de espaços dentro de uma cidade normalmente segue as características econômicas impostas pelos grupos hegemônicos, e qualquer tentativa de ruptura com tal processo é duramente reprimida.

A inclusão social é uma variável que está diretamente ligada à questão da democracia nos espaços urbanos. Quanto mais acesso à educação, política e cultura as pessoas tiverem, mais incluídas socialmente elas serão. Porém, tal reestruturação da realidade, a depender

exclusivamente dos interesses de grupos com mais poder econômico, não passaria de uma utopia, pois estes grupos têm interesse na alienação cada vez maior dos grupos dominados, pois isto lhes garante lucro e *status* maior na sociedade.

A tecnologia, funcionando também como interface entre os dois espaços, pode estabelecer fortes vínculos entre o cidadão e a cidade aproximando-os e os envolvendo nas tomadas de decisão, assim como aproximando as pessoas. Porém, podemos constatar que o oposto também é possível, pois existem fatores que influem para que a tecnologia seja também um termo de exclusão. Temos, na realidade, duas possibilidades principais de desencadeamento dessa questão, de um lado, com a tecnologia, o acesso a essa nova configuração dos espaços urbanos da cidade torna-se mais ampla e com vivência possibilitada também pela *internet*, mas por outro lado, se a parcela mais pobre da população não for capaz de ter esse acesso de fato, corre-se o risco de segregar toda esta parcela, que poderia vir a tornar-se, quando muito, somente espectadora do que ocorre em seu próprio ambiente.

Se considerarmos os desdobramentos positivos dessa questão, é possível considerar que a tecnologia pode ser capaz de promover a aproximação entre os espaços de convivência em Brasília, sendo capaz de influenciar a democratização dos espaços na Capital Federal, aproximando pessoas de realidades sociais distintas. Além disso, podem-se promover, por meio da tecnologia, relações mais concretas entre pessoas, entre os espaços; e entre pessoas e espaços, o que enriqueceria a evolução cultural e social na cidade de Brasília.

Como reflexão, podemos considerar a questão do estilo de vida que se quer construir na Capital Federal. Para que a cidade se torne mais democrática, é imperativo considerar toda a periferia de Brasília como parte integrante de sua dinâmica de planejamento e, assim, torna-se de primordial importância que haja valorização deste cidadão das cidades do DF além do Plano Piloto, promovendo ainda, em suas cidades, mais opções de lazer, trabalho e moradia digna, a fim de descentralizar o Plano Piloto. A partir da tecnologia, é possível criar debates acerca do modelo de cidade que queremos construir e, para isto, Brasília não deve ser considerada e estudada de forma isolada no DF, pois a cultura urbana da cidade depende de todos os

habitantes do Distrito Federal que tenham relação com Brasília de alguma maneira.

A garantia de acesso da população do DF aos espaços de Brasília, e também do DF como um todo, deve ser considerada como uma regra para estabelecer a democracia de acesso e uso daqueles espaços, e a tecnologia, quando utilizada para favorecer a sociedade, é tida como um ganho para a população, que é capaz de reconhecer e reivindicar seus direitos. Mais do que acesso ao ambiente Digital, está o acesso à informação, que deve ser disponibilizada ao cidadão de forma clara e eficiente. Nesse sentido, a educação para a cultura digital é o grande desafio na nossa sociedade, tendo entraves no que tange aos próprios interesses dos atores hegemônicos, que não têm a preocupação de garantir tal direito de acesso aos grupos dominados.

Porém, vale ressaltar, como já destacamos que, segundo Andrey Schlee (2014), “tudo que se faz em Brasília, ainda hoje nasce com um brilho de esperança (p. 27)”, e nossas conclusões não poderiam ser diferentes. Mesmo a partir da elitização de espaços públicos e da clara proposta de afastar a população mais pobre dos espaços territorializados pela população dominante, consideramos que Brasília carrega consigo ideologias que são capazes de fazer com que, a partir da educação consciente da população, se promova maior acesso aos espaços da Capital Federal por toda a população. Por meio da *internet*, é possível ainda que os direitos da população sejam melhor explicitados, principalmente quando temos grupos defensores da democracia de uso e acesso desses espaços que venham a trazer esclarecimentos a toda à população, o que já representa um ganho considerável, principalmente se tal informação for disseminada no ambiente Digital, como foi o caso das denúncias de abuso no Pontão do Lago Sul.

Entendemos que o aumento do consumo de aparatos tecnológicos não promove, por si só, a inserção na sociedade da informação. Consideramos que a apropriação crítica desse instrumento, a partir da educação para a cibercultura é capaz de diminuir o abismo social e digital na esfera brasileira. Porém, se o interesse da população com poderio econômico não for condizente com esta necessidade, a população mais carente, por ser manipulada, ficará ainda às margens da sociedade. Mais do que avaliar o

número de pessoas conectadas, é imprescindível analisar a qualidade dessa navegação.

Temos, a partir da educação para a cultura *web*, a possibilidade de envolver a comunidade em projetos específicos que atenderiam a objetivos envolvendo os cidadãos e conscientizando-os das necessidades e mudanças que podem ser estruturadas em prol de uma sociedade mais inclusiva. É o caso do projeto “Brasília por Pessoas” que visa, em grande escala, o envolvimento da população de maneira a produzir conteúdo fotográfico em prol da própria sociedade, valorizando os ambientes urbanos e fazendo com que os habitantes se reconheçam em sua cidade e se identifiquem com ela. A continuidade do projeto envolveria discussões críticas acerca do conteúdo gerado, e abriria espaço para deliberar sobre como a proposta poderia envolver a sociedade de maneira a democratizar o acesso aos espaços da cidade. Aqui, a tecnologia apresenta um importante papel, mas o foco seria o envolvimento social.

Defendemos que a tecnologia por si só não revoluciona a sociedade, mas sim o fator humano envolvido e acreditamos que, a partir do interesse pela educação dos menos favorecidos, a tecnologia seja um fator de inclusão digital e social. Tal fator facilitaria o acesso da população do DF aos espaços de Brasília, e, conseqüentemente, abriria espaço para a discussão sobre políticas que poderiam garantir melhor qualidade de vida para a população de todas as cidades do DF a partir de medidas de valorização dessas áreas, e da própria população (mas não uma valorização pela especulação imobiliária, e sim pela cidadania).

Toda essa estruturação do Distrito Federal deve se estabelecer a partir de discussões, livre debate e formação de opinião cidadã, o que apresenta a possibilidade de modelagem do tipo de cidade que queremos construir e, a partir da consideração dos anseios e de valorização maior das cidades do DF que estão além do Plano Piloto. Teríamos, como consequência, um Distrito Federal mais democrático e promotor da cidadania.

CARTA AO LEITOR

Ouvi dizer que Brasília nasceu para ser contemplada. Eu não posso concordar, penso que a cidade nasce e cresce para ser vivida, explorada e transformada pelos seus habitantes a cada dia vivido. Se daí vier a contemplação, que seja a partir de nossos sonhos e conquistas. Brasília não pode ser considerada como um Espaço intocável, mas como parte integrante de um sistema que abrange anseios, necessidades, sorrisos e lágrimas, tudo também das cidades do Distrito Federal além do Plano Piloto. Temos à nossa volta nós mesmos e as demais pessoas que constroem essa cidade, mas é importante destacar, a meu ver, que a cidade também constrói a nós e às outras pessoas. Carecemos de valorização dos habitantes das cidades que estão fora do Plano Piloto, que percorrem muito mais chão, gastando tempo, espaço e sonhos para estar aqui, no centro da nossa cidade, no coração do Distrito Federal, todos os dias. Carecemos que Brasília nos acolha a todos, sendo não uma bela e intocável utopia, mas uma amorosa mãe de braços abertos, que nos envolva pelos seus caminhos e nos receba todos os dias, sem distinção de Espaço e Lugar. Para Brasília, todo lugar deve ser seu lugar, e todo habitante deve fazer parte de seus próprios sonhos.

REFERÊNCIAS

- _____. **Brasília 50 + 50** : cidade e projeto / Luciana Sabóia e Maria Fernanda Derntl, org. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2014.
- _____. **Brasília, ideologia e realidade** : espaço urbano em questão / Aldo Paviani (org). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.
- _____. **Cidades Digitais** : portais, inclusão e redes no Brasil / André Lemos, organizador. – Salvador : EDUFBA 2007.
- BILÁ, Gabriela. **O novo guia de Brasília** = The new guide to Brasília / Gabriela Bilá ; tradução: FriendlyCheesecake. – Brasília : Ed. do Autor, 2014.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**; uma defesa das regras do jogo / Norberto Bobbio; tradução de Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Três ensaios sobre a democracia**. / Norberto Bobbio; tradução de Sérgio Bath. – São Paulo: Cardim e Alario, 1991.
- BRUZZESE, Antonella *in* **Brasília 50 + 50** : cidade e projeto / Luciana Sabóia e Maria Fernanda Derntl, org. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2014.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. / Ítalo Calvino; tradução de Diogo Mainardi. – Banco de dados de São Paulo: Editora Folha, 1975.
- CASTELLS, Manuel. **Théorie et idéologie en sociologie urbaine**. Sociologie et sociétés, Volume 1, numéro 2, novembre 1969, p. 171-192. Université de Montréal, 1969.
- CASTTELS, Manuel. CARDOSO, Gustavo – orgs. **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política**. Conferência promovida pelo Presidente da República - 4 e 5 de Março de 2005 | Centro Cultural de Belém. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Belém, 2005.
- COSTA, Leonardo. 2007. *in* **Cidades Digitais** : portais, inclusão e redes no Brasil / André Lemos, organizador. – Salvador : EDUFBA.
- COSTA, Lucio. **Memória descritiva do Plano Piloto** (1957). *In*: Registro de uma vivência. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.

FERREIRA, Ignez *in* **Brasília, ideologia e realidade** : espaço urbano em questão / Aldo Paviani (org). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

FERRER, Érica. **Imagens da violência, segregação sócio-espacial e a indústria do medo**: Distrito Federal *versus* Rio de Janeiro. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, agosto de 2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade / Paulo Cesar da Costa Gomes. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2012.

HEIDDEGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar**. [Bauen, Wohnen, Denken] (1951). Conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vortrag und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface**: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar / Steven Johnson; tradução, Maria Luísa X. de A. Borges; revisão técnica, Paulo Vaz. — Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2001 (Interface) Tradução de: *Interface culture: how new technology transforms the way we create and Communicate*

LEMONS, André. 2007. *in* **Cidades Digitais** : portais, inclusão e redes no Brasil / André Lemos, organizador. – Salvador : EDUFBA.

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAIA, Marcelo Reis. **Cidade instantânea (IC)**. 2013. Tese (Doutorado em Design e Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-03072013-162823/>>.
Acesso em novembro de 2013.

PALAZZO, Pedro Paulo *in* BILÁ, Gabriela. **O novo guia de Brasília** = The new guide to Brasília / Gabriela Bilá ; tradução: FriendlyCheesecake. – Brasília : Ed. do Autor, 2014.

RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília/elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. – Brasília: GDF, 1991. 76p., il. Disponível em:
http://brasiliapoetica.blog.br/site/media/relatorio_plano_piloto_de_brasilia_web2.pdf. Acesso em junho de 2015.

- RIGITANO, Eugênia. 2007. *in* **Cidades Digitais** : portais, inclusão e redes no Brasil / André Lemos, organizador. – Salvador : EDUFBA.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional / Milton Santos. – 5. Ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SANTOS, Milton, 1926-2001. **Pensando o Espaço do Homem** / Milton Santos. – 5. Ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SCHLEE, Andrey *in* **Brasília 50 + 50** : cidade e projeto / Luciana Sabóia e Maria Fernanda Derntl, org. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2014.
- SCHMIDT, Benício *in* **Brasília, ideologia e realidade** : espaço urbano em questão / Aldo Paviani (org). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.
- VASSÃO, Caio Adorno. **Arquitetura Livre** : Complexidade, Metadesign e Ciência Nômade / 1v. – São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008. – 303p.
- WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço de Dante à Internet** \ Margaret Wertheim; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica. Paulo Vaz. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ANEXO I
RELATÓRIO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA - Lúcio Costa,
Registro de Uma Vivência. Memória Descritiva do Plano Piloto,
1957. Pag. 283 a 297.

RELATÓRIO

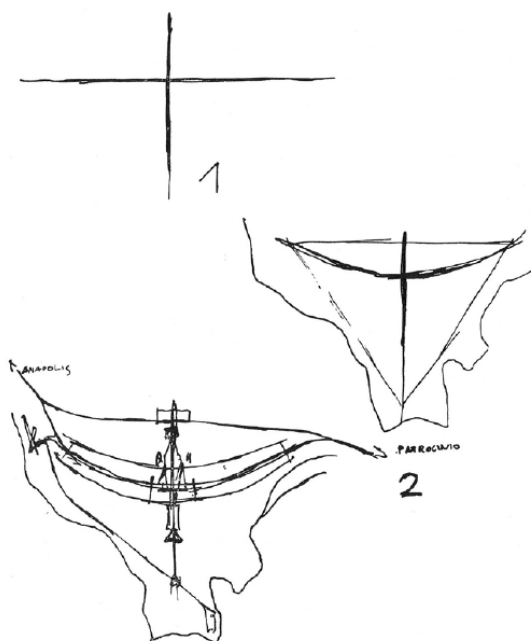
Relatório do Plano Piloto de Brasília

...José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de **BRASILIA**.

Desejo inicialmente desculpar-me perante a direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova Capital, e também justificar-me.

Não pretenda competir e, na verdade, não concorro, — apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta.

Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples *mequis* do urbanismo, que não pretende prosseguir no desenvolvimento da idéia apresentada senão eventualmente, na qualidade de mero consultor. E se procedo assim candidamente é porque me amparo num raciocínio igualmente simplório: se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, *intensamente pensada e resolvida*; se o não é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido o meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.



A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida.

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de *intenção*, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, *consciente*, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e agradável, própria ao desvanio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.

Dito isto, vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:

1 — Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz (Fig. 1).

2 — Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada (Fig. 2).

3 — E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária — inclusive a eliminação dos cruzamentos — à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local, e dispondo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais (Fig. 3).

4 — Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, e, por fim, a estação ferroviária, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo transversal que passou assim a ser o eixo monumental do sistema (Fig. 4). Lateralmente à intersecção dos dois eixos, mas participando funcionalmente e em termos de composição urbanística do eixo monumental, localizaram-se o setor bancário e comercial, o setor dos escritórios de empresas e profissões liberais, e ainda os amplos setores do varejo comercial.

5 — O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior, com o eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do tráfego que não se destine ao estacionamento ali, remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade, com os cinemas, os teatros, os restaurantes etc. (Fig. 5).



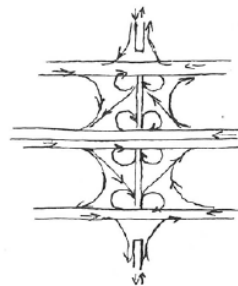
3



4



3



6 — O tráfego destinado aos demais setores prossegue, ordenado em mão única, na área térrea inferior coberta pela plataforma e entalada nos dois topos mas aberta nas faces maiores, área utilizada em grande parte para o estacionamento de veículos e onde se localizou a estação rodoviária interurbana, acessível aos passageiros pelo nível superior da plataforma (Fig. 6). Apenas as pistas de velocidade mergulham, já então subterrâneas, na parte central desse piso inferior que se espraia em declive até nivelar-se com a esplanada do setor dos ministérios.

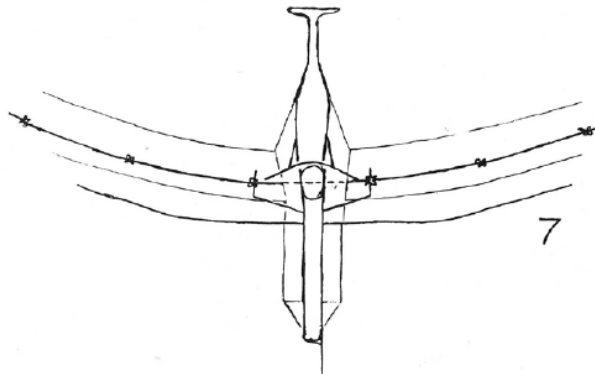
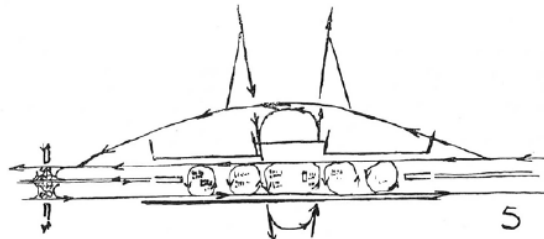
7 — Desse modo e com a introdução de três trevos completos em cada ramo do eixo rodoviário e outras tantas passagens de nível inferior, o tráfego de automóveis e ônibus se processa tanto na parte central quanto nos setores residenciais sem qualquer cruzamento. Para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados mas sem cruzamento ou interferência alguma com o sistema anterior, salvo acima do setor esportivo, e que acede aos edifícios do setor comercial ao nível do subsolo, contornando o centro cívico em cota inferior, com galerias de acesso previstas no terrapleno (Fig. 7).

8 — Fixada assim a rede geral do tráfego automóvel, estabeleceram-se, tanto nos setores centrais como nos residenciais, tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão, (Fig. 8) sem contudo levar tal separação a extremos sistemáticos e anti-naturais pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só se "deshumaniza", readquirindo vis-à-vis do pedestre feição ameaçadora e hostil quando incorporado à

massa anônima do tráfego. Há então que separá-los, mas sem perder de vista que em determinadas condições e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe.

9 — Veja-se agora como nesse arcabouço de circulação ordenada se integram e articulam os vários setores.

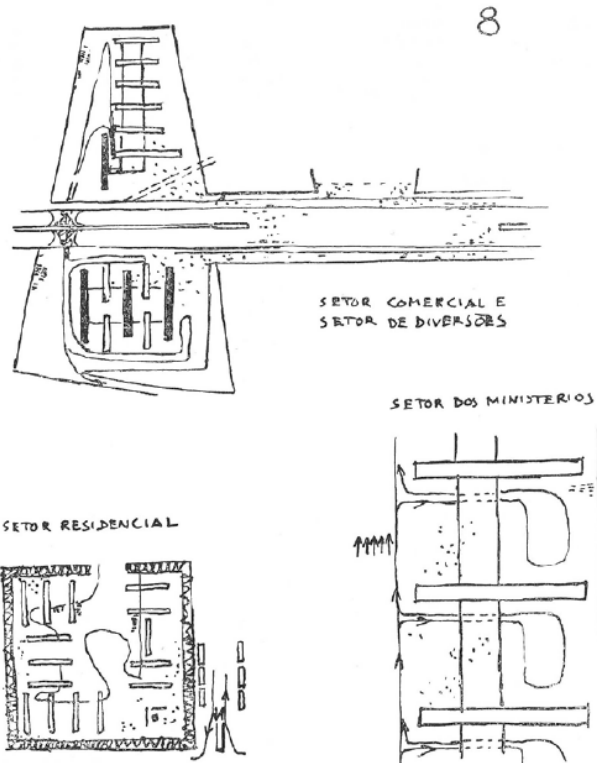
Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto (Fig. 9). Em cada ângulo dessa praça — Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se — localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista (Fig. 9). Ao longo dessa esplanada — o Mall, dos ingleses —, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias (Fig. 10). Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência — todos com área privativa de estacionamento —, sendo o último o da



Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor este também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas, e onde também se prevê a instalação do Observatório. A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente, por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam.

10 — Nesta plataforma onde, como se via anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées). A face da plataforma debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos ministérios, não foi edificada com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões, como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Na face fronteira foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame (Fig. 11). As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas

(arcades) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e "loggias" na parte dos fundos com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão (Fig. 11). O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vasado em toda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces para que os restaurantes, clubes, casas de chá etc., tenham vista, de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o aclave do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo e, mais acima, para a torre monumental das estações radioemissoras e de televisão, tratada como elemento plástico integrado na composição geral (Figs. 9, 11, 12). Na parte central da plataforma, porém disposto lateralmente, acha-se o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares, restaurantes, etc., construção baixa, ligada por escadas rolantes ao "hall" inferior de embarque separado por envidraçamento do cais propriamente dito. O sistema de mão única obriga os ônibus na saída a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista do eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial, — despedida psicologicamente desejável. Previram-se igualmente nessa extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso térreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas dos pedestres, uma fronteira ao teatro da Ópera e outra, simetricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sobre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. Nestas praças, o piso das pistas de rolamento, sempre de



sentido único, foi ligeiramente sobrelevado em larga extensão, para o livre cruzamento dos pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco e direto tanto aos setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios (Fig. 8).

11 — Lateralmente a esse setor central de diversões, e articulados a ele, encontram-se dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio — lojas e "magasins", e dois setores distintos, o bancário-comercial, e o dos escritórios para profissões liberais, representações e empresas, onde foram localizados, respectivamente, o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Estes núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento (Fig. 8), e dispõem de auto-portos para estacionamento em dois níveis, e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa ala térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma seqüência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias. Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres.

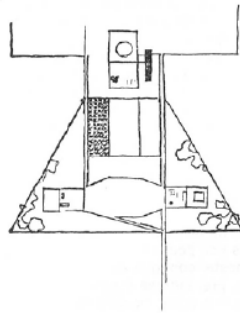
12 — O setor esportivo, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a praça da Municipalidade e a torre

radioemissora, que se prevê de planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos "studios" e mais instalações, e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura (Fig. 12). De um lado o estádio e mais dependências tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro o hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico, constituindo estas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que os pulmões.

13 — Na praça Municipal, instalaram-se a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública. A penitenciária e o hospício, conquanto afastados do centro urbanizado, fazem igualmente parte deste setor.

14 — Acima do setor municipal foram dispostas as garagens da viação urbana, em seguida, de uma banda e de outra, os quartéis e numa larga faixa transversal o setor destinado ao armazenamento e à instalação das pequenas indústrias de interesse local, com setor residencial autônomo, zona esta rematada pela estação ferroviária e articulada igualmente a um dos ramos da rodovia destinada aos caminhões.

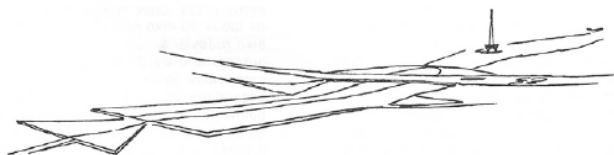
15 — Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo dito monumental, vê-se que a fluência e unidade do traçado (Fig. 9), desde a praça do Governo até à praça Municipal, não exclui a variedade, e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo plasticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo.



9



PLANO DE PLANTAS URBANAS
PROPOSTAS EM 1936 POR LE CORBUSIER



16 — Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem (Fig. 13). Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras.

Dentro destas "super-quadras" os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra (Fig. 8).

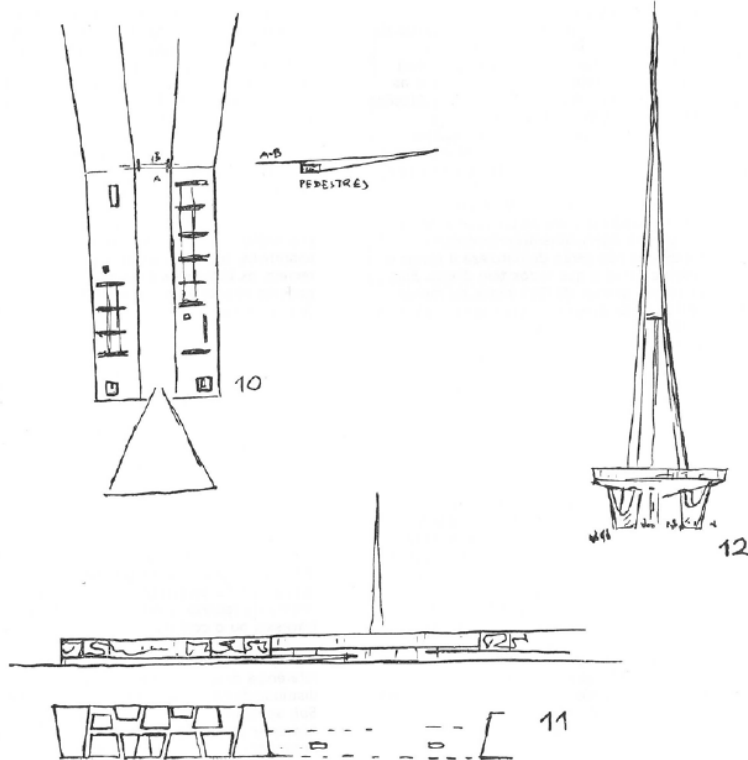
Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras, a instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso etc., e reservando-se uma faixa de terreno, equivalente a uma terceira ordem de quadras, para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalaram-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, e onde se localizaram a

igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza (Fig. 13).

O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens, etc., na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabeleiros, modistas, confeitarias, etc., na primeira seção da faixa de acesso privativa dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina. As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só (Fig. 14).

Na confluência das quatro quadras localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude, com campo de jogos e recreio.

17 — A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alameda de acesso autônomo e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais. Essa alameda, por assim dizer, privativa do bairro das embaixadas e legações, se prevê edificada apenas num dos lados, deixando-se o outro com a vista desimpedida sobre a



paisagem, excetuando-se o hotel principal localizado nesse setor e próximo do centro da cidade. No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação.

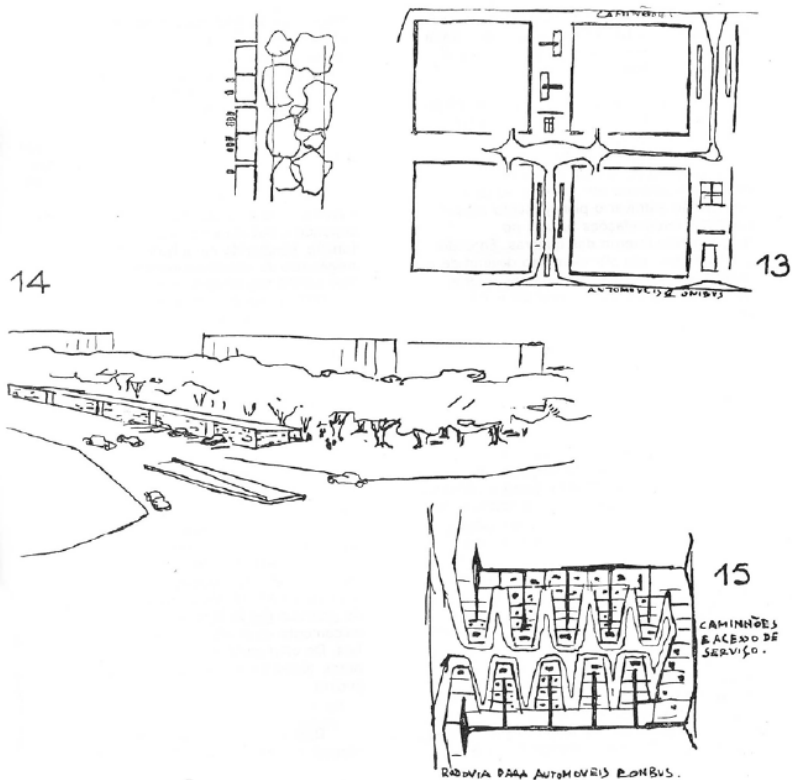
E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a *totalidade* da população.

18 — Previam-se igualmente setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira, para que as casas construídas nos lotes de topo se destaquem na paisagem, afastadas umas das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo de serviço para todos os lotes (Fig. 15). E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas de alto padrão arquitetônico — o que não implica tamanho — estabelecendo-se porém como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional de tais concessões.

19 — Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão de grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação.

20 — Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la íntata, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água. O clube de Golf situou-se na extremidade leste, contíguo à Residência e ao hotel, ambos em construção, e o Yatch Club na enseada vizinha, entremeados por denso bosque que se estende até à margem da represa, bordejada nesse trecho pela alameda de contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredo. Essa estrada se articula ao eixo rodoviário e também à pista autônoma de acesso direto do aeroporto ao centro cívico, por onde entrarão na cidade os visitantes ilustres, podendo a respectiva saída processar-se, com vantagem, pelo próprio eixo rodoviário-residencial. Propõe-se, ainda, a localização do aeroporto definitivo na área interna da represa, a fim de evitar-lhe a travessia ou o contorno.

21 — Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades *Norte e Sul*; as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e finalmente o número do apartamento na forma



usual, assim por exemplo, N-Q3-L ap 201. A designação dos blocos em relação à entrada da quadra deve seguir da esquerda para a direita, de acordo com a norma.

22 — Resta o problema de como dispor do terreno e torná-lo acessível ao capital particular. Entendo que as quadras não devem ser loteadas, sugerindo, em vez da venda de *lotes*, a venda de *quotas* de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito, a fim de não entravar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras. Entendo também que esse planejamento deveria de preferência anteceder a venda das quotas, mas nada impede que compradores de um número substancial de quotas submetam à aprovação da Companhia projeto próprio de urbanização de uma determinada quadra, e que, além de facilitar aos incorporadores a aquisição de quotas, a própria Companhia funcione, em grande parte, como incorporadora. E entendo igualmente que o preço das quotas, oscilável conforme a procura, deveria incluir uma parcela com taxa fixa, destinada a cobrir as despesas do projeto, no intuito de facilitar tanto o convite a determinados arquitetos como a abertura de concursos para a urbanização e edificação das quadras que não fossem projetadas pela Divisão de Arquitetura da própria Companhia. E sugiro ainda que a aprovação dos projetos se processe em duas etapas, — anteprojeto e projeto definitivo, no intuito de permitir seleção prévia e melhor controle da qualidade das construções.

Da mesma forma quanto ao setor do varejo comercial e aos setores bancário e dos escritórios das empresas e profissões liberais, que deveriam ser projetados previamente de modo a se poderem fracionar em sub-setores e unidades autônomas, sem prejuízo da

integridade arquitetônica, e assim se submeterem parceladamente à venda no mercado imobiliário, podendo a construção propriamente dita, ou parte dela, correr por conta dos interessados ou da Companhia, ou ainda, conjuntamente.

23 — Resumindo, a solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória. É assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamentos, e se restitue o chão, na justa medida, ao pedestre. E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraços, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, rodovia que poderá ser construída por partes, — primeiro as faixas centrais como um trevo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade. As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins.

Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho arqui-secular do Patriarca.

ANEXO II
ENTREVISTA COM MIGUEL GALVÃO, ORGANIZADOR DO PICNIK
EM SETEMBRO DE 2014

1. *Dos 14 picnics que tiveram, 10 foram no Calçadão e os outros, 1 no CCBB, outro na Ermida, outro na Funarte e outro no Jardim Botânico. Você acha que por ser no Calçadão é melhor do que nos outros lugares? Se sim, por quê?*

O Calçadão tem uma facilidade frente aos outros espaços pois lá já desenvolvemos frente ao público uma cultura de consumo no bazar, ou seja, as pessoas já estão bem acostumadas a irem ao evento e adquirir algo dos artistas etc que estão expondo. Fato de se localizar em ponto muito acessível no Plano Piloto contribui bastante. É um espaço que, por termos feitos muitas edições lá, temos maior domínio nas variáveis envolvidas no processo de produção.

As experiências que tivemos nos outros locais foram muito válidas, no entanto retorno aos expositores, com exceção do CCBB, não foram tão positivas. No Jardim Botânico sentimos que o público presente, principalmente o oriundo da região, era mais conservador e não estava tão alinhado com as propostas que estavam expostas. Eles gostavam, mas sentiam inibidos a comprar impulsivamente. No entanto, experiência foi uma das mais gostosas que tivemos, vez que ambiente é espetacular, e poder fazer encontro lá é algo muito valioso, motivo que nos fará retornar ainda este ano.

Na Ermida e Funarte, apesar do grande público presente (acho que maiores do evento), quem foi estava muito atraído pela proposta dos shows, sendo perfil mais jovem e com ticket de consumo mais baixo.

Não sei se fica claro, mas temos consciência que devemos equilibrar o nível da experiência que o público pode ter no evento com o desempenho dos expositores (que é quem paga nossa conta até o momento).

2. *A organização e divulgação do Evento é somente pelo facebook? No meu projeto, eu estou defendendo que eventos como o picnik, que tem uma movimentação pré-evento nas redes sociais (tipo propaganda da música que vai ter, dos expositores, etc) é na realidade um pré-encontro, pois a pessoa já vive o ambiente antes dele se tornar físico. Você concorda? =)*

Sim, de certa forma concordamos. Principal canal de comunicação é o fb, apesar de fazermos questão de ter flyer impresso para atingir população vizinha ao evento, geralmente com perfil mais família, que não teria contato via evento por meio mídias sociais. O fb é tão forte que hoje em dia nem nos preocupamos muito com os meios de divulgação tradicionais (revistas, jornais etc) o que é grande avanço para cena.

Um contraponto, é que um dos pilares do PicniK é de ser um mote para retirar as pessoas do mundo virtual, proporcionando uma imersão rica numa vivência real, terra.

Temos consciência do poder da ferramenta (mídias sociais), e procuramos criar pré-evento uma certa orientação subjetiva, onde jogamos inputs no público para que haja um trabalho prévio sobre os valores e sintonias que pretendemos

estimular na edição. Repare que desenvolvemos linguagem própria, rebuscada e muito relacionada com colagens e imagens psicodélicas que remetem aos anos 70 e que transmitem muitas mensagens.

3. *Você tem uma estimativa da relação entre o número de pessoas que confirma que vai ao evento e as pessoas realmente presentes? Vi que no último foram 7.400 confirmados, por exemplo. O que você acha dessa relação das pessoas confirmadas? O alcance por si somente pelo facebook é tão importante quanto o evento?*

Olha, nos 2 primeiros anos do evento, sabíamos que se tivéssemos 2mil confirmadas, teríamos o dobro disso de pessoas lá no evento. Hj o canal esta realmente disseminado frente a população, acredito que ele reflete bem a quantidade de pessoas no local, com variação de uns 20% para cima ou para baixo.

Respondendo sua segunda pergunta: não. Evento só esta tendo o sucesso e a repercussão positiva que tem pois, uma vez lá, a pessoa é surpreendida e vive experiência intangível no mundo virtual. Por melhor que seja a resposta no fb, ela não é em nenhuma escala próxima a energia que sentimos e vivemos no local. A vida está fora do pc e não dentro. Não podemos alimentar a falácia de que realidade virtual pode ser mais satisfatória que uma experiência real.

4. *Sobre a paisagem urbana. Esses eventos como o picnic vêm mudando o espaço físico da cidade, pois cada vez mais esses acontecimentos fazem parte da vida e da dinâmica da cidade. Você tem algum ideal de construção de um espaço urbano legal com o evento? E você acha, por exemplo, que isso vai sendo incorporado na cultura das pessoas?*

Olha, a cerca de uma década atrás (ou mais) o brasiliense só conseguia se portar em grandes espaços, com grande acúmulo de pessoas, se estivesse vestindo um abadá...

Já tive diversas discussões com pessoas que estão a mais tempo tentando desenvolver um mercado cultural na cidade, e me deparei com versões pessimistas de que aqui há um grande vazio (que tem origem em nosso planejamento arquitetônico e histórico cidade, mas não vou me delongar nisso), e que esse vazio está para ser vazio, e não preenchido com algo.

Somos grande fãs desta cidade, e nunca aceitei esta visão. Há sim vazios mas estes existem para serem preenchidos por vida. Como cidade ainda é muito nova, ainda estamos descobrindo as dinâmicas e maneiras que isso pode acontecer. PicniK é isso, proposta de raiz candanga pois só poderia ter nascido aqui, dados as demandas, problemas e oportunidades que enfrentamos.

O desafio, agora que as pessoas estão passando ocupar os espaços antes abandonados, é despertar afeto e carinho do público frente a estes espaços. Esse sempre foi um ideal nosso, despertar cumplicidade. Assim, por meio de processo de educação, vamos gradativamente ensinar estes a se portarem nos ambientes onde teoricamente todos somos donos, ou seja, respeitando as dificuldades de infra, cuidando de seu lixo, policiando, zelando, batalhando por melhoras, conservação etc, substituindo gradativamente o poder público, que comprovadamente não tem competência para conduzir este trabalho. A melhor

maneira de conservarmos estes espaços é com vida e ocupações conscientes, independente de escala. Penso que PicniK e outras iniciativas estão sendo muito importantes para consolidar esta consciência, o que a médio prazo pode render frutos incríveis.

Outro ponto importante é que no momento pensamos em ações para estruturar este mercado que consome Brasília. Em todos aspectos e produtos. Uma vez que tivermos sucesso, teremos mais pessoas produzindo e apresentando itens feitos com base em nossa realidade local, fator essencial para desenvolvimento de nossas bases culturais, que são muito jovens.

5. *Agora talvez a pergunta mais difícil, sobre a parte social. Como você classificaria o evento picnik? Acha que ele é bem democrático, ou seja, toda a população de Brasília é bem-vinda ou se sentiria bem vinda a ele? O lugar de realização contribui para essa acessibilidade social (tipo dependendo do lugar de realização, o público é diferente)? Grosso modo, o evento tem um público específico? Sei que envolve amantes das artes, e etc, mas além disso, ele é um evento que pode alcançar muita gente? O alcance a partir do facebook é amplo e ajuda nessa questão?*

Entendemos que nosso público principal de Brasília são as pessoas que vivem aqui e estão abertas ao diferente, ao novo, a experimentar, a valorizar caminhos alternativos (não que estes sejam melhores ou piores). Nisso acabamos abraçando um número muito grande de pessoas, pois realmente a cidade é muito iluminada no quesito gente. Pessoas tem educação, são viajadas, tem renda etc. Só estavam precisando de um empurrão, por isso desenvolvimento de plataforma de convívio que partiu em direção oposta ao que ocorre em shopping centers surtiu efeito tão poderoso.

Uma preocupação e cuidado que temos é que para evento não tenham maiorias, ou seja, não seja abraçado por um nicho ou perfil de público específico. Quando isso se dá, algumas manias e comportamentos negativos se externalizam, junto de ações que visam preservar status quo no local (coisas do tipo preservar sensação de segurança etc), o que acaba afugentando outros públicos, às vezes não tão numerosos, mas que são essenciais ao equilíbrio da vivência.

Por ser evento sempre gratuito, penso que há uma facilidade para acessibilidade social, basta querer. A pessoa não precisa necessariamente estar consumindo algo para participar da experiência. Agora ela precisa ousar, tentar se inserir, abandonar algumas manias e inseguranças, tolher posturas abusivas. Isso acaba afastando um perfil de público que não está alinhado muito com estes valores. É claro que fb ajuda no alcance e funciona como poderoso filtro, frente a forma que o utilizamos, descrito anteriormente.

ANEXO III
REAÇÃO DE UMA AMBULANTE AO TER
SUA MERCADORIA FOTOGRAFADA



- Por que você está tirando essas fotos? Posso saber? Se for para denunciar meu trabalho para o governo, você sabe que vai apanhar aqui, não é? E não só de mim, mas vai apanhar de um bocado de feirante aqui! Você é do governo? Aqui todo mundo trabalha honesto, moça, a gente vende nossa mercadoria. É melhor que estar roubando, não é mesmo? A gente acorda cedo todo dia para vir aqui vender.